ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA BÁSICA Dr. IVO SILVEIRA
RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA
PENHA–PAULO LOPES–SC
CÓDIGO INEP:42005850
FONE:(48)32530900
E-MAIL:escolabasicadrivosilveira@gmail.com



PAULO LOPES, 2025

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA BÁSICA Dr. IVO SILVEIRA

RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA

PENHA – PAULO LOPES – SC

CÓDIGO INEP: 42005850

FONE: (48) 3253 0900

E-MAIL:escolabasicadrivosilveira@gmail.com

O presente documento foi reestruturado a partir da Formação de Gestores Escolares fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, tendo com Formador o Professor Samuel Raulino.



PREFEITA MUNICIPAL

FERNANDA RODRIGUES LEITE

VICE PREFEITO

JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ROSANE DE CASTRO DA SILVA

COORDENADORA GERAL DE ENSINO

CARINE PEREIRA BORGES

DIRETORA ESCOLAR

JANAINA FLORINDA DA SILVEIRA DE JESUS

ASSESSORA DE DIREÇÃO

MARIANE FURTADO DO NASCIMENTO

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO- ANOS FINAIS

JOYCE FERNANDA NUNIS

COORDENADORA PEDAGÓGICA ANOS INICIAIS

ALINE ROSA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIA ESCOLAR

JULIANA CARDOSO DE SOUZA

Sumário

1. INTRODUÇÃO SOBRE O PPP REESTRUTURADO 7
2. Apresentação 8
2.1 Histórico da Escola 8
2.2 Biografia do homenageado. 10
2.3 Missão 12
2.4 Filosofia da escola 12
2.5 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E CRIANÇA 14
2.6 CONCEPÇÃO DE ADOLESCÊNCIA/ADOLESCENTE 15
2.7 ENSINO FUNDAMENTAL 16
2.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA 17
2.9 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) 20
2.10 PROPOSTA CURRICULAR 22
3.1 Dimensão administrativa 25
3.1.1 Matrículas, Registro (infrequência, abandono, retenção) 25
3.1.2 Funcionamento da Unidade Escolar 27
3.1.3 Atendimento aos Pais/mães e Responsáveis: 27
3.1.4 O Transporte Escolar; 27
3.1.5 Alimentação Escolar 28
3.1.6 Calendário Escolar; 29
3.1.7 Regimento Escolar/Direitos e Deveres (pais, estudantes); 30
3.1.9 Uniformes Escolares: 35
3.1.10 Protocolos da Escola: 35
3.1.11 Arquivos Escolares; 36
3.2 Dimensão pessoal: 37
3.2.1 O (A) Diretor (a) Escolar; 37
3.2.2 Assessor de Direção; 38
3.2.3 Assistente técnico-pedagógico 40
3.2.4 Os Agentes de Serviços Gerais**;** 41
3.2.5 O Profissional do Ensino Fundamental: Anos iniciais /Anos finais 42
3.2.6 Segundo professor 44
3.2.7 A hora-aula e a hora-atividade. 45
3.3 Dimensão financeira: 46
3.3.1 APP (Associação de Pais e Professores). 46
3.4. Dimensão física: estrutura física, materiais, acervos literários, materiais didáticos e esportivos. 47

4.ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS 47
4.1 Metodologia do Ensino Fundamental I e II 48
4.2 Planejamento Anual e Mensal. 50
4.3 Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem 50
4.4 Projetos escolares . 54
4.5 Festividades escolares 62
5. Referências 63
6. ANEXOS
01- QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS E CONTRATADOS TRABALHANDO NO ANO DE 2025. 03-QUADRO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ANO DE 2025
04- MODELOS DE DOCUMENTOS PARA ESTUDANTES:
4.1 Chegada tardia;
4.2 Comunicado de tarefa não realizada;
05- AGENDAMENTO DE TRABALHOS E AVALIAÇÕES
06 -AGENDAMENTO DE MULTIMÍDIAS
07-CABEÇALHO DE AVALIAÇÕES:
08- ADVERTÊNCIAS:
09- REQUERIMENTO:
10-AUTORIZAÇÃO:
11- FICHA DE MATRÍCULA
12- PARECER INDIVIDUAL ALUNOS INCLUSOS
13- PARECER GERAL DE TURMA
14- RELATÓRIO PRÉ- CONSELHO DE CLASSE.
15- RELAÇÃO DOS ALUNOS COM NOTAS ABAIXO DA MÉDIA.
16- RELAÇÃO DOS PROFESSORES E EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA PARTICIPANTE DO CONSELHO DE CLASSE.
17- AUTORIZAÇÃO SAÍDA DE CAMPO
18- PROJETOS ESCOLARES INTERNOS
19- ROTEIRO PARA COORDENADOR EM SALA DE AULA
20- RELATÓRIO DE ENCAMINHAMENTO PARA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
21- DOCUMENTOS ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO:
21.1 MONITORAMENTO DE AULAS E DEVOLUTIVA
22-CRONOGRAMA DE VISITAS TRIMESTRAIS- COORDENADOR PEDAGÓGICO
23-RESOLUÇÃO CME 001/2023 (Segundo Professor)
24- LEI Nº 1907/2021 INCLUSÃO DE ATIVIDADES E CONTEÚDOS RELATIVOS A EDUCAÇÃO FINANCEIRA
25- LEI Nº 1.834 DISPÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NO MINICÍPIO DE PAULO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
26- APLICAÇÕES DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
27- SIGLAS PARA DEFINIÇÃO DE TIPOS DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO
28- RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA NO ANO DE 2022 COM AS FAMÍLIAS.
29- RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA NO ANO DE 2025 COM AS FAMÍLIAS.

1. INTRODUÇÃO SOBRE O PPP REESTRUTURADO

Este documento consiste na proposta norteadora da Escola Básica Dr. Ivo Silveira através da ação organizada nesse Projeto Político Pedagógico iniciado no ano de 2011. É fundamental que o Projeto Político Pedagógico tenha definido a concepção filosófica dessa escola, pois esta, será o referencial que orientará o ato pedagógico desta Unidade Escolar, devendo garantir os direitos e os deveres preconizados pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, Lei nº 9394, de 20de Dezembro de 1996, Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, como também a Resolução MEC/CNE/CEB7 de 14 de dezembro de 2010 que fixa diretrizes para o Ensino Fundamental de 09 anos e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conscientes de que há necessidade de transformação em nossas ações educativas, este projeto será patrimônio coletivo e socializado não somente para o aluno, mas a toda comunidade escolar interna e externa, possibilitando assim uma reflexão crítica e elaborada das diferentes realidades, gerando inovação que melhorem o convívio educacional e social. Nesta perspectiva, temos consciência de nossas responsabilidades éticas, tendo como ideia central: romper os limites da sala de aula e dos muros da escola, abrindo as portas para o processo de interação dos professores, estudantes e funcionários com as famílias, comunidade e com os demais agentes sociais, visando a apropriação de um espaço democrático, onde os indivíduos irão aprender a conhecer, fazer, conviver, ser, ou seja, oportunizar a interação democrática partilhada, com o objetivo de construir de uma sociedade mais justa e democrática.

Para uma melhor organização, este documento foi dividido em três capítulos.

No capítulo I, realizamos uma introdução sobre a reestruturação do PPP e a necessidade de adequá-lo a uma nova proposta. O capítulo II, trata da história da escola, sua missão, filosofia e concepções, bem como as propostas do ensino fundamental, educação inclusiva, educação nas relações étnico-raciais e a Proposta Curricular. No capítulo III , temos a dimensão administrativa da escola, abrangendo desde os seus documentos , a dimensão pessoal com seus profissionais e atribuições e a dimensão financeira. Nesse capítulo, abranjemos também a dimensão física de nosso espaço escolar. No capítulo IV, apresentamos a organização pedagógica. No capítulo V, as referências bibliográficas utilizadas nesse PPP e no capítulo VI os anexos.

2. Apresentação

2.1 Histórico da Escola

A primeira escola do bairro Penha, localizada no município de Paulo Lopes-SC, foi fundada em 1936, no terreno do senhor Ibraim Bernardino de Souza, próximo ao posto da polícia rodoviária federal, na altura do km 226 na BR-101, atendendo estudantes em classes multisseriadas de 1ª à 4ª série do ensino fundamental de 8 anos.

Passaram-se 27 anos e uma nova conquista foi realizada na comunidade. A escola passou a funcionar no terreno do Sr. Manoel Pacheco, localizado na rua Vidal da Rosa e ali permaneceu por apenas 04 anos, pois já não atendia a demanda dos estudantes da comunidade.

Uma nova conquista aconteceu, no ano de 1963, quando a escola passou a funcionar no terreno doado pelo senhor Ibraim Bernardino de Souza, localizado também na rua Vidal da Rosa, numa área construída de aproximadamente 200 m², recebendo oficialmente o nome de Escola Reunida Dr. Ivo Silveira, em homenagem ao governador de mesmo nome. Atendia um público de estudantes na faixa etária de 7 à 10 anos, nas séries iniciais de 1ª à 4ª série do ensino fundamental de 8 anos, tendo como apoio o Poder Público Estadual.

Tendo como primeira diretora a senhora Professora MARIA VIRGÍNIA DA SILVA, seguida de seus/as sucessores/as: Milton João Espindola, Doraci da Rosa Liberato, Maria Pereira da Silva, Maria Graça B. Sterket, Rosa Moisés, Arlene Teodora Cardoso Marcelino, Marinete de Souza Rosa e Gildo Arcelino de Souza. Entre os anos de 1963 e 1989, foi mantida com recursos do Estado.

A APP (Associação de Pais e Professores) foi fundada em 1978 de acordo com o Decreto 2.361 de 23/05/1977, com o objetivo de envolver pais e comunidade na escola, melhorando o andamento das atividades escolares.

No ano de 1989, a escola foi municipalizada, mantendo ainda vínculos com o poder estadual. No ano de 1996, esta passa a pertencer apenas à rede municipal, atendendo estudantes da Educação Infantil de 04, 05 e 06 anos e 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

No ano de 1998, ocorreu no município a nucleação e municipalização das pequenas escolas multiseriadas dos bairros rurais (Espraiado, Barrinha, Sanga, Serra Alta e Alto Penha), por apresentar baixo número de matrículas. Os estudantes passaram a ser atendidos numa única unidade de ensino, no bairro Penha. Segundo o secretário municipal de educação Cacildo Antônio Geremias (em memória), isso aconteceu pois até o ano de

2001 o estado iria descentralizar a educação. O poder estadual tinha por objetivo diminuir as despesas das escolas do interior/rurais, jogando preferencialmente a responsabilidade para o poder municipal, porém, este não estava preparado. Com a implantação da escola polo e fechamentos das escolas rurais, viu-se a necessidade de transportar os estudantes, surgindo assim, o atendimento de transporte escolar.

No ano de 1999, devido a uma reivindicação da comunidade local e vizinhas, criou-se o Projeto de ampliação e funcionamento da 5º série do Ensino Fundamental, onde nos anos seguintes, gradativamente, foram formadas as séries seguintes. Com essa implantação denominou-se Escola Básica Dr. Ivo Silveira.

O poder municipal de Paulo Lopes, no ano de 2010, prazo limite, iniciou o atendimento dos estudantes de 06 anos no 1º ano do ensino fundamental, tendo a 1ª turma de formandos do 9º ano em 2018. Em cumprimento a Lei nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que ampliou o Ensino Fundamental para duração de nove anos, com a matrícula de crianças a partir de seis anos de idade e estabeleceu prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

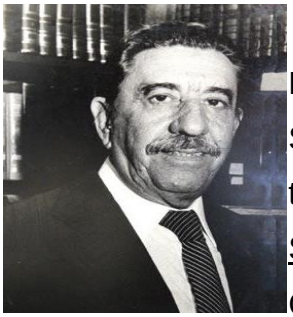
A Escola Básica Dr. Ivo Silveira situa-se na Rua Manoel Elizandro da Silveira n° 521, bairro Penha, município de Paulo Lopes, SC, tendo como órgão responsável a Secretaria Municipal de Educação de Paulo Lopes.

No aspecto local, a comunidade onde está localizada a escola, bairro Penha, dispõe de comércios, indústrias e órgãos públicos, portanto, o perfil socioeconômico é bem diversificado.

Nossa escola atende aproximadamente 400 estudantes matriculados do Ensino Fundamental do 1° ao 9° ano. Contamos com um quadro de aproximadamente 50 professores, uma Diretora Escolar, uma Assessora de Direção, uma Secretária Escolar, uma Assistente Técnica Pedagógica e sete agentes de serviços gerais.

Temos uma Associação de Pais e Professores (APP) que atua juntamente com a gestão escolar, possuindo um Estatuto próprio com suas regras de vigência para regularizar seu funcionamento. Possui uma diretoria com mandato de 03 anos, que é eleita pela própria associação de pais e professores em assembleias. Esta colabora com a fiscalização dos recursos vindos do Governo Federal e Promoções, realizadas para garantir melhorias para nossa Unidade Escolar.

2.2 Biografia do homenageado.



Ivo Silveira nasceu em 26 de março de 1918, no município de Palhoça/SC. Filho de Vicente Silveira de Sousa Júnior e de Lídia Sanceverino Silveira e casado com Zilda Luchi Silveira, com quem teve três filhos: Ivo Silveira Filho, Elisabeth, Carlos Roberto e Renato Silveira. Este último foi Deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Cursou os estudos primários (atual Ensino Fundamental) na Escola Complementar Wenceslau Bueno, em Palhoça, parte do estudo secundário (Ensino Médio) realizou na antiga Escola Normal Regional e concluiu-o no Colégio Catarinense em Florianópolis/SC.

Em 1940, concluiu o curso complementar Pré-Jurídico também no Colégio Catarinense. Nesse mesmo ano passou no concorrido vestibular da Faculdade de Direito de Santa Catarina, onde teve aulas com os professores Henrique Raupp Júnior, Urbano Salles, Nereu Ramos e Henrique Stodieck, entre outros. Ainda em 1940, o Interventor (Governador) do Estado, Nereu Ramos, nomeou-o Adjunto de Promotor Público do município de Palhoça.

Em 1943, foi Contador na Prefeitura de Palhoça e Acadêmico e Patrono da Cadeira número 7 da Academia de Letras de Palhoça. Foi também nomeado Prefeito Municipal de Palhoça (em 14 de fevereiro de 1946) e Delegado Adjunto da Delegacia da Ordem Política e Social. No ano de 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD), foi eleito Prefeito de Palhoça. Foi nomeado Consultor Jurídico do Estado em 1950. Pelo PSD, elegeu-se quatro vezes Deputado Estadual à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e participou das seguintes Legislaturas:

- 2ª Legislatura (1951-1955), eleito com 2.912 votos;
- 3ªLegislatura (1955-1959), obteve 3.479 votos;
- 4ª Legislatura (1959-1963), alcançou 5.535 votos e foi líder do Governo de Celso Ramosna Assembleia;
- 5ª Legislatura (1963-1967), recebeu 6.328 votos no pleito, foi Presidente da Assembleia Legislativa, de 1963 a 1965, e respondeu interinamente pelo

Governou o Estado, de 30 de junho a 31 de julho de 1963, durante a afastamento de Celso Ramos. Também pelo PSD, concorreu ao cargo de Governador do Estado de Santa Catarina tendo como Vice Francisco Dall'Igna, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foram eleitos nas eleições de 3 de outubro de 1965, com 328.480 votos.

Tomou posse como Governador em 31 de janeiro de 1966, substituindo Celso Ramos. Durante o mandato, realizou inúmeras obras, das quais se destacam:

- Expansão da rede elétrica, por meio de investimentos nas linhas alimentadoras e reformas na distribuição e das redes de distribuição até o interior do Estado;
- Construção da Av. Rubens de Arruda Ramos (Beira mar Norte), em Florianópolis (Capital);
- Construção do Manicômio Público;
- Estabeleceu o Plano Estadual de Educação e construiu 100 escolas em todo Estado;
- Implantou a atual sede das Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC)
- Implantou a atual sede do Laboratório Central de Saúde Pública;
- Determinou a construção do presídio e das primeiras delegacias de Florianópolis;Construção do prédio da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC);
- Implementou a Escola da Polícia Militar;
- Iniciou as obras da ponte Colombo Salles, na Capital;
- Lançou a pedra inaugural do Palácio Barriga Verde da Assembleia Legislativa.

Com a instauração do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que extinguiu o pluralismo partidário e introduziu o bipartidarismo no Brasil, coordenou no Estado a estruturação da Aliança (ARENA).

Durante o mandato de Governador, seu Vice, Francisco Dall'Igna, foi cassado por decreto da Presidência da República em 19 de julho de 1966. Concluiu seu governo em 15 de março de 1971, transmitindo o cargo para Colombo Salles.

Presidiu o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CONDESUL), em 1967. No mesmo ano, foi exonerado do cargo de Consultor Jurídico do Estado e passou a atuar como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Nas eleições de 1974, concorreu à vaga ao Senado por Santa Catarina, pela ARENA, recebeu 473.473 votos, mas foi vencido por Evelásio Vieira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que conquistou 535.850 votos. Em 1982, foi Secretário de Negócios da Fazenda no Governo de Jorge Bornhausen. Faleceu em 2 de agosto de 2007, em Florianópolis. Foi sepultado no Cemitério Municipal de Palhoça.

2.3 Missão

A Escola Básica Dr. Ivo Silveira tem como MISSÃO oferecer ensino público e gratuito de qualidade. Com a VISÃO em formar cidadãos com consciência dos seus direitos e deveres. Tem como VALORES a educação voltada para a preservação da cultura local respeitando os direitos humanos, buscando os princípios de condutas baseadas na cooperação, ética e empatia, promovendo assim, uma educação de qualidade possibilitando que todos os estudantes construam sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia através da sistematização de conhecimento e amadurecimento intelectual, construindo assim uma identidade que auxilie na interpretação da realidade e na articulação de ações coletivas necessárias para a transformação desta relação de exploração, individualismo, competição e lucro, atuando com mais solidariedade, inclusão, igualdade e respeito, conquistando uma vida melhor para si e todos da sociedade.

Objetiva-se neste projeto a produção coletiva como forma de superação de desafios, buscando uma transformação social não só no âmbito escolar, mas onde os cidadãos possam desenvolver uma concepção de sociedade justa, solidária, igualitária e sustentável. Visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar.

2.4 Filosofia da escola

Compreende-se que a educação é um instrumento de desenvolvimento de informação ampla que pode possibilitar a luta pelos direitos a cidadania, de liberdade pessoal e social, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. A educação é o agente fundamental na formação e sistematização das crenças e valores dos diferentes grupos sociais, transmitindo conhecimentos historicamente construídos por um povo. Sabe-se que o ser humano não nasce pronto, ele constrói seus conhecimentos dia a dia, baseado em suas vivências, e ao inserir-se no ambiente escolar, inicia a sistematização dos mesmos.

Neste sentido, discutimos e definimos concepções para um Projeto Político e Pedagógico de base humanista que questione o porquê das coisas e do mundo, de base democrática, com responsabilidade socioambiental, com princípios de inclusão, cidadania, respeito, diversidade, participação e solidariedade.

A filosofia de nossa Unidade Escolar baseia-se em:

A educação integral é (...) estratégia histórica que visa desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, que considerem a educabilidade humana em sua múltipla dimensionalidade (...) uma formação mais integral dos cidadãos supõe considerar e reconhecer o ser humano como sujeito que produz, por meio do trabalho, as condições de (re) produção da vida, modificando os lugares e os territórios do viver, revelando relações sociais, políticas, econômicas, Culturais e socioambientais. (...) Assim, Os espaços de formação podem/devem se converterem lócus de socialização de saberes, de estudo organizado dos acontecimentos, de iniciação a pesquisa e de Incentivo a leitura científica do mundo".(PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA,p.26)

Portanto, destacam-se os quatros seguintes princípios para viabilizar a educação de formação integral:

a) Gestão democrática e compartilhada como princípio administrativo;
b) Pesquisa, contextualização, comprometimento, competência e percurso formativo como princípio pedagógico;
c) Trabalho, solidariedade, ética, estética, disciplina, humildade, democracia e resiliência como princípio educativo;
d) Diversidade como princípio formativo.

O educador mediador do processo, precisa fazer uma leitura do estudante na sua totalidade, complexidade e diversidade, precisando assim, planejar metodologias e dinâmicas de atuação que atendam as diferentes demandas. O entendimento é de que a concepção de aluno, educação, sociedade, ensino aprendizagem são determinantes na ação pedagógica e que orientam o método.

O corpo docente precisa ter claro que é necessário provocar situações de ensino–aprendizagem que proporcionem a análise crítico-reflexivo, partindo de situações existentes no convívio social e científico. Ainda como mediador, o educador proporciona a aprovação e inserção de todos os estudantes na escola. É importante ressaltar que os educadores, embora em constante processo de construção da própria identidade, podem servir de referência para os estudantes, numa somatória de ações, gestos e atitudes. É importante ressaltar que deve-se levar em consideração a heterogeneidade de toda a comunidade escolar.

A Instituição Escolar oferecerá aos seus estudantes, ensino com base nos seguintes princípios emanados da Constituição Federal:

- Igualdade de condições de acesso e permanência na escola.
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber;

- Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- Respeito á liberdade e apreço a tolerância;
- Gratuidade do ensino público;
- Valorização da educação escolar;
- Gestão democrática do Ensino Público, conforme a Lei de Diretrizes e Bases;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extraescolar;
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, da natureza e da sociedade.

Diagnóstico da Escola

A Escola Básica Dr. Ivo Silveira, a cada ano letivo, para reestruturar o Projeto Político Pedagógico da Instituição, realiza-se uma pesquisa para atualizar o diagnóstico do público em atendimento. Está em anexo os dados referente as pesquisas.

2.5 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E CRIANÇA

Com base no histórico, a Educação Infantil surgiu a partir da necessidade de ter um lugar para dar assistência às crianças das famílias que trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos. Nesse momento a Educação infantil teve uma ideia de assistencialismo. Após a Constituição de 1988, a Educação Infantil foi reconhecida como dever do Estado com a Educação. As creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade pautadas em uma nova perspectiva preparatória a etapas posteriores a escolarização.

A Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), regulamentando esse ordenamento, introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais, a integração das creches nos sistemas de Ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica (MEC, 2013, p.81), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade, em seus aspectos físicos, afetivos, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

No ano de 2022, nossa escola deixou de atender os estudantes da Educação Infantil pois no mesmo bairro foi ampliado o CEI Leonardo Borges Nunes. A partir desse ano, o CEI do bairro passa a atender estudantes de 1 a 5 anos de idade.

Com o intuito de garantir os direitos das crianças, foi criado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, pela Lei n. 8069. Este estatuto reconhece a criança na fase da infância como pessoas de direito a possuir todos os demais direitos fundamentais a pessoa humana. O ECA reconhece a criança até os 12 anos de idade incompletos.

Entendemos que a criança depende do outro para sobreviver e aprender, porém, esta condição de dependência não é compreendida por nós como fragilidade, mas como um fator estimulante para o seu desempenho, pois sabemos que ela é um sujeito social, que aprende e se desenvolve através das interações sociais.

É um período de formação humana com características próprias. Um período de aprendizagem e desenvolvimento que se estrutura a partir das interações criança/criança, criança/adulto, criança/objetos físicos e sociais. É pela interação que a criança faz descobertas, invenções, construindo seu conhecimento e sua personalidade.

Sujeito ativo, criativo, inventivo, investigador, afetivo, que por meio da mediação do adulto/educador constrói e amplia seu conhecimento de mundo.

“A criança é um cidadão de direitos e um sujeito sócio-histórico-cultural que em função das interações entre aspectos biológicos e culturais, apresenta especificidades no seu desenvolvimento.” (BRASIL, PROINFANTIL, 2005, p.23).

A escola considera tais finalidades, para que as crianças nesse momento de sua vida vivenciem o mundo, construam conhecimentos, expressem-se, interajam e manifestem desejos e curiosidades de modo bastante peculiares.

2.6 CONCEPÇÃO DE ADOLESCÊNCIA/ADOLESCENTE

A adolescência é compreendida hoje como uma categoria histórica, que recebe significações e significados, que podem ser compreendidas quando inseridas na história que geraram. Portanto deve ser pensada como categoria que se constrói, se exercita e se reconstrói dentro de uma história e tempo específicos.

Segundo Aguiar Ozella (2003, p.20), é necessário superar as visões naturalizantes presentes na psicologia e entender a adolescência como um processo de construção sob condições históricas-culturais específicas.

Na fala dos profissionais, a adolescência fica entendida como uma fase de desnorteio, dificuldades, desencontros, confusão e vulnerabilidade, correspondendo ao modelo de

adolescência social e culturalmente predominante, que indica a compreensão de que adolescência possa ser diferente do sujeito, em cada cultura.

Na visão sócia histórica, entende-se que o sujeito é afetado pelo mundo e vivencia essa experiência com muitas possibilidades de sentidos, construindo seu mundo psicológico e ao mesmo tempo em que interfere no mundo, pela atividade e mediação da linguagem, para Vigotski (2001), os afetos são estados corporais que aumentam ou diminuem a capacidade do corpo para a ação.

O ECA define a adolescência como um período de idade entre 12 e 18 anos, podendo em alguns casos se estender até os 21 anos. O mesmo reconhece que o adolescente é um sujeito de direitos em processo de desenvolvimento, sendo que, a família e a sociedade devem zelar pelos mesmos. Desta forma todos os adolescentes independentes de raça, cor, classe social, tem direito a vida, saúde, alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura a dignidade, ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária.

Em nossa Unidade Escolar nossos adolescentes são atendidos em suas necessidades educacionais e psicológicas com apoio pedagógico e em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, nas suas necessidades principais. Sempre que necessário, são realizadas palestras com temas pertinentes a essa fase da adolescência com especialistas na área proposta e solicitada pelos professores e de acordo com as necessidades dos adolescentes.

2.7 ENSINO FUNDAMENTAL

A Escola Básica Dr. Ivo Silveira oferece a sua comunidade e bairros vizinhos o Ensino Fundamental para crianças e adolescentes em idade de 6 a 14 anos. O objetivo Principal do Ensino Fundamental segundo a LDB em seu Art. 32 da Lei nº 9394/2006, garante que o aluno conclua o Ensino Fundamental com domínio da leitura e da escrita, e a compreensão do ambiente social em que está inserido. A Lei determina também que a matrícula no Ensino Fundamental é obrigatória sendo responsabilidade dos pais e do governo garanti-la. O Ensino Fundamental se divide em anos iniciais, de 1º á 5º ano, que atende estudantes com faixa etária de 6 a 10 anos em média e anos finais, que atende estudantes com faixa etária de 11 a14 anos em média.

Nosso calendário escolar se divide em 200 dias letivos, 800 horas aula, 4 horas diárias. Em nosso município oferecemos aulas de Língua Inglesa desde o 1º ano do Ensino

Fundamental. Lembramos também da obrigatoriedade nos anos finais (a partir do 6º ano), o estudo sobre as relações étnico raciais e cultura indígena.

O Ensino Fundamental tem constituído foco central na luta pelo direito da educação, sua organização e funcionamento tem sido objeto de mudança que se refletem nas expectativas de melhoria de sua qualidade e de ampliação de sua abrangência, com preocupações cada vez mais acentuadas quanto à necessidade um currículo e de novos projetos políticos-pedagógicos que sejam capazes de dar conta dos grandes desafios educacionais da sociedade atual.

Nesta etapa de ensino, é direito do cidadão a garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política. É dever da nação assegurar que todos tenham acesso, cursem integralmente e cheguem a conclusão do processo de escolarização, adquirindo valores, atitudes e habilidades derivadas dos conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

2.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No ano de 2022, foi implantada em nossa Unidade Escolar a Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Uma vez por semana os estudantes com deficiência, em comum acordo com a família e a escola, são atendidos por um professor no contra turno do horário de aula. Este atendimento não é obrigatório, a família deve estar de acordo e é de responsabilidade da mesma levar o estudante para o lugar de atendimento. O objetivo principal desse atendimento é garantir o desenvolvimento do aluno com deficiência para que ele possa utilizá-lo também na classe regular e em sua vida cotidiana.

Cabe lembrar que no atendimento do AEE, não somente são tratados assuntos científicos, mas também como os estudantes devem viver socialmente.

O segundo professor deve se fazer presente nas salas de aula, acompanhando os estudantes com deficiência, devendo planejar juntamente com o professor regente a melhor forma de promover o desenvolvimento desse aluno, permanecendo em classe auxiliando toda a turma como descrito na Lei. Importante ressaltar que tanto o segundo professor quanto o professor regente, são responsavéis pelo estudante com deficiência, estabelecendo parcerias e trocas relacionado ao processo de ensino e aprendizagem do estudante

A Educação Especial brasileira vem passando por profundas mudanças nos seus pressupostos filosóficos e metodológicos construindo mecanismos para uma prática pedagógica voltada à inclusão da diversidade.

Carvalho (2002) nos relata que um dos pontos primordiais para que se efetive a inclusão social, é a remoção de barreiras.

> *Conscientizar a sociedade de que as limitações impostas pelas múltiplas manifestações das deficiências não devem ser confundidas com impedimentos. Estes têm origem na própria sociedade, em suas normas e nos estereótipos que cria, prejudicando o desenvolvimento individual que depende das interações com os outros, do viver com, sendo como cada um de nós" é "ou" está. "A questão do estar deficiente nos permite pensar no grande número de crianças tornadas deficientes, porque foram assim consideradas pelos seus professores e, assim, passaram a considerar-se.* (Carvalho, 2002, p. 24).

Conforme a Política Nacional de Educação Especial (1994), *os programas pedagógicos da Educação Especial estão baseados nos princípios de normalização, integração e individualização* (p.39). Estes programas procuram dar ênfase as propostas integracionistas, visando garantir atendimento educacional às pessoas com deficiência em ambiente o menos restrito possível.

O acesso à apropriação do saber é direito assegurado a todas as pessoas pela Constituição da República Federativa do Brasil (1998) artigo 208, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e Lei Orgânica de cada município.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de (1996) na resolução nº 2 CNB/CEB, de 11 de setembro de 2001, institui que a educação de estudantes que apresentam necessidades especiais, na Educação Básica, em todas suas etapas e modalidades deve ser preferencialmente na rede regular de ensino. Cabe a escola organizar-se para o atendimento aos estudantes com deficiência, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade.(p.08).

Considerando a diversidade das deficiências apresentadas em nossa escola, necessita-se dinamizar nosso currículo para atender efetivamente as necessidades educacionais de todos os estudantes com deficiência ou sem deficiência. Procurando subsidiar a prática docente dos educadores de todo país, quanto à tarefa de atender a esses estudantess incluídos em nossa escola, foi necessário adaptar o currículo bem como processo avaliativo.

Os estudantes que apresentam necessidades próprias e diferentes dos demais no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerem recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos: pessoas com deficiência mental, visual, auditiva e múltipla e com transtornos de aprendizagens.

A avaliação na educação especial se dá através do respeito à individualidade de cada estudante, independente das dificuldades que este apresente. Por isso, propor aos estudantess atividades coletivas onde a colaboração e solidariedade possam ocorrer é uma estratégia muito importante no processo de avaliação.

O posicionamento da escola em relação à educação inclusiva se orienta no sentido de promover a inclusão das diferenças. Para tanto, se fez necessário algumas reflexões com a comunidade escolar, lançando um olhar para as situações produzidas no espaço escolar que determinam as condições de inclusão e exclusão no cotidiano da escola. Nossa reflexão nos conduziu a seguinte pergunta: O que consideramos diferente e o que consideramos comum neste processo de convivência em que está em jogo a formação dos estudantes? Entendemos que a formação dada pela escola implica além dos conhecimentos científicos, os valores que permeiam a conduta dos profissionais que ali estão responsáveis pela formação dos estudantes, e esta conduta constitui a construção da identidade do que eles compreenderão como comum ou diferente. Silva (2002, p.9) diz que a identidade é, assim, marcada pela diferença. De acordo com este autor, a identidade é marcada por meio de símbolos e por representações que, ao mesmo tempo em que constroem a identidade, fazem uma marcação das diferenças, atuando esta marcação como componente chave em qualquer *sistema classificatório.* (HALL,1997b).

Portanto é um grande desafio a todos os envolvidos no processo educacional ter um olhar desprovido de um sistema tipo classificatório, e imbuído de capacidade humana, técnica e legal que o assunto inclusão exige para ser tratado. Como orientação legal, utilizamos a LDBEN/2001 bem como os demais documentos legais atualizados para tratar das especificidades de currículo, avaliação, certificando enfim, todo o fazer pedagógico deste estudante, o qual precisa de adaptações de pequeno e grande porte. Estas adaptações, seja um simples modo de pegar o lápis ou uma grande mudança estrutural da escola, garantirá o acesso para alcançar igualdade de oportunidades. Todas estas leis estão à disposição dos professores e deverá ser mostrado a cada novo ano letivo para os novos profissionais que irão trabalhar na escola.

2.9 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)

A instituição da Lei 10.639/2003, modificada pela Lei 11.645/2008 tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras com a proposta de construir uma sociedade onde a diversidade étnica e já reconhecida, e o ideal democrático nos possibilite edificar uma sociedade de direitos e de oportunidades iguais a todos àqueles que dela participam.

A lei aponta para a necessidade de uma educação positiva das relações étnico-raciais, firmando-se numa política de reparações que favorece a formação de cidadãos orgulhosos de seu pertencimento racial. Valida o direito do negro e do indígena de se reconhecer na cultura nacional, sendo a lei também um dispositivo legal que visa garantir a permanência e o sucesso dos descendentes negros e indígenas na educação escolar e é a partir da valorização da diversidade que se distingue os grupos étnicos no Brasil.

Neste sentido, a lei visa garantir que através de ações de inclusão social e educacional, possamos construir outras relações, nas quais nos reconheçamos na diversidade étnica que constituia cultura brasileira, onde povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos edificaram a diversidade do que somos.

O papel do professor a partir do reconhecimento da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008 é:

- Instrumentalizar-se para que possa conduzir o diálogo mediador do processo de ensino e aprendizagem de forma desmistificadora, argumentativo e fundamentado historicamente;
- Conhecer as várias formas de preconceito, discriminação e racismo no cotidiano escolar e que perpassam o cotidiano social;
- Identificar o racismo e o preconceito no cotidiano escolar, tal como está embutido nos hábitos de convivência social a ponto de passar despercebido à primeira vista e combatê-lo.

Percebemos que a construção de uma pedagogia étnico-racial e antirracista positiva é um desafio, bem como a construção de uma escola de fato democrática. Portanto, o ato educacional não se faz apenas no resgate de conteúdos históricos curricular, mas no reconhecimento dos sentidos e dos valores que queremos e que sejam apropriados pelas gerações atuais e as que ainda virão. Valores que irão dizer de nossa capacidade de rever injustiças e desigualdades socialmente construídas para com os povos indígenas e afro-brasileiros. Daí a necessidade de dar visibilidade às histórias e culturas desses povos.

Histórias e culturas estas que foram ocultados e silenciados na história e na educação brasileira.

A educação que tem por princípio a diversidade deve promover situações cotidianas nas quais a diversidade possa ser expressa e reconhecida.

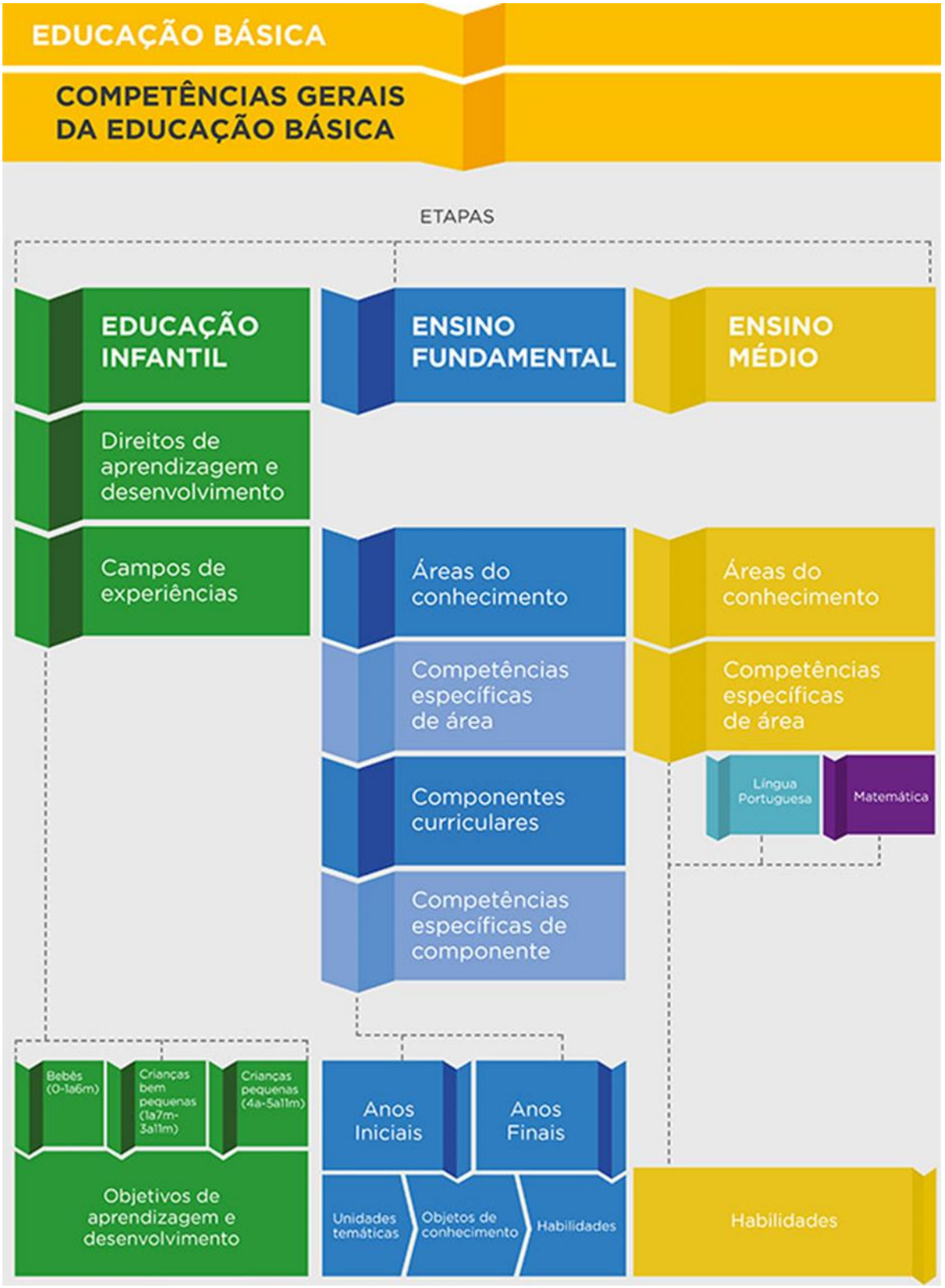
Educar para a diversidade implica:

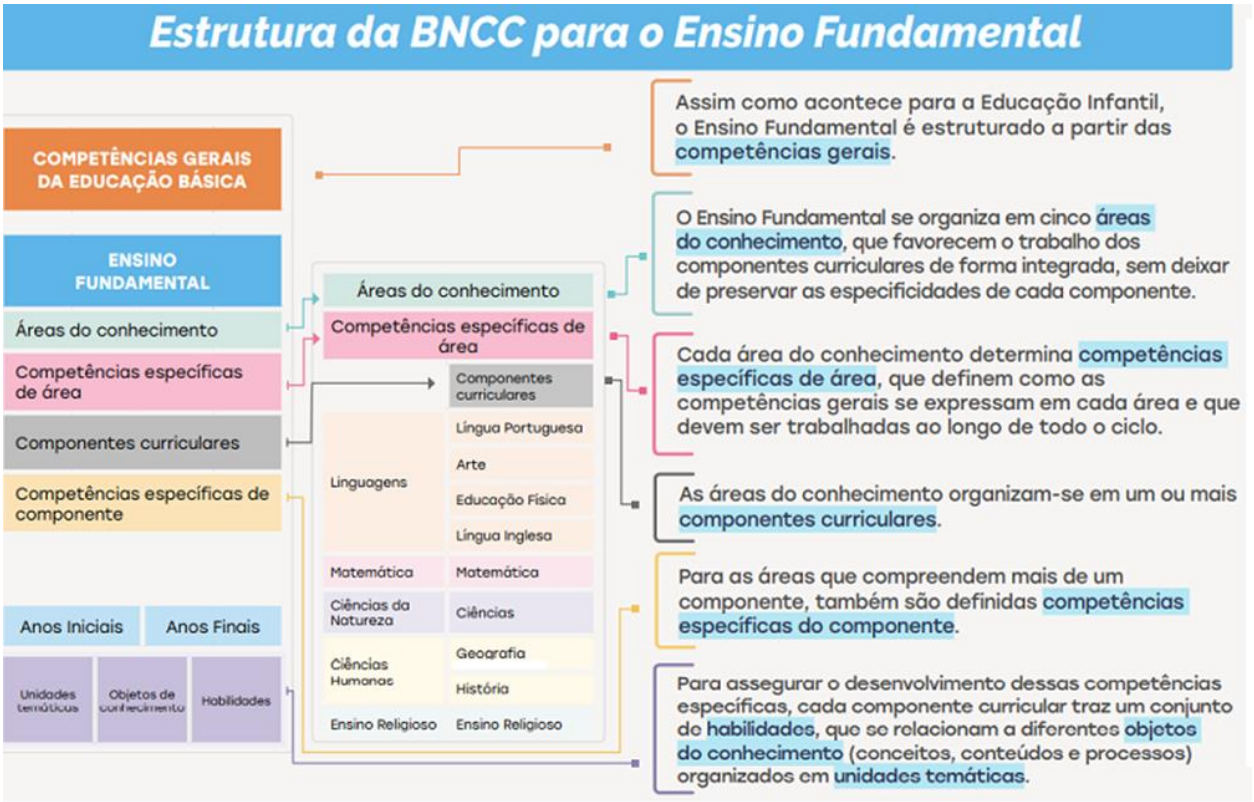
- Reconstruir os modos de pensar e de agir que culturalmente tem nos sustentado;
- Resgatar os saberes que foram negados e silenciados no sistema educacional;
- Reconhecer os conhecimentos indígenas, africanos e afro-brasileiros, que não são melhores ou piores que outros saberes, mas sim diferentes;
- Identificar a singularidade cultural de cada povo e as diferentes belezas que estes possuem;
- Desvelar o imaginário preconceituoso;
- Apontar pontualmente na história do desenvolvimento humano, a contribuição do povo africano nessa evolução;

Assim, acreditamos que a implementação desta Lei em nossa escola, irá contribuir com uma educação humanizadora, missão de nossa escola.

A Escola Básica Dr. Ivo Silveira fará na semana da “Consciência Negra” atividades relacionadas a esta temática – Educação para as Relações Étnico raciais - em todos os níveis de ensino e conteúdos, da melhor forma possível: seja disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. Ainda terá como conclusão dos trabalhos, apresentações feitas pelos estudantes nos diferentes componentes curriculares no pátio da escola ou em outro local escolhido e em data a ser agendada pela Unidade Escolar.

2.10 PROPOSTA CURRICULAR





Este documento encontra-se pautado nas 10 Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular, são elas:

- Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva

- Pensamento científico, crítico e criativo: Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer a abordagem própria da ciência, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e investigar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

- Repertório Cultural: Valorizar e fruir as diversas manifestações artisticas e culturais e participar de práticas diversificadas da produção artístico cultural.

- Comunicação: Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual motora, como Libras e escrita, corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das

linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

- Cultura Digital: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida social e coletiva.

- Trabalho e Projeto de Vida: Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, conciência crítica e responsabilidade.

- Argumentação: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

- Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com ela.

- Empatia e Cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo,a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de individuos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

- Responsabilidade e Cidadania: Agir pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

3- CONTEXTO DA ESCOLA

3.1 Dimensão administrativa

A dimensão administrativa é organizada em instâncias pautadas na gestão democrática, todos os níveis e funções são consultados no momento de alguma tomada de decisão. Neste sentido, a escola se enquadra dentro deste perfil que é fundamental para o estabelecimento de relações profícuos no âmbito da organização escolar.

Dentro dos limites de competência de cada instância, o trabalho é articulado de forma em que todos possam sugerir e propor alternativas diferenciadas para o bom funcionamento da escola.

A escola tem como mantenedora, a Secretaria de Educação. No âmbito do ambiente escolar a organização é a seguinte: Direção, assessoria, secretaria, assistente técnica pedagógica, corpo docente e estudantes. Como instância de representação tem-se a Associação de Pais e Professores (APP). A escola como inserida na comunidade é privilegiada com parcerias que contribuem de forma efetiva nos eventos realizados.

A gestão democrática garante um ambiente muito mais harmonioso, seguro e saudável proporcionando ao coletivo tranquilidade para o desenvolvimento das ações pedagógicas ao longo do ano, bem como lidar com as intempéries do cotidiano.

3.1.1 Matrículas, Registro (infrequência, abandono, retenção)

Matrículas

As matrículas e pré-matrículas de nossa Unidade Escolar são realizadas respectivamente no início e no fim do ano letivo, conforme calendário e edital da Secretaria Municipal de Educação. Durante o ano letivo recebemos transferências de outras Unidades Escolares mediante apresentação dos seguintes documentos: atestado de frequência, boletim do atual ano letivo, notas parciais (se houver) e histórico escolar atualizado. A matrícula deve ser realizada pelos pais ou um responsável do estudante pessoalmente. No início do ano letivo, as pré-matrículas podem ser on-line através de um link que é disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação. Documentos necessários para efetuar a pré-matrícula/matrícula são:

* RG/CPF do estudante
* Carteira de vacinação em dia
* Comprovante de residência
* Cartão Nacional do SUS
* RG/CPF dos pais/responsáveis
* Uma foto 3 x 4 do estudante

Obs: não é necessário fazer a rematrícula do estudante a cada ano letivo.

Registros e infrequência

Quanto aos registros de infrequências, nossa escola conta com a colaboração dos professores e da equipe administrativa que acompanha as faltas dos estudantes pelo diário de classe. Os professores comunicam a equipe gestora quando o estudante possui excesso de faltas sem justificativa, e de imediato utilizamos a Busca Ativa entrando em contato com os pais ou responsáveis. Na ausência de resposta dos pais e do não retorno do estudante cadastramos no sistema Apoia do Ministério Público de acordo com as regras do mesmo: 05 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) intercaladas.

Nos casos de abandono escolar, o Ministério Público através do Sistema Apóia é acionado e informa as instâncias: Conselho Tutelar e Assistência Social do Município. Providências de acordo com a Lei do Estatuto da Criança - ECA - são tomadas pela equipe gestora e todos os procedimentos cabíveis a escola para que o estudante retorne à sala de aula são tomadas e devidamente registradas.

Retenção

Desde 1996, ano em que a Lei de Diretrizes e Bases entra em vigor, passa a existir a proibição da reprovação escolar nos anos de alfabetização. A retenção escolar é compreendida como um conjunto de estratégias que garantam o aprendizado dos estudantes nos anos que se entendem como fase de alfabetização. Segundo a Nova Base Comum Curricular, a BNCC, compreende-se como ciclo de alfabetização primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental.

Em nossa Instituição Escolar no 1° ano do Ensino Fundamental o estudante automaticamente avança para o 2º ano, porém, se o professor regente da turma comprovar através de seu Planejamento, Diário de Classe, Relatório e demais documentos de registro

que o estudante não alcançou as habilidades necessárias para seguir o ciclo de alfabetização, ocorre a retenção acionando o Conselho de Classe juntamente com a equipe pedagógica e gestão escolar. Um relatório é escrito, apresentado aos pais e em comum acordo o estudante refaz o 1º ano. O mesmo processo pode acontecer com estudantes do 2º ano.

3.1.2 Funcionamento da Unidade Escolar

Nossa Unidade Escolar oferece o Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano) e programa CAIS.

Os turnos de funcionamento são matutinos e vespertinos, atendendo nos respectivos horários:

- Matutino: 07h45min às11h45min
- Vespertino:13h30min às17h30min

3.1.3 Atendimento aos Pais/mães e Responsáveis:

O atendimento de pais/mães e responsáveis serão realizados com agendamento prévio, exceto nos casos de emergência analisados pela equipe pedagógica, preferencialmente na hora atividade do professor.

A comunicação entre os pais e/ou responsáveis e a escola é garantida por todos os meios disponíveis: agenda escolar, caderno, telefone, WhatsApp e vínculos familiares.

A comunicação virtual será paralela a escrita garantindo a eficácia na comunicação. A escola opta pela adoção de agenda escolar entendendo que os meios digitais na comunidade não são de uso universal e também pela rotatividade na troca de números de telefone dos pais e responsáveis. Em 2021, a escola através da APP fez a aquisição de um aparelho celular com número exclusivo para comunicação com toda comunidade escolar.

A partir deste aparelho foi criado um grupo com contatos dos respectivos pais/ responsáveis e estudantes de cada turma onde os administradores (gestão e corpo docente) enviam mensagens de cunho administrativo e pedagógico. É importante ressaltar que as mensagens da comunidade escolar serão respondidas durante o horário de funcionamento da escola.

3.1.4 O Transporte Escolar;

Nossa intituição conta com 04 (quatro) ônibus para o transporte escolar que realiza o roteiro nas comunidades distantes (Laranjal, Espraiado, Barrinha, Sanga, Canto da Penha, Tigela, Alto Penha) como também no próprio bairro (em ruas mais distantes) onde está localizada a escola.

No ano de 2022, de acordo com a Lei ordinária n° 1940/2022, o chefe do poder executivo cria o cargo de monitor do transporte escolar, onde sua principal atribuição é checar a entrada e controlar a saída dos estudantes; checar itens de segurança; orientar a travessia e observar desembarque no lugar autorizado pelos pais e responsáveis. Segundo a Lei haverá monitores no transporte escolar em que houver estudantes até 6 anos de idade. Como em nosso transporte escolar atende também estudantes do CEI Leonardo Borges Nunes, contamos com um transporte escolar com monitor.

Aos pais e/ou responsáveis e os funcionários da escola que utilizam transportes próprios, devem estacionar observando a sinalização para não colidir com os lugares reservados para os ônibus do transporte escolar.

3.1.5 Alimentação Escolar

Ensinar um estudante a conhecer o valor dos alimentos e a apreciar uma refeição nutritiva e equilibrada é parte integrante da educação. A alimentação saudável contribui para uma vida melhor, tanto pelo aspecto fisiológico, quanto pelo aspecto moral da disciplina do corpo.

A alimentação escolar da nossa Unidade Escolar conta com a orientação de dois profissionais da nutrição, contratados para atender toda rede Municipal com atribuições para planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas, para definir a quantidade e a qualidade dos alimentos a serem oferecidos. O cardápio de nossa instituição é planejado semanalmente, podendo sofrer alterações durante a execução se necessário. Os alimentos oferecidos são adquiridos com recursos do PNAE e recursos próprios do município. São oferecidos lanches na entrada (lanche de acolhida, matutino e vespertino) nos momentos dos intervalos matutino e vespertino (recreio) e durante o horário do almoço para os estudantes que residem distante da escola e que frequentam Projetos extra classe no contra turno.

Em caso do estudante apresentar restrições alimentares, necessitando de uma alimentação diferenciada, o mesmo deve apresentar uma solicitação de prescrição médica e entregar na secretaria da escola, assim, será planejado um cardápio especial para atendê-lo. Cabe salientar que não é permitido trazer nenhum tipo de alimento para ser consumido na Unidade Escolar, inclusive em saídas de Campo. O único momento em que é liberado lanches saudáveis trazidos de casa são nas Festividades de Fim de Ano Letivo.

3.1.6 Calendário Escolar;

De acordo com a Lei Nº. 9394/96, que estabelece a carga horária anual mínima de 800 horas distribuídas por no mínimo de 200 dias letivos. A carga horária semanal para os estudantes do período integral é de 40 horas/semanal, período parcial é de 20 horas semanal.

O Recesso Escolar e as Férias deverão ocorrer respeitando o ano letivo de 200 dias, prevendo intervalo em julho e janeiro. Nosso calendário escolar é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação. Lembramos que o mesmo pode ser adaptado pela equipe gestora, pedagógica e professores de acordo com as necessidades da Unidade Escolar, desde que não prejudique os 200 dias letivos de direito dos estudantes e que esteja de comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação.

O calendário escolar compreenderá a enumeração das atividades curriculares e a distribuição do tempo necessário à sua realização. Deverá ser disposto de maneira a permitir a visualização de compatibilidade das programações. Elaborado em conjunto com equipe escolar.

O calendário escolar, de acordo com as disposições dos órgãos normativos fixará:

- Início e término de ano letivo;
- Época para planejamento e dias de estudos;
- Dias destinados a reuniões pedagógicas e outros colegiados;
- Dias de comemorações estabelecidos por lei ou próprios da escola;
- Períodos de recesso e férias para professores e estudantes.

Serão considerados dias letivos:

- Aqueles em que a unidade escolar funciona em suas atividades normais de aula;

- Os feriados em que se desenvolvam comemorações de datas cívicas, com a presença obrigatória dos estudantes e professores; Festa Caipira; Festa da Família e Mostra/Feira Pedagógica;
- Conselho de Classe (quando for participativo);

Entender-se-á por dia de trabalho escolar efetivo aquele em que o estudante participa do processo ensino-aprendizagem em relação com o professor. As alterações do calendário, determinadas por motivos relevantes, deverão ser comunicadas à autoridade competente, em tempo hábil, para providências cabíveis.

3.1.7 Regimento Escolar/Direitos e Deveres (pais, estudantes);

Quanto às chegadas tardias (estudantes)

Até 10 minutos passar na secretaria e pegar autorização para entrar em sala, exceto em caso de atraso de transporte escolar;
Após 10 minutos aguardará a 2ª aula;
Caso esta situação se repita por três vezes consecutivas, os Pais/Responsáveis serão comunicados.

Será vetado aos nossos estudantes:

- Sair do pátio da escola em período de aula, sem autorização da direção.
- Usar trajes inadequados no ambiente escolar, incluindo o uso do boné;
- Utilizar o celular dentro do ambiente escolar. Lei nº 15. 100/2025 (na íntegra nos anexos).Caso haja uma emergência e o estudante necessite trazer o celular, antecipadamente pais/responsáveis deverão informar a equipe gestora para que o aparelho seja guardado nas dependências da Secretaria Escolar;
- Utilizar o ambiente escolar fora de seu período de estudos sem autorização da equipe gestora;
- Trazer objetos em sua mochila que não estejam dentro das listas de materiais escolares solicitados pelos professores, destaque para objetos com ponta e cortantes que possam causar riscos de acidentes;
- Permanecer na sala de aula durante o intervalo (recreio);

- Mexer nos pertences dos colegas e professores. A Unidade escolar não se responsabiliza por perca de materiais ou pertences;
- Compartilhar garrafas ou copos. Cada estudante deverá trazer sua garrafa ou copo, evitando assim a transmissão de doenças;
- Namoro em ambiente escolar;
- Atrapalhar o bom andamento da aula (conversa excessiva, brincadeiras inadequadas ou não ficar em seu lugar nos momentos em que a aula exija concentração).O professor é autoridade em sala de aula.
- Se negar a realizar as atividades em sala de aula e sair frequentemente dela;
- Insistir em não trazer material escolar, livros didáticos, cadernos e outros; será comunicado aos pais / responsávéis.
- Solicitar fora do prazo de 48h materiais impressos enviados via e-mail ou retirado diretamente de sites de pesquisa; Favor não insistir pois não será impresso.
- Solicitar material escolar a qualquer hora e momento interrompendo o funcionamento adequado do trabalho na secretaria da escola e o desperdício de material escolar;
- Se negar a usar vestimentas adequadas para as aulas de Educação Física (calça confortável, tênis e camiseta/blusa); Ficará sem participar da aula e levará anotação na agenda e somente entrará com assinatura dos pais / responsáveis.
- Aos anos iniciais, vir sem o uniforme completo;
- Aos anos finais, vir sem a camiseta de uniforme e sem calça jeans, preta ou azul;
- Se negar a manter a organização e higiene do espaço escolar e de si próprio;
- Ameaçar colegas ou qualquer outra pessoa do ambiente escolar (bulliyng). Caberá punição conforme protocolo do Bulliyng.

Obs: No início do ano letivo estas regras serão colocadas na primeira página da agenda escolar, assim também como nos grupos de whatsapp, expostas nos murais da escola e nas salas de aula.

Em caso de descumprimento das normas/regras escolares:

As situações e circunstâncias ocorridas no ambiente escolar serão em um primeiro momento analisadas pela gestão, equipe pedagógica e professores. De acordo com gravidade, as ocorrências devem ser resolvidas da seguinte forma:

- 1º e 2º atendimentos será com assessora de direção, com registro em livro de ocorrências;
- 3º ocorrência só entrará com os pais / responsáveis;
- Caso persista, o responsável legal será notificado e a direção escolar irá chamar o conselho tutelar para o cumprimento do ECA.
- Em caso de agressão física e verbal, destruição do patrimônio escolar ou outro ocorrido seguiremos o protocolo do Bullying (em anexo).
- A coordenação pedagógico, ficará com atendimentos voltados para parte pedagógica (notas, dificuldades de aprendizagens);

Deveres dos estudantes

- Ser assíduos;
- Em caso de faltas, comunicar a equipe gestora num prazo de 24h;
- Apresentar atestado médico em prazo de 24h;
- Caso não possua atestado mas sim uma justicativa cabível, pais/responsáveis devem comparecer a secretaria da escolar para solicitar a "Justificativa de Falta" que devidamente preenchida e assinada pelos pais/responsáveis deve se entregue pelo estudante que perdeu alguma avaliação ou trabalho nos dias em que esteve afastado, agendando com o professor responsável uma nova data para realização;
- Cumprir as tarefas e trabalhos e colocar a matéria em dia, caso tenha faltado aula por algum motivo;
- Respeitar equipe gestora e pedagógica, professores e demais funcionários do ambiente escolar, utilizando um vocabulário adequado;
- Promover um ambiente de amizade e paz entre toda a comunidade escolar;
- Participar das atividades extra classe que estão previstas no calendário escolar tais como: Festa Caipira, Desfile Cívico, Mostra Pedagógica, entre outros;
- Estar sempre uniformizados;
- Respeitar o motorista/monitor do transporte escolar;
- Entregar trabalhos nas datas solicitadas pelos professores sem atrasos.

Obs: Os estudantes que não fizerem as tarefas, trabalhos e demais atividades receberão anotações na agenda escolar pelo professor (utilizar modelo padrão secretaria da escola)

caso persista mais de 3 vezes seguidas ou 5 intercaladas o estudante deverá ser encaminhado para coordenação pedagógica da escola que tomará junto a Direção as providências cabíveis.

Ditreitos dos estudantes

- Fica assegurado todos direitos estabelecidos pelo ECA;
- Direito a classe de Atendimento Escolar Especializado, quando portador de deficiência;
- Material escolar didático, desde que tenha disponibilidade na secretaria da escola;

1. Ao iniciar o ano letivo, as famílias/responsáveis que desejarem, deverão solicitar a equipe gestora um kit escolar contendo: caderno, caderno de desenho, lápis, lápis de cor, borracha e caneta azul/preta;
2. Fica determinado que durante o ano letivo o material escolar **somente** será fornecido com solicitação prévia pelos pais /responsáveis por escrito na agenda escolar ou por mensagem via WhatsApp para controle do desperdício;
3. Demais materiais para trabalhos escolares como folhas A4, cartolinas, canetões, pistolas de cola quente e outros devem ser retirados pelo **professor/líder antecipadamente** na secretaria da escola;

- Transporte escolar de acordo com a Lei;
- Alimentação escolar de acordo com suas especificidades;
- Direitos de organizar e participar de entidades estudantis;
- Direito de verificar critérios avaliativos, baseados nas anotações do diário de classe / sistema betha, de cada componente curricular.

Deveres dos pais/responsáveis:

- Manter a documentação do estudante em dia, principalmente contato telefônico e endereço;
- Comunicar a equipe gestora as faltas, atestados e ausências do estudante;

- Procurar a Secretaria da Escola quando precisar de algum documento para o estudante, incluindo requerimento para justificativa de falta para atividades avaliativas, atestado de frequência, transferência entre outros;
- Agendar com antecedência na secretaria da escola uma conversa com professores, se necessário;
- Acompanhar rendimento escolar, participando de reuniões e entrega de boletim;
- Comunicar a equipe gestora o motivo pelo qual o estudante está descumprindo alguma regra da escola;
- Comunicar antecipadamente a equipe gestora caso estudante necessita chegar ou sair do ambiente escolar dentro do horário de aula;
- Olhar diariamente a agenda do estudante ou o grupo de whatsapp, estando ciente das informações da escola;
- Comparecer ou enviar alguém responsável a Unidade Escolar sempre que sua presença for solicitada;
- Acompanhar a vida escolar do estudante com responsabilidade, em especial a retirada boletins nas datas estabelecidas;
- Comunicar por escrito na agenda escolar com assinatura e data ou via whatsapp, quando alguém não autorizado vir buscar o estudante ao término do período ou antes do horário de costume;
- Manter a ficha de matrícula com autorização de pessoas que podem retirar o estudante da escola; ou liberar a ida para sua residência sem transporte e/ou responsáveis.

Direitos dos pais/responsáveis:

- Garantia de estudo gratuito e de qualidade;
- Visitar a secretaria da escola para possíveis sugestões e reclamações;
- Receber com 24h de antecedência comunicados e avisos escolares, exceto em casos de urgência;
- Ter acesso ao planejamento do professor, quando desejarem.

3.1.8 O Cuidado com Estudantes

- Os pais ou responsáveis devem deixar com a escola dados completos sobre a saúde do estudante, que constarão na sua Ficha de Matrícula, e mantê-los atualizados durante o ano letivo;
- Não será permitida a permanência na escola de estudantes doentes, será acionado os pais/responsáveis via telefone para retirada do estudante em caso de apresentar alguns sintomas como febre, frio intenso, tosse, desmaio, entre outros.
- Não é permitido os funcionários medicarem os estudantes dentro da Unidade Escolar.
- **Obs:** O único medicamento que ministramos ao estudante é a Ritalina, sob declaração assinada pelos pais e/ou responsáveis e receita médica. De comum acordo com a Equipe gestora, pais/responsáveis, pois sabemos que o mesmo tem efeito imediato no tratamento de estudantes com TDHA.

3.1.9 Uniformes Escolares:

- O uniforme escolar obrigatório para todos os estudantes:
- Uniforme ofertado pela SME;
- Camiseta branca e camiseta produzida pela turma de formandos;
- Calça, saia ou bermuda ciclista das cores azul, preta ou jeans;
- O uniforme de educação física é: agasalho ou bermuda (lycra, moletom), camiseta branca e tênis com meia;
- Para os Anos Finais, a obrigatoriedade limita-se ao uso da camiseta de uniforme e camiseta da turma.

3.1.10 Protocolos da Escola:

Atas:
Finalidade: registrar reuniões internas: Conselhos de Classe, Reuniões de pais, Reuniões de professores, reuniões pedagógicas, reuniões com funcionários.

Livros:
Finalidade: anotar informações referentes a convocação para reuniões, lista de presença de pais e professores, advertências, protocolos de entrega de documentos, ocorrências com estudantes.

Requerimentos

Finalidade: assegurar o direito do estudante realizar provas e trabalhos com apresentação da justificativa dos pais através desse requerimento quando não há atestado. Para solicitações á SME, APP, Conselho Tutelar, Assistência Social, Secretaria da Saúde, Setor de Recursos Humanos, entre outros

Comunicados:

Finalidade: meio de comunicação entre família e escola. Seja ele escrito na agenda ou por grupo de WhatsApp. Para comunicar sobre reuniões, dispensas de aula, advertências, lembretes de tarefas, provas ou trabalhos, eventos escolares entre outros.

Atestados de matrícula e frequencia:

Finalidade: comprovar que o estudante está matriculado e/ou frequentando assiduamente a unidade escolar.

Histórico Escolar:

Finalidade: comprovar a situação acadêmica do estudante e seu rendimento escolar. Nele estão descritos os componentes curriculares do curso até o ano em que está matriculado, bem como as notas que possui até o momento. Na conclusão do Ensino Fundamental o estudante retira seu Histórico Escolar juntamente com seu Certificado de Conclusão.

3.1.11 Arquivos Escolares;

A escrituração e os arquivos dos documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo a verificação da:

- Identidade de cada estudante;
- Regularidade de seus estudos;
- Autenticidades de suas vidas escolares;
- Documentação específica da unidade escolar de origem.

Os documentos escolares são registrados em fichas e documentos informatizados pelo sistema Betha desde 2015, no qual teve sua versão atualizada no ano de 2018. Os documentos compõem-se de:

- Ficha de matrícula;

- Diário de Classe;
- Parecer geral descritivo por turma, campos de experiências e objetivos de aprendizagem da Educação Infantil;
- Parecer Individual descritivo e critérios de avaliação dos objetivos de aprendizagem por campos de experiências disponível no SISTEMA BETHA.
- Entre outros que se faz necessário.

3.2 Dimensão pessoal:

3.2.1 O (A) Diretor (a) Escolar;

Seus deveres são:

- Construir com a comunidade escolar as diretrizes gerais de planejamento e organização do estabelecimento, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação;
- Representar a escola perante as autoridades;
- Abrir, rubricar, encerrar e assinar os livros atas em uso;
- Organizar o horário dos funcionários;
- Zelar pela legalidade, regularidade e autenticidade da vida escolar dos estudantes;
- Convocar representantes de entidades escolares como: pais, professores e funcionários para participarem do processo de construção do PPP;
- Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do PPP;
- Fazer cumprir a proposta da comunidade escolar, garantindo que a escola cumpra sua função social e a construção do conhecimento;
- Coordenar juntamente com a comunidade escolar os recursos financeiros para as devidas prestações de contas;
- Articular-se pedagogicamente, administrativamente exercendo seu papel de gestor democrático;
- Cumprir e fazer cumprir as legislações em vigor, comunicando os professores, funcionários e estudantes segundo as decisões tomadas nas reuniões;
- Cumprir o calendário escolar;
- Comunicar aos pais ou responsável qualquer infração ou ocorrência grave cometida pelo estudante ou com o estudante nas dependências da escola;
- Zelar pelo patrimônio da escola.

Seus Direitos São:

- Liberdade de expressão e respeito as suas crenças e valores;
- Melhorias nas condições de trabalho e salários;
- Garantia de cumprimento das Leis que regem sua profissão.

3.2.2 Assessor de Direção;

Seus Deveres São:

- Desenvolver juntamente com o Diretor Escolar;
- As diretrizes gerais de planejamento e organização do estabelecimento, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação;
- Representar a escola perante as autoridades;
- Abrir, rubricar, encerrar e assinar os livros atas em uso;
- Organizar o horário dos funcionários;
- Zelar pela legalidade, regularidade e autenticidade da vida escolar dos estudantes;
- Convocar representantes de entidades escolares como: pais, professores e funcionários para participarem do processo de construção do PPP;
- Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do PPP;
- Fazer cumprir a proposta da comunidade escolar, garantindo que a escola cumpra sua função social e a construção do conhecimento;
- Coordenar juntamente com a comunidade escolar os recursos financeiros para as devidas prestações de contas;
- Articular-se pedagogicamente, administrativamente exercendo seu papel de gestor democrático;
- Cumprir e fazer cumprir as legislações em vigor, comunicando os professores, funcionários e estudantes segundo as decisões tomadas nas reuniões;
- Cumprir o calendário escolar;
- Comunicar aos pais ou responsável qualquer infração ou ocorrência grave cometida pelo estudante ou com o estudante nas dependências da escola;
- Zelar pelo patrimônio da escola.

Seus Direitos São:

- Liberdade de expressão e respeito as suas crenças e valores;
- Melhorias nas condições de trabalho e salários;

- Garantia de cumprimento das Leis que regem sua profissão.

O Poder Executivo: Cria o cargo de Diretor Escolar, Assessor de diretor escolar e regulamenta o processo de gestão democrática para diretores de Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino de Paulo Lopes E com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, a Lei nº 1648/2015, na Meta 17, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: LEI N° 1916/2021

Art. 1º Cria o cargo de diretor escolar e assessor de diretor escolar conforme requisitos e descrição do anexo I desta lei.
Art. 2º O Cargo ou Função de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Paulo Lopes, será de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo e Consulta a Comunidade Escolar primando pela Gestão Democrática
Art. 3º Constituem-se critérios básicos para os candidatos o cargo ou função de Diretor Escolar:
I - Ter formação em nível superior na área de Educação;
II- Ter especialização ou cursos na área de gestão escolar;
III - Ter atuado durante 03 (três) anos letivos completos na Rede Municipal de Ensino de Paulo Lopes.
IV – Participar do Curso de Gestão Escolar, ofertado pela Secretaria Municipal de Educação no primeiro semestre de 2022 e, sempre que for necessário construir um novo Plano de Gestão, na mudança de mandato do Executivo
V - Será obrigatória a elaboração de Plano de Gestão, por Unidade Escolar, desenvolvido a partir do Projeto Político Pedagógico da Unidade, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e validado em Assembleia Geral da Comunidade Escolar, com registro em Ata;
VI - Ter dedicação exclusiva na Rede Municipal de Ensino durante o exercício da função;
VII – A Gestão Escolar e o Diretor Indicado, serão avaliados, pela Comunidade Educativa anualmente, com instrumentos de registros organizados pela Secretaria Municipal de Educação;
VIII– A Unidade Escolar com mais de 300 estudantes, o Diretor poderá escolher um assessor de direção para o desenvolvimento das atribuições estabelecidas no anexo 1;
IX - fica vedada a indicação do servidor, que tenha sofrido penalidades previstas no título VII, capítulo I, da Lei nº 660/1994;

X- Fica vedada a indicação do servidor, que tenha sofrido 03 ou mais faltas injustificadas nos últimos 04 quatro) anos letivos;

Art. 4º Ficam revogadas as leis nº 855/2000, nº 1556/2013, bem como suas alterações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir de 2022.

3.2.3 Assistente técnico-pedagógico

Atribuições:

- Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;
- Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação as legislações e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentos ou recursos;
- Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas pessoais;
- Selecionar e classificar e arquivar documentação;
- Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relacionadas à assistência aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver outras atividades afins ao órgão e sua área de atuação;
- Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- Participar do planejamento curricular;
- Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
- Contribuir para criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;
- Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;
- Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
- Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;
- Participar da elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;
- Administrar e organizar os laboratórios existentes na escola;

- Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares; e executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.
- Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico.

3.2.4. Coordenador Pedagógico Anos Iniciais.

Lei Complementar nº 84/2022 de 22 de dezembro de 2022.

- Assessorar o Secretário de Educação e o Coordenador Geral de Ensino da coordenação pedagógica em todas as etapas e modalidades de Ensino nas Unidades Escolares.
- Coordenar, supervisionar, orientar os professores na elaboração e execução dos planejamentos e execução das aulas.
- Organizar e executar atendimentos pedagógicos na hora atividade do professor.
- Assessorar o Secretário de Educação e o Diretor Geral de Ensino no cumprimento do calendário letivo e na execução dos projetos pedagógicos.
- Substituir professores em ausências temporárias para não haver prejuizos nos dias letivos.
- Acordos entre Secretaria Municipal de Educação e Direção Escolar neste ano de 2025;

Obs.: No ano de 2025 a professora Joyce Fernanada Nunis atenderá o Ensino Fundamental II e a professora Carine Pereira Borges atenderá o Ensino Fundamental I.

3.2.4 Os Agentes de Serviços Gerais**;**

Os Agentes de serviços gerais têm como dever a manutenção, higienização, preservação do ambiente escolar, bem como preparar merenda da Unidade Escolar, sendo coordenados e supervisionados pela equipe gestora.

Em nossa unidade o quadro de pessoal para os Serviços Gerais é formado por sete (7) servidores, onde acontece um rodízio de funções durante as semanas de trabalho, e/ou acordos estabelecidos pela equipe gestora.

Fica estabelecido os seguintes deveres:

- Participar da elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Preparar e servir a merenda escolar, controlando-a quantitativa e qualitativamente;
- Usar touca, luvas e aventais durante o preparo dos alimentos e ao servir a merenda – exigência da vigilância sanitária;
- Informar ao Diretor da escola a necessidade de reposição do estoque, em tempo hábil;
- Conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho, procedendo na verificação da data de validade dos produtos alimentícios, na limpeza do ambiente onde são preparados os alimentos, na arrumação do local e cuidar para que não ocorra a infestação de insetos roedores no local, realizando mensalmente de detização dos ambientes;
- Efetuar a limpeza diariamente (salas, pátio, quadro, carteiras, cadeiras, armários, etc.) e manter em ordem as instalações escolares, providenciando a relação do material e produtos necessários;
- Zelar pelo asseio e conservação do prédio;
- Usar utensílios (botas e luvas) - norma exigida pela vigilância sanitária;
- Manter o ambiente em boas condições de trabalho, procedendo na verificação da limpeza do ambiente de todo o prédio escolar e pátio, na arrumação do local e cuidando para que não ocorra a infestação de insetos roedores realizando mensalmente de dedetização do ambiente;
- Efetuar as demais tarefas correlatas à sua função;
- Ser assíduo e respeitar os horários estabelecidos. Quando necessitar faltar, avisar antecipadamente se possível, e justificar mediante documentos comprobatórios.
- Evitar o uso do celular.

3.2.5 O Profissional do Ensino Fundamental: Anos iniciais /Anos finais

Atribuições:

- Ministrar aulas;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do plano político pedagógico da unidade escolar;

- Participar do processo de análise e de seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- Elaborar seu planejamento (mensal e anual) de acordo documentos norteadores, levando em consideração as normas estabelecidas no projeto político pedagógico da Unidade Escolar;
- Propiciar aquisição do conhecimento científico, cultural e universal para que os estudantes sistematizem e reelaborem os conhecimentos adquiridos;
- Promover uma avaliação contínua acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do estudante;
- Participar de reuniões, formações continuadas, conselhos de classe e eventos realizados pela escola;
- Atender as convocações feitas pela Secretaria Municipal de Educação e/ ou pela Equipe Gestora;
- Participar dos Projetos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação ou aqueles que envolvam toda a comunidade escolar vizando integrar o estudante em práticas inovadoras de aprendizagem para que as aulas se tornem prazerosas e principalmente demostrem um aprendizado concreto.
- Nos eventos pedagógicos promovidos pela escola, não há hora atividades neste dia, todos devem se fazer presentes durante o período estabelecido pela equipe gestora;
- Chamar os pais em sua hora atividade para conversar sobre o rendimento do estudante quando necessário;
- Manter em dia a frequência escolar do estudante, bem como todas as documentações relacionadas ao mesmo;
- Solicitar cópias e materiais que eventualmente possam não estar disponíveis no ambiente escolar num prazo de 48h;
- Agendar o uso de multimídias antecipadamente, preenchendo a tabela disponibilizada no mural da sala de professores;
- Procurar manter o ambiente escolar limpo e organizado conscientizando os estudantes, em especial nas salas de aula onde existe o compartilhamento do espaço;
- Separar com antecedência o material necessário para execução da sua aula, retirando materiais para trabalhos escolares como folhas A4, cartolinas, canetões,

pistolas de cola quente e outros na secretaria da escola, evitando que os estudantes circulem sem necessidade pelos corredores da Instituição;

- No caso de ausência no horário escolar, o professor deverá comunicar ou justificar sua falta à direção, se possível, com antecedência;
- Se possível for, encaminhar atividades de acordo com o seu planejamento para ser ministrado por um professor substituto;
- Apresentar atestado médico mediante falta a Unidade Escolar em um prazo de 48h;
- Ficar atento as necessidades cognitivas, físicas e emocionais dos estudantes. Ao observar algo que precise ser analisado com mais cuidado, procurar a equipe gestora e pedagógica comunicando tais observações. Se necessário, fazer os relatórios;
- Ficar atento às ausências dos estudantes, comunicando a Equipe Gestora para sondagem das faltas com os responsáveis, fazendo a busca ativa e preenchimento do Apoia Escolar;
- Levantar e interpretar dados relativos a realidade de sua classe;
- Estabelecer estratégias de recuperação, nota e de conhecimento para estudantes com menor rendimento;
- Cumprir os 200 dias letivos/800 horas de aula estabelecidas.

3.2.6 Segundo professor

O segundo professor é o cooregente da classe. Ele tem a principal função de colaborar com o professor regente/professor do componente curricular, pois naquela turma existe um ou mais estudantes com deficiência que exigem um pouco mais de atenção.

Atribuições:

- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular;
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- Participar do conselho de classe;
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Educação;
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do estudante da educação especial;

- Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do estudante;
- Participar de capacitações na área de educação.
- Na ausência do professor regente, o segundo professor deverá assumir a turma sendo comunicado com antecedência e o professor regente ou a Direção disponibilizará o conteúdo a ser trabalho naquele dia com os estudantes.
- Ao final de cada trimestre o segundo professor deverá apresentar um relatório sobre o rendimento escolar do estudante incluso;
- O segundo professor deverá colaborar com o rendimento escolar de toda a turma, principalmente quando o estudante com deficiência não necessita o tempo inteiro de seu auxílio;
- Quando há necessidade de ser acompanhado na hora do recreio, o estudante com deficiência, o segundo professor fará seu intervalo após o horário do recreio, devendo o professor regente da 4ª aula ficar responsável pelo estudante pelo tempo de 15 min.

RESOLUÇÃO CME 001/2023

Dispõe sobre a regulamentação da presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o Sistema Municipal de Educação do município de Paulo Lopes.

(ART 10) Consta sobre as horas atividades do II professor.
(EM ANEXO)

3.2.7 A hora-aula e a hora-atividade.

A Hora Atividade é um período já pronunciado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que garante ao professor tempo dentro da sua jornada de trabalho para a realização de atividades extra-classe, tais como: planejamento, organização e avaliação das atividades pedagógicas, além de estudos e atualização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, lei 9394/96, possibilita ao professor a inclusão da Hora Atividade em sua jornada de trabalho.

(...) a Hora Atividade tem como um dos seus objetivos oportunizar aos professores tempo em serviço para a sua capacitação profissional (...) cabendo ao gestor escolar organizar e dar regularidade na participação integral do professor dos períodos dedicados a planejamento, `a avaliação e ao desenvolvimento profissional, conforme preconizado na LDB, art 13, inciso V. (LÜCK, 2009, p. 88)

Lück (2009, p. 88), destaca que “esse tempo não tem sido dedicado ao desenvolvimento da competência profissional e melhoria do desempenho dos docentes traduzidas em aprendizagem dos estudantes.” Desta forma, a hora atividade identifica-se como uma “janela” entre uma aula e outra para que o professor realize o preenchimento dos registros. Embora tais orientações tivessem ocorrido inicialmente na educação básica, a hora atividade representa para a educação profissional uma estratégia para a contextualização das aulas, das práticas, e, por conseguinte, na formação continuada de profissionais que atuam também como professores.

3.3 Dimensão financeira:

3.3.1 APP (Associação de Pais e Professores).

Uma associação civil sem fins lucrativos de duração indeterminada com atuação junto a referida escola com o objetivo de gerenciar recursos financeiros necessários a realização do processo educativo escolar inscrito no CNPJ sob nº 83.842.187/0001-06. Sua Diretoria é composta por presidente, Vice-Presidente, secretária e Tesoureiro.

Art:30 – Os meios e recursos para viabilizar o alcance dos objetivos da unidade executora serão obtidos mediante:

I. Repasses do PDDE;
II. Contribuição voluntaria dos sócios;
III. Convênios;
IV. Subvenções diversas;
V. Doações;
VI. Promoções escolares;
VII. Outras fontes

Art: 31- Os recursos financeiros mencionados no artigo antecedente deverão ser movimentados por meio de transferencia ou cartão de crédito ou débito, autorizados juntamente por meio do Presidente e pelo Tesoureiro da unidade executora. A diretoria da APP tem uma gestão de 3 anos sendo realizada eleição após o término deste prazo.

Os livros de registros financeiros e atas de reuniões estão a disposição da comunidade escolar na secretaria da escola.

Todos os meses em comum acordo com os pais/responsáveis enviamos o envelope de contribuição espontânea. Mensalmente também realizamos a prestação de contas que são apresentadas nos grupos de WhatsApp.

Os recursos financeiros adquiridos de maneira geral são utilizados para a compra de itens que não são possíveis comprar via SME, e para mão de obra necessária na manutenção dos prédios escolares.

3.4. Dimensão física: estrutura física, materiais, acervos literários, materiais didáticos e esportivos.

Estrutura física:

Localizada na Rua Manoel Elizandro da Silveira nº 521, bairro Penha, município de Paulo Lopes, estado de Santa Catarina, a Escola Básica Dr. Ivo Silveira, código de INEP 42005850 E CNPJ 83842187000106, hoje possui um prédio recém construido com auditório, secretaria escolar, sala dos professores, sala de coordenação pedagógica, cozinha, almoxarifado, lavanderia, dispensa para alimentos,3 banheiros para funcionários, refeitório, 9 salas de aula,4 banheiros amplos para estudantes. Estão sendo reformadas mais 7 salas de aula. Possuimos também uma Quadra de Esportes coberta.

Acervos Literários:

Literatura infantil, literatura infanto juvenil, livros didáticos, dicionários, livros de pesquisa.

Materiais didáticos e esportivos:

Jogos educativos de alfabetização entre outros e materiais esportivos como bolas, bambolês, cordas, cones, tênis de mesa, entre outros.

4.ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

4.1 Metodologia do Ensino Fundamental I e II

A Escola Básica Dr. Ivo Silveira, define sua metodologia para o ensino fundamental, com o princípio da construção do conhecimento por meio de ações e decisões cooperativas e coletivas, por intermédio de diferentes linguagens, baseado nos referenciais teóricos da BNCC e Currículo do Território Catarinense.

Corroboramos com o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e, acreditamos na competência dos profissionais da nossa escola, na escolha da metodologia mais eficaz para o processo de ensino e aprendizagem em que os resultados serão discutidos, analisados e orientados pelos profissionais técnicos pedagógicos da escola e/ou da Secretaria Municipal de Educação.

Os trabalhos deverão permear os fundamentos da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade sempre que houver possibilidade, através de projetos e pesquisas educacionais, construídos coletivamente, considerando fulcral o conhecimento científico e o protagonismo dos estudantes na construção do sujeito, através da aprendizagem significativa.

Na construção da aprendizagem, o educador é o responsável pelo engajamento do estudante, assumindo o papel de *designer* de experiências cognitivas, estéticas, sociais e pessoais. Cabe a ele a condução da formação de competências e a colaboração no processo para que o estudante aprenda a aprender. Diante de interesses e necessidades, o educador se torna mediador e procura instigar o aprendiz à pesquisa e ao desenvolvimento de uma visão crítica, por meio de formulação de problemas e hipóteses. Nesse processo, cabe ao estudante ser protagonista da sua aprendizagem.

As estratégias didáticas deverão ser intencionais e sistematizadas buscando desenvolver as competências e habilidades necessárias para o sucesso da aprendizagem significativa.

A aprendizagem significativa é aquela que possibilita a construção do sujeito. Para tanto, o conhecimento é construído e reconstruído dialeticamente pelos educadores e aprendizes e, a partir dessa reconstrução, o estudante desenvolve competências que o torne autônomo, questionador e consciente da necessidade de um constante aprendizado, que está sendo construido.

A Base Nacional Comum Curricular é documento referência da Educação no país, cabe a todas as Instituições de Ensino, buscarem diversas metodologias capazes de desenvolver as Competências Gerais da Educação Básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Nessa perspectiva, a definição das metodologias utilizadas no Ensino Fundamental da Escola Básica Dr. Ivo Silveira, serão fundamentais para o sucesso do processo de ensino aprendizagem no percurso formativo dos estudantes.

A responsabilidade do profissional na escolha da metodologia a ser aplicada está diretamente ligada a avaliação e reavaliação diante dos resultados apresentados, pois, se a aplicação de determinada metodologia não estiver gerando bons resultados, deverá ser redefinida com auxílio dos profissionais técnicos pedagógicos. Tendo em vista que, o objetivo principal é a aprendizagem do estudante e a construção do SER capaz de desenvolver as competências e habilidades previstas, com respeito as suas especificidades, garantindo a equidade ao direito de aprendizagem de cada um.

4.2 Planejamento Anual e Mensal.

O Planejamento Anual da Rede Municipal do Ensino de Paulo Lopes foi contruído pelos professores e equipe pedagógica e revisado a cada ano letivo, de acordo com a nova Proposta Curricular de Santa Catarina. Foram vários encontros de planejamento entre professores que trabalhavam com o mesmo ano escolar e também com os mesmos componentes, no caso das específicas.

A partir do Planejamento Anual o professor realiza o seu Planejamento Mensal. Nele deverá conter as estratégias e atividades necessárias para que o estudante alcance a habilidade previstas no Planejamento Anual e de acordo com a necessidade cognitiva dos estudantes. Tanto o Planejamento Mensal como o Anual não são documentos estagnados e podem ser revisados a qualquer momento: o Planejamento Anual no início do ano letivo e o Planejamento mensal durante o processo, de acordo com a necessidade da turma. A equipe pedagógica deverá estar sempre pronta a analisar e rever junto com o professor estratégias para melhorar seu planejamento mensal de forma a avançar o aprendizado dos estudantes.

4.3 Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem do estudante deverá ser registrada no sistema BETHA on-line, incluídos os procedimentos de recuperação paralela.

Entende-se por recuperação paralela a retomada pedagógica dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante em determinado período letivo, sendo de responsabilidade da escola e do professor da área do conhecimento ou do componente curricular escolar fazer constar no planejamento (replanejamento).

Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidos de avaliação, quando verificado o rendimento insuficiente, durante o período das aulas, antes do registro das notas ou conceitos trimestrais.

Para atribuição de nota ou conceito, resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

O professor deverá registrar no sistema Betha, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como, a frequência do aluno.

O registro do resultado da avaliação será expresso de forma numérica, de um (1) a dez (10), com fração de 0,5.

O processo de avaliação de nossa Instituição será organizado baseada na a Resolução CME/PL N° 01/2022, tendo por objetivo a aprendizagem, o aproveitamento e desenvolvimento do estudante visando a própria ação de saberes e competências. Segundo a Resolução CME/PL N° 01/2022 torna válida a seguinte forma de avaliação:

- A avaliação do 1° ano dos anos iniciais, período de alfabetização e letramento será conceitual, com critérios estabelecidos a partir dos planejamentos de ensino do corpo docente de acordo com as áreas do conhecimento e poderão sofrer alterações no início do ano letivo conforme as necessidades e respeitando a legislação vigente, visando atender as especificidades do planejamento de ensino.
- Dos 2os anos ao 9os anos, a avaliação deverá ser contínua e diagnóstica e formativa (observação diária), constituída de no mínimo três (03) registros trimestrais, sendo (01) uma prova individual com ou sem consulta, por componente curricular, exceto os componentes curriculares, Ensino Religioso e Educação Física, que deve ser dois (02) registros apenas, desde que contemple recuperação paralela devidamente registrada e especificada no diário do professor / sistema Betha.
- A recuperação paralela deverá ter como base as dificuldades do estudante, oportunizando assim um melhor desenvolvimento a partir das suas reais necessidades durante o trimestre, não havendo mais a realização de provas finais ao término do ano letivo. O professor registrará no diário de classe on-line, além das

atividades regulares desenvolvidas, as atividades de recuperação de estudos, as metodologias avaliativas e os seus resultados obtidos, bem como a frequência dos estudantes dentre outros dados e informações relevantes.

- Os registros das Avaliações no Sistema utilizado pelo município atualmenta (Betha Cloud) deverá conter siglas que identifique o tipo deavaliação que está sendo realizada no trimestre em vigor. (Siglas em anexo).
- O processo de Aceleração dos estudantes com altas habilidades deve seguir o artigo 17 a 19 da Resolução n°01/2022 do CME/PL.

Progressão Parcial:

Critérios para a Progressão Parcial:

- Por promoção para estudantes com aproveitamento, na própria escola;
- Por transferência para estudantes procedentes de outras escolas;
- Por distorção serie-idade descritos na (LDB);
- Por avaliação interna contemplando os componentes curriculares, exceto arte, educação física, inglês e ensino religioso – quando a escola julgar necessário será feito uma banca examinadora composta pela Direção, Professores, AssistenteTécnica Pedagógico e coordenação pedagógica, que avaliará o conhecimento permitindo sua matrícula no ano posterior ou de acordo com sua idade e nível de aprendizagem.

  *As avaliações serão elaboradas pelo(a) professor(a) regente do(a) estudante, tendo como base conteúdos / habilidades do ano a ser reclassificado, deverão conter dez questões (descritivas, objetivas e classificatórias) orientada pela equipe pedagógica;

  *A aplicação das avaliações deverá ser feita pela equipe pedagógica escolar;

  *O estudante avaliado deverá atingir no mínimo a média para aprovação;

  *O histórico escolar do(a) estudante deverá apresentar nas observações a seguinte descrição: **“No ano de ____ o/a estudante foi reclassificado baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (lei 9.394/96) especificamente no artigo 24, que descreve sobre reclassificação”.**

Pré conselho de classe :

Momento em que a Equipe Pedagógica se reúnem individualmente com os professores regentes e segundos professores para pré diagnosticar a turma no trimestre trabalhado. Uma conversa informal que pode levantar dados importantes para que o conselho de classe aconteça de maneira mais fluente.

Questões de que forma foi conduzido os conteúdos, quais tipos de atividades se identificaram melhor, quais avaliações tiveram um melhor avanço, bem como podem ser apuradas sugestões dos estudantes para o próximo trimestre. Seguir o modelo em anexo no final do PPP.

Pré Conselho e Conselho de Classe

RESOLUÇÃO CME/PL Nº 01/2022

I - a avaliação do processo de aprendizagem desenvolvido pela Unidade Educativa e a proposição de ações e atividades para a sua melhoria;

II - a avaliação da prática docente no que se refere à metodologia, aos conceitos, aos objetos do conhecimento, às competências, às habilidades e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III - a avaliação dos estudantes envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades de aprendizagem;

IV - a avaliação das condições físicas, materiais e de gestão da Unidade Educativa que substanciam o processo do ensino e da aprendizagem;

V - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

VI - a apreciação, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos estudantes apresentados, individualmente, pelos professores;

VII - decidir pela promoção ou retenção dos alunos.

O Conselho de Classe será composto:

I - pelos professores que lecionam na turma (anos finais);

II - pelos professores que lecionam nos (anos iniciais);

III - pela equipe diretiva e administrativa do estabelecimento de ensino ou seu representante;

IV - pela equipe pedagógica;

V - por Representante da Secretaria Municipal de Educação, quando possível.

Observação 1: havendo participação de responsáveis legais como professores da turma, a eles caberá manifestação somente pedagógica e profissional. Caso contrário o profissional será convidado a se retirar da sala.
Observação 2: o tempo de cada turma será cronometrado de acordo com número de alunos da turma;

Pós Conselho:

Momento de pôr em prática as decisões tomadas com extremo sigilo e ética entre os membros que participaram do conselho de classe:

- Chamar pais/responsáveis;
- Encaminhar estudantes para Apoio Pedagógico ou análise da Equipe Multidisciplinar conforme apresentação de Relatório do Professor.
- Reavaliar e repensar planejamento e estratégias do professor em sala de aula;
- Chamar os estudantes em questão para um diálogo e criar estratégias de ajuda;
- Criar estratégias que contemplem o processo de ensino/aprendizagem tais como, palestras, cursos de aperfeiçoamento, materiais didáticos adptados e diferenciados, entre outros.
-

4.4 Projetos escolares .

Projetos de atividades complementares implantados pela Secretaria Municipal de Educação tem se tornado um grande instrumento de apoio aos nossos estudantes e ao corpo docente.

Sabe-se que é necessário abrir espaço para a Educação integral do estudante: **“**a visão plural e multidimensional da criança e do adolescente proposta na BNCC, leva o ideal de formação integral para perto das escolas brasileiras**,** considerando que a Educação Básica deve estimular o desenvolvimento do estudante na sua totalidade e potencialidade”.

É importante saber não só ler e escrever, mas também dominar a linguagem oral. Nos dias atuais a sociedade exige capacidades e habilidades do indivíduo em diferentes aspectos: cognitivos, psicológico, emocional, além de apresentar um discurso atraente e inteligente.

Neste ano de 2025 a Equipe Pedagógica alinhada a Gestão Escolar convida o Corpo Docente a desenvolver dois projetos anuais: O primeiro deles “Projeto de Leitura”. E o Segundo “Aqui tem história”.

Nessa perspectiva nossa Unidade Escolar em Parceria com a Secretaria de Educação põe em prática diferentes Projetos que abrangem as diversas necessidades de nossos estudantes.

A seguir citamos esses projetos com seus objetivos:

- Cais - Classe de Aprendizagem para a Inserção Social (2008-2018) – nos últimos anos, por não apresentar demanda de estudantes com características de para inclusão no projeto, não esteve em vigor. Tal projeto tem como objetivo de incluir estudantes dos anos finais com distorção idade/série e ou/dificuldade de aprendizagem, oportunizando uma melhor interação no ambiente escolar dentro de suas especificidades. Tendo um currículo adaptado, com o propósito que o estudante saiba ler, escrever e conhecer a matemática para uso do dia a dia. O Programa CAIS formou inúmeros estudantes no Ensino Fundamental. Pode entrar em vigor novamente em qualquer ano letivo, desde que a equipe escolar justifique a necessidade do retorno. Não é um projeto estagnado, pode ser repensado pela Equipe a qualquer momento. Ele sempre retorna quando há necessidade presente no corpo discentes (estudantes), no ano de 2022 retornou e está vigente até o momento.

- Se liga e Acelera Brasil (em vigor nos anos de 2017 á 2018): seu principal objetivo é alfabetizar estudantes com distorção idade série matriculados nos 3º, 4° e 5° anos do ensino fundamental. Em parceria com o Instituto Ayrton Senna é uma das Ações do ADE (Arranjo de Desenvolvimento da Educação) da Região da Grande Florianópolis, sua adesão é uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

- Apoio Pedagógico (em vigor desde 2010): Tal projeto esteve ausente por alguns anos letivos. Para frequentar e participar do apoio pedagógico, os estudantes são selecionados pelo professor regente, após avaliação diagnóstica da turma no início do ano letivo. Seu funcionamento se dá em no contraturno uma ou duas vezes por semana. O estudante é selecionado a participar, aprimorando os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. O projeto é uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, e sua adesão não é permanente, podendo ser aderido ou não, ou até ser substituído por outra forma de incentivo para recuperação da defasagem de aprendizagem dos estudantes.

- Além de Letras e Números (2022) O projeto ‘Além de Letras e Números’ é realizado nas turmas do 2º ao 5º ano (anos iniciais) e 6º ao 9º ano (anos finais), conforme necessidade das turmas, reforçando os componentes curriculares de língua portuguesa e matemática. Os estudantes matriculados nas turmas descritas, assim como no projeto ‘Aprimorando o Saber’ terão todas as aulas da grade curricular no período de 4 horas e, serão atendidos no contraturno escolar, por profissionais habilitados, para ampliar os conhecimentos adquiridos e sanar as dificuldades encontradas através da avaliação diagnóstica e baixo rendimento escolar nos anos anteriores. A escola é responsável por organizar o quadro de horários para atendimento dos estudantes no contraturno. Reiteramos que assim como o projeto Aprimorando o Saber, este também deve partir de uma avaliação diagnóstica, no entanto, poderá iniciar com dados obtidos pelos professores regentes das turmas na aplicação da avaliação diagnostica já pré definida pela coordenação de ensino, visando adequar o planejamento do professor do projeto com o professor regente, enfatizando as dificuldades encontradas, de forma a contribuir para que estas sejam superadas. Esta mesma avaliação deverá ser repetida semestralmente, com o objetivo de verificar os avanços obtidos. No ano de 2025 ele retornou com as turmas de 6º ao 9º ano.

- Aprimorando o Saber (2019-2020): O Projeto é realizado de forma a reforçar a preparação dos estudantes que passam pelo processo de avaliações externas, atende estudantes das turmas de 5º e 9º anos. Os estudantes matriculados nas turmas descritas terão todas as aulas da grade curricular no período de 4 horas em seu turno normal e, dois dias na semana, em tempo integral, participam do projeto que fortalecerá a aprendizagem de forma contextualizada e dinâmica. O projeto deverá partir de uma avaliação diagnóstica, que servirá de base para o desenvolvimento adequado e objetivo do planejamento dos professores de língua portuguesa e matemática do projeto. Esta mesma avaliação deverá ser repetida ao final do projeto, com o objetivo de verificar os avanços obtidos, as atividades são pautadas principalmente em simulados da prova Brasil de anos anteriores.

- Visita da Língua Portuguesa (2022) voltado para aulas de reforço na Língua Portuguesa para turmas de 6º á 9º anos dos anos finais. O professor habilitado na

Área de Língua Portuguesa poderá aplicar o Projeto sempre que solicitado pela escola e na ausência dos professores regentes. O professor deverá mensalmente apresentar um relatório de suas aulas dadas, bem como o rendimento dessas aulas a Equipe gestora e pedagógica.

- Musicalização na escola (2021-2025): Propiciar o conhecimento musical através da prática individual e depois em grupo com instrumentos musicais, proporcionará ao estudante o desenvolvimento de inúmeras habilidades, mediante a estimulação do fazer musical que inclui: percepção das alturas dos sons, leitura de figuras e da linguagem musical, acuidade sonora, afinação, postura corporal, estudo e ampliação de repertório (dentro da faixa etária dos estudantes). É de extrema relevância desenvolver as potencialidades artísticas do estudante, ampliando-as e incentivando a continuidade de seus estudos em música, e oportunizar a vivência e apropriação da linguagem musical, entendida em seu amplo sentido, através de seus elementos básicos e essenciais. O estudante terá contato com instrumentos musicais, integrante das três principais famílias dos instrumentos, sendo elas de sopro, cordas e percussão. Mediante a perspectiva musicalizadora de ampliação de possibilidades no que tange à apropriação musical em seus elementos básicos, criação espontânea, escuta ativa e sensibilidade artística. As aulas acontecerão no contraturno escolar, uma vez por semana, oferecidas para todo o ensino fundamental (anos iniciais e finais), sendo o quadro de horários organizado pelo professor habilitado de música com parceria da gestão escolar, bem como as aulas realizadas de forma presencial nas próprias escolas, conforme disponibilidade de espaço físico disponíveis. É responsabilidade dos pais conduzir os filhos e buscá-los no espaço escolar neste período. Inicialmente as aulas são de flauta doce. Neste ano de 2025 também podemos contar com a formação da Fanfarra Municipal com integrantes da Escola Ivo Silveira para o Desfile Cívico de 7 de setembro.

- Projeto Ecoformador (2017- 2020): A Secretaria de Educação na busca por fornecer formação continuada aos professores da rede e por estimular novas estratégias de ensino, promoveu o desenvolvimento do Programa de Formação-Ação em Escolas Criativas, desenvolvido na Rede Municipal de Ensino de Paulo Lopes e que contemplou o desenvolvimento dos Projetos Criativos Ecoformadores (PCEs). O protagonismo dos projetos fica sob responsabilidade das próprias unidades

escolares, que podem, conjuntamente, determinar qual o tema norteador do projeto e como serão desenvolvidas as atividades relacionadas com o mesmo. A transdisciplinaridade é o fio condutor e deve permear os componentes curriculares ao longo do projeto. Diferente dos demais projetos, este não possui um cronograma geral, a escola tem autonomia para organização de tal projeto, tornando estudantes e professores protagonistas do fazer, com o objetivo de unir as turmas da Unidade Escolar em um mesmo tema durante todo o ano Letivo. Os temas são escolhidos em uma primeira reunião pedagógica pelo corpo docente, equipe pedagógica e gestora. No decorrer de seus Planejamentos os professores adaptam conteúdos e atividades que se adequem ao tema. Ao final do ano letivo ou em data pré estabelecida, uma culminância do Projeto é apresentada a comunidade escolar ou em seminários. Importante ressaltar que o projeto ecoformador deve ser repensado e ajustado a cada ano letivo, baseado nas realidades vivenciadas no ambiente escolar.

- Gestão da Alfabetização (2019-2022) Em parceria com o Instituto Fefig e o Instituto Positivo, a ADE (Arranjo de Desenvolvimento da Educação), a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis visa melhorar o índice de estudantes completamente alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental. Para isso busca Projetos que visam melhorias nesse processo. Nossa escola recebe então o Projeto Gestão da Alfabetização nas turmas de 2º e 3º anos. Partindo do resultado da avaliação de entrada, com objetivo de diagnosticar o nível dos estudantes é organizado junto aos professores regentes planejamento e execução das propostas de atividades. Uma vez uma semana os estudantes são divididos por níveis de aprendizagem e realizam atividades principalmente relacionadas a sequências didáticas reforçando assim o processo de alfabetização. Todos os dias também é preenchido um cartaz de acompanhamento mensal onde se pode acompanhar a frequência e o rendimento escolar do estudante a partir das atividades realizadas em casa. Todos esses dados são inseridos uma vez por mês no sistema **Panorama** pela coordenação municipal do projeto. Logo repassa aos municípios os índices de aperfeiçoamento nos processos de aprendizagem e alfabetização de suas turmas. Cabe ressaltar que esses professores são acompanhados pela coordenação pedagógica municipal e por cursos de capacitação oferecidos pelo gerenciamento dos parceiros do Projeto.

- Projeto de Leitura (2012-2016 e 2025) Pensado e organizado para estimular estudantes, corpo docente e demais funcionários da Unidade Escolar a prática da leitura. No início de cada trimestre é organizado um cronograma de datas semanais onde por 20 minutos toda a Unidade Escolar permanece em silêncio para executar seu momento de leitura. Cada estudante é convidado a trazer seu livro, poderia ser escolhido com antecedência no arcevo da escola com o auxílio do professor ou o próprio estudante trará de sua casa. Lembramos que as datas variam entre dias semanais e horários até a terceira aula.
  (PROJETO EM ANEXO!!!!!!!)

- IFSC Cineminha (2022): em parceria com o IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina), os municípios de Paulo Lopes e Garopaba fornecem aos professores de 1º e 2º anos um kit de materiais do IFSC Cineminha: arte e cultura na infância. As atividades visam colaborar para a inserção da arte cinematográfica no processo de ensino/aprendizagem, promovendo a transformação social no âmbito das escolas municipais. Trata-se de um projeto cultural, formativo e educativo. Os trabalhos são divulgados nas redes sociais.

- Semana do Meio Ambiente (2014-2016): Durante o ano letivo são trabalhadas várias atividades relacionadas ao meio ambiente. Os professores socializam e planejam atividades pensadas na valorização e Preservação do Meio Ambiente. Estratégias como filmes, palestras, diálogos, aulas expositivas, visitas de campo são devidamente planejadas e agendadas previamente. E no mês de junho, geralmente na quarta semana, um momento de Culminância é realizado entre todos os estudantes com exposições de trabalhos, músicas, teatros entre outros finalizando assim a Semana do Meio Ambiente.

- Projeto interdisciplinar ou transdisciplinar: Educação Financeira nas Escolas, de acordo com a Lei municipal nº 1907/2021.

- Conscientização sobre os Direitos dos Animais Domésticos e Silvestres, de acordo com a Lei Municipal Nº 1889/2021.

Art. 2º A conscientização de que trata esta Lei deve ser divulgada por meio de palestras, estudos e debates que abordem os seguintes temas:
I – proteção, respeito e bem-estar dos animais domésticos e silvestres;
II – adoção e posse responsável dos animais domésticos;
III – divulgação da legislação existente sobre os crimes praticados contra animais e suas penalidades.

- Avaliação diagnóstica, sobretudo no início do ano letivo, com base na legislação vigente: Considerando o que diz o PARECER CNE/CP Nº 6/2021:

"[...] Em todos os casos, um retorno seguro e efetivo às atividades presenciais, além dos cuidados sanitários e de acolhimento aos estudantes, requer uma reorganização das atividades pedagógicas, flexibilização curricular, priorização dos objetivos de aprendizagem mais essenciais, avaliações diagnósticas cuidadosas, extrema dedicação à recuperação da aprendizagem e avaliações formativas permanentes.
[...] Com o objetivo de apoiar o retorno seguro às aulas presenciais, este parecer destaca a importância das orientações apresentadas pelos pareceres do CNE, homologados no ano de 2020 [...] para subsidiar o planejamento de retorno efetivo às aulas presenciais, com prioridade aos seguintes aspectos: [...] 4. Avaliações diagnósticas para orientar a recuperação das aprendizagens;".

Além disso, considerando o que diz, respectivamente, o inciso IV do Art. 1° e o parágrafo segundo do inciso IV do Art. 10 da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2021:
"[...] IV - a realização de procedimento avaliativo diagnóstico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica;
[...] § 2° Os estudante da Educação Especial devem ser acompanhados de forma mais intensa no processo de saída do isolamento, cabendo aos espaços de escolarização e aos espaços de Atendimento Educacional Especializado empreender estratégias de avaliação diagnóstica e de elaboração de planos de recuperação de aprendizagem, de acordo com os resultados e singularidades de cada estudante, seu Plano de Atendimento Educacional Especializado e seu desenvolvimento nas atividades remotas."

- **LETRIX (2025):** RESOLUÇÃO CME Nº 02/2024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024.

Utilização do Material Didático Letrix como ferramenta complementar de apoio e reforço escolar, em consonância com o Artigo 58 da LDBEN, para superar dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, acontece uma vez por semana, no contra turno dos estudantes. O critério estabelecido para ingresso no LETRIX, se dá quando se faz necessário desenvolver a alfabetização. É realizado um diagnóstico inicial pelo/a regente do estudante e encaminhado à coordenação pedagógica, que insere numa lista de espera para serem chamados, mediante uma autorização enviada aos responsáveis, esta ficará anexada nas documentações do estudante. Nos conselhos de classe, o/a professor(a) do LETRIX apresentará um relatório pedagógico com principais desenvolvimentos dos estudantes.

Art. 5º. A implementação da iniciativa aprovada nesta resolução atende aos seguintes critérios e diretrizes:

I. Gestão Democrática:

- Garantir a participação ativa de toda a comunidade escolar, incluindo professores, pais, alunos e gestores, no planejamento, execução e monitoramento das ações propostas, promovendo transparência e corresponsabilidade.

II. Formação Continuada:

- Assegurar a realização de programas de capacitação e formação continuada para os professores e demais profissionais da educação, com foco no uso eficiente dos materiais didáticos aprovados e na adoção de práticas pedagógicas inovadoras.

III. Monitoramento e Avaliação:

- Estabelecer mecanismos periódicos de avaliação das ações implementadas, para verificar sua eficácia no alcance dos objetivos pedagógicos, promovendo ajustes e melhorias sempre que necessário.

IV. Inclusão e Equidade:

- Garantir que as iniciativas contemplem as necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem, deficiências ou outras vulnerabilidades, assegurando acesso pleno às ferramentas e oportunidades educativas.

Observações:

- O uso do Letrix deve ser alinhado aos objetivos de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, com planejamento de atividades que integrem prática, exercícios e acompanhamento individualizado.
- A seleção de atividades deve respeitar diversidade cultural e linguística da comunidade escolar, promovendo a participação de estudantes com diferentes ritmos de aprendizagem.
- A avaliação de impacto deverá considerar indicadores de melhoria no desempenho, engajamento e autonomia dos alunos.

Este texto pode ser utilizado em comunicação oficial, pareceres ou resolução interna da secretaria/secretaria de educação para regulamentar a adoção do Letrix como recurso complementar. Se desejar, posso adaptar ao formato de resolução, portaria ou memorando específico.

4.5 Festividades escolares

- Festa Caipira: Acontecem geralmente nos meses de Junho, Julho e Agosto. Envolve todas as turmas da escola em apresentações caipiras tais como, pau-de-fita, quadrilha, teatros e danças típicas da época. Os estudantes vestem trajes caipiras e se divertem nas barracas de brincadeiras e quitutes. É uma festa promovida em parceria com APP da escola, aberta ao público, com objetivo de arrecadar fundos financeiros em prol à associação. Tais recursos arrecadados são revertidos em benefícios à própria escola.

- Mostra/Feira Pedagógica: geralmente acontece no início do Terceiro Trimestre do ano letivo, tendo como objetivo incentivar a atividade científica e histórica, por meio da elaboração e execução de projetos, auxiliando na construção do conhecimento. Pautado na prática de que o processo de ensino/aprendizagem não acontece somente como uma repetição de conteúdo, promovendo o desenvolvimento da criatividade e da capacidade científica e investigativa, além do espírito de coletividade entre os envolvidos. Desse modo, se estabelecem vínculos de participação comunidade escolar, apresentando trabalhos e projetos realizados pelos estudantes em parceria com seus professores durante o ano letivo.

- Almoço de Primavera: É um evento promovido em parceria com APP da escola, e toda comunidade escolar, aberto ao público, com objetivo de arrecadar fundos financeiros em prol a associação. É organizado um(a) almoço/janta, oportunizando a união das famílias de nossos estudantes em benefício financeiro a nossa escola. Os Fundos arrecadados são convertidos em materiais necessários ao consumo interno de nossos professores e estudantes.

- Desfile Cívico: É um dia letivo estabelecido no calendário escolar. Geralmente acontece na Semana da Pátria, na sede do Município, onde todas as Unidades Escolares e demais instituições e suas representações sociais se dirigem para homenagear a Pátria. Todos os anos nossa escola apresenta um tema de interesse aos estudantes e a sociedade civil, demostrando assim nosso compromisso como cidadãos da transformação e preservação do bem comum.

- Festa da Família: A participação dos familiares nas comemorações do Dia da Família na escola é uma excelente oportunidade de conscientizar as famílias do estudante a respeito da importância de ter uma colaboração ativa no processo educacional deles, além de aproximar a comunidade do espaço escolar.

5. Referências

BRASIL, MEC/CORDE. Política nacional de educação especial. Brasília, 1994.

SANTA CATARINA. Proposta curricular de Santa Catarina: Educação infantil, ensino fundamental e médio: Tem Multidisciplinar. Florianópolis, Sc. Cogen, 1998.

LÚRIA, Alexandre Romaneviche, A construção da mente. São Paulo: ícone. Medina, João Paulo. A educação física do corpo e mente Campinas Papiros – 1987Santa Catarina-SED. Proposta curricular, 1e 2grav. SANTIN, Silvino- Educação Fíísica. Uma abordagem filosófica da corporeidade. Igui. 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral da Educação Básica. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação,2019.

DALBEN, Ângela I. de Freitas. Trabalho Escolar e Conselho de Classe Campinas, SP: Papirus. FREIRE, Paulo. Pedagogia.

SANTA CATARINA. Academia de letras de Palhoça. 2022.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Inciso I, artigo 206. Inciso II 206. 1998.

ANA MARIA MONTE COELHO FROTA. Diferentes Concepções da Infância e Adolescência. BRASIL- 2007.

ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA. Artigo Resgate Histórico: Paulo Lopes 2010.

(http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/202-o-uso-de-metodologias-ativas-colaborativas-e-a-formacao-de-competencias. Disponível em 13/10/2022).

(http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Disponível em 13/10/2022

(https://www.somoseducacao.com.br/educacao-integral) - Acesso em 21/11/2022.

6. ANEXOS

01- QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS E CONTRATADOS TRABALHANDO NO ANO DE 2025.

	NOME DOS PROFESSORES	TURMAS	COMPONENTE CURRICULAR	Nº DA MATRÍCULA
1.	ALINE ROSA DA SILVA SANTOS	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	PEDAGOGIA L.PORT.	12889
2.	AMANDA CABRAL MARCELINO	801,901,902	CIÊNCIAS	12894
3.	ANA AMÉLIA BARBOSA BARDIM	601,602,701,702,801,802, 901,902 CAIS,802,901,902	ENSINO RELIGIOSO HISTÓRIA	13024 13016
4.	BENTA PACHECO ROSA	II PROFESSOR 901	PEDAGOGIA	12997
5.	BRUNO PACHECO ROSA	601,602,801,802,CAIS	MATEMÁTICA	12969/ 13022
6.	CATIANE MARIA SCHUTZ	302, 102 II PROFESSORA	PEDAGOGIA	12518
7.	CIDINÉA ANA JOVINO DE SOUZA	ALFABETIZADORA CAIS	PEDAGOGIA	10904
8.	DOROTÉA ROCHA	REGENTE 302	PEDAGOGIA	13094
9.	EDIANE JERONIMO DEL MORO	1º AO 5º ANO	ED. FÍSICA	10294

		601,602,701,702		
10.	JESICA ROSSI SILVEIRA	801,802,901,902	L. PORTUGUESA	12952
11.	GISLAINE GREMELMAIER	701,702,901,902	MATEMÁTICA	11172
12.	HARIANY DA SILVEIRA CARGNIN	801,802,902	GEOGRAFIA	12996
13.	JANAINA F. DA SILVEIRA DE JESUS	DIRETORA	PEDAGOGIA	710
14.	JOYCE FERNANDA NUNIS	ATP - PEDAGÓGICO	PEDAGOGIA	10250
15.	JANETE DOS ANJOS M. LOURENÇO	II PROFESSORA 502 E 202	PEDAGOGIA	12934
16	JOSÉ ANTONIO CAMPOS PEREIRA	101,102,201,202,301,302 E CAIS	INGLÊS	12985
17	JULIANA A. DE OLIVEIRA VIEIRA	401,402,501,502,601,602, 701,702,801,802,901,902	INGLÊS	11316
18	JULIANA C. DE SOUZA NUNES	SECRETÁRIA	PEDAGOGIA	10884
19	KAROLINE ROSA DA SILVA	101	PEDAGOGIA	11278
20	KARYNE ANGELO DE BRIDA DA SILVA	1º AO 9º E CAIS	ARTE	12935 13023
21	LAURA DE ANDRADE MARTINS	601,602 e CAIS	CIÊNCIAS	
22	LARISSA GABRIELY FERNANDES	601,602,701,702,802 E CAIS	CIÊNCIAS	12478
23	LUCIANA VIEIRA	601,602,701,702,901 E CAIS	GEOGRAFIA	1025
24	LEA BERNARDINA FLORES	402	PEDAGOGIA	13009
	MARIA DE LOURDES	II PROFESSORA 101		13081
25	MARIANE FURTADO NASCIMENTO	ASSESSORA DE DIREÇÃO	PEDAGOGIA	10741
26	MARIA ISABEL DE BONA CORREA	AEE	PEDAGOGIA	12979
27	MARIA LUIZA MARTINS	201	PEDAGOGIA	12959
28	MARIA LUIZA SEBASTIÃO	401	PEDAGOGIA	13042
29	MANUELA SILVA BORGES	502 LETRIX	PEDAGOGIA	12895/ 13096
30	RENATO FERNANDES VICENTE	MÚSICA	MÚSICA	11961
31	ROSINETE DA SILVA INÁCIO CARDOSO	REGENTE 301/II PROF. 701	PEDAGOGIA	708
32	SUELIN RAQUEL	INTINERANTE		13026
33	TÂNIA	REGENTE 501		13076
33	VALDELIR SARTOR	801,802,901, 902 E CAIS	ED FÍSICA	716
34	VANESSA SOUZA	601,602,701,702,801	HISTÓRIA	12993
35	VERA LÚCIA DA SILVA PIRES	102	PEDAGOGIA	10742
36	VIVIAN SENA CUNHA LUCAS	202	PEDAGOGIA	

02-Quadro de Agentes de Serviços Gerais e demais funcionários no ano de 2025.

	NOME DOS PROFESSORES	**Nº DA MATRICULA**

ORDEM		
01	LUZIA CECÍLIA ESPINDOLA	12632
02	PATRICIO MANOEL DE SOUZA	10788
03	LUCIANE CARDOSO CUSTÓDIO	666
04	VANESSA CARBONI PINHEIRO	12523
05	JAINE JUCENILDA CARDOSO	11750
06	CARLOS ALBERTO ROVARIS	12376
07	MARLI DUTRA CRESCENCIO LEITE	12633
08	FRANCISCA CASTRO AIRES DA SILVA	12903

03-Quadro de estudantes com deficiência no ano de 2025

Turma: 1 ANO - 01 (300) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
MATHEUS JUCINEI DA SILVA	02/05/2018	AUTISMO CID 10 F90 CID 10 F84.0
Turma: 2 ANO - 02 (300) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
LUIZ HEITOR DA SILVA DIAS	23/10/2017	FISSURA LABIOPALATAL
MIGUEL MANOEL PEREIRA MARTINS	25/11/2017	CID 10 F84.0 CID 10 F90.9 TDAH (TRANSTORNO DEFICIT DE ATENÇÃO HIPERATIVIDAD)
Turma: 3 ANO - 01 (300) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**

JOÃO PEDRO ESPINDOLA DE OLIVEIRA	25/01/2017	CID 11 6A02.0 CID 10 F90.9 CID 11 6A01.1 CID 11 6A01.2 CID 11 6A05.2 CID 11 6A03.0 CID 11 6A3
Turma: 3 ANO - 02 (300) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
ARIELA ALESSANDRA CARDOSO	12/11/2016	CID 10 - R48
HIASMYN DE ASSIS FERREIRA	22/02/2017	CID 10 F90 TDAH (TRANSTORNO DEFICIT DE ATENÇÃO HIPERATIVIDAD)
Turma: 4 ANO - 02 (302) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
DAVI CASSÃO VASCONCELOS	05/11/2015	CID 10 F90.0
EMILY KEMPER	06/02/2016	CID 10 F900
RODRIGO MARTINS DE ABREU	11/11/2015	CID 10 F900
YASMIN MARIA MARCELINO	01/08/2015	CID 10 F70 CID 10 F90
Turma: 5 ANO - 01 (302) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
EMILLY SOUZA ANDRÉ	31/03/2015	CID 10 F90.0
LUCAS JUNCKES PEREIRA	03/09/2013	CID 10 F90.0
YASMIN FERNANDES MARTINS	12/05/2013	CID 10 F900
Turma: 5 ANO - 02 (302) VES - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
ARTHUR ZIMMERMAN DE ASSIS	25/11/2014	CID 10 F 70 CID 10 F90
CARLOS EMANUEL FERREIRA	08/08/2014	CID 10 F 91.3 CID 10 F90.0
DAVI INACIO JAQUES	01/11/2013	CID 10 F90.9
MARCOS MARCELINO MARQUES	21/01/2014	CID 10 F90.0
MIGUEL CARDOSO VITORETTI	09/01/2014	CID 10 F70.0
Turma: 6 ANO - 01 (301) MAT - MATUTINO		

Nome	Data de Nasc.	Deficiência(s)
DAVI DIAS MACHADO	21/10/2013	CID 10-F90 CID 10- F42
PAULO SERGIO DA SILVA	13/10/2012	cid11 6A02.0 CID10 F71 CID116A05 CID116C90 CID11-6B20.0
Turma: 6 ANO - 02 (301) MAT - MATUTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
ADILSON ANTONIO NETO	09/02/2014	CID 10 F84.0 CID 10 F900
CAMILY VIEIRA DE JESUS	21/12/2012	CID 10 F71
DAVID MELLO DE OLIVEIRA	15/07/2011	CID -10: F84
JOAO GABRIEL DA ROSA COLAÇO	01/05/2013	CID 10 F90.9 CID -10: F84 CID 10 F 70
JOAO VITOR TEIXEIRA DOS SANTOS	30/05/2013	CID 10 F90.0
LUCAS MANOEL DA SILVA	10/02/2014	CID10 D69.3
LUIZ MIGUEL MIRANDA DO AMARAL	08/02/2014	CID 10 F84.1
MARIA VITORIA RIBEIRO PEREIRA	26/11/2009	CID 10 F70 CID 10 F91.2
Turma: 7 ANO - 01 (301) MAT - MATUTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
BERNARDO TOLEDO	21/09/2012	CID 10 - G80.2/ G40.8
FELIPE SELL NAZARIO	07/06/2012	CID 10 F90.9
JULIA SEBASTIAO	03/08/2012	CID 10 F84.0
MIGUEL RAMOS	08/06/2012	CID 11: 6A05.Z CID 11: MB24.Z
RODRIGO ALEXANDRE FERNANDES DE SOUZA	05/02/2012	CID 10 F90 TDAH (TRANSTORNO DEFICIT DE ATENÇÃO HIPERATIVIDAD)
Turma: 8 ANO - 01 (301) MAT - MATUTINO		

Nome	Data de Nasc.	Deficiência(s)
ANDRE GABRIEL CARDOSO DAMASIO	29/12/2011	CID 10 F90.9
ESTHER VITORIA FERREIRA	28/04/2011	CID -10: F84 CID 11: 6A02.0
HIGOR FERNANDES DA CONCEICAO	17/12/2011	CID 10 F90
NYKOLAS KEMPER	21/05/2011	CID 10 F90.9 CID F 84.0
PEDRO HENRIQUE DUARTE	30/01/2012	CID 10 F90 CID 10 F 91.3
Turma: 8 ANO - 02 (301) MAT - MATUTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
JOAO VALDIR AMARAL	16/10/2011	CID 10 F90
LEONARDO VALLIATTI BENASSI	13/08/2010	CID 10 F90
LUCAS GABRIEL MELLO DE OLIVEIRA	17/12/2007	CID 10 F90 CID 10 G80.2 CID 10 F70
Turma: 9 ANO - 01 (301) MAT - MATUTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
CAROLINA HONORATO CARDOSO	06/03/2010	CID 10 F90.0
GUILHERME CARDOSO	04/11/2010	CID 11 6A 05.1
MANOEL MENDES	26/06/2010	Baixa visão
VINICIUS MARQUES RAMOS	25/03/2011	CID 10 - H932
Turma: 9 ANO - 02 (301) MAT - MATUTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
ANGELO GABRIEL CASSAO DOS SANTOS	29/06/2010	CID 10 F84.0 CID 10 F71 CID 10-F90
CAIO MEDEIROS FERNANDES SCHEIFLER	27/07/2009	CID 10 F90
KEVIN CARDOSO FRANCISCO	14/02/2011	DISLEXIA
MARCIELI LUISA UNSER KAUFMANN	27/05/2009	ALTERAÇÃO DO PAC - PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL CID 10: F41.1 CID 10 F40.1

Turma: Fanfarra turma 02 - 13h15 - 14h45. - VESPERTINO		
Nome	**Data de Nasc.**	**Deficiência(s)**
JOAO GABRIEL DA ROSA COLAÇO	01/05/2013	CID 10 F90.9 CID -10: F84 CID 10 F 70
LEONARDO VALLIATTI BENASSI	13/08/2010	CID 10 F90
VINICIUS MARQUES RAMOS	25/03/2011	CID 10 - H932

04- MODELOS DE DOCUMENTOS PARA ESTUDANTES:

4.1 Chegada tardia;

ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA TARDIA** ALUNO: _____ SÉRIE/ANO: _____ TURMA: _____ DATA: _____ /_____/_____. HORÁRIO: _____ MOTIVOS: ( ) Médico ( ) Dentista ( ) Psicólogo ( ) Perdeu o horário ( ) Outros _____ **Obs:** Após 10 minutos de atraso, o mesmo somente assistirá a segunda aula, e com três autorizações somente entrará com a presença dos Pais/Responsáveis. _____ ASSINATURA DA DIREÇÃO	ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA TARDIA** ALUNO: _____ SÉRIE/ANO: _____ TURMA: _____ DATA: _____ /_____/_____. HORÁRIO: _____ MOTIVOS: ( ) Médico ( ) Dentista ( ) Psicólogo ( ) Perdeu o horário ( ) Outros _____ **Obs:** Após 10 minutos de atraso, o mesmo somente assistirá a segunda aula, e com três autorizações somente entrará com a presença dos Pais/Responsáveis. _____ ASSINATURA DA DIREÇÃO

4.2 Comunicado de tarefa não realizada;

Escola Básica Dr. Ivo Silveira **COMUNICADO** Eu,_____ _____ Responsável pelo aluno(a)_____ Ano_____turma_____estou ciente de que o mesmo não fez a tarefa de casa no componente de_____com profª _____. Data____/____/____ _____ Assinatura responsável.	***Escola Básica Dr. Ivo Silveira*** **COMUNICADO** Eu,_____ _____ Responsável pelo aluno(a)_____ Ano_____turma_____estou ciente de que o mesmo não fez a tarefa de casa no componente de_____com profª _____. Data____/____/____ _____ Assinatura responsável.

05- Agendamento de trabalhos e avaliações

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

CRONOGRAMA DE AVALIAÇÕES E TRABALHOS ___ TRIMESTRE.		
DATA	COMPONENTE	CONTEÚDOS

06 -Agendamento de multimídias

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

ORDEM	NOME DO PROFESSOR(A)	COMPONENTE CURRICULAR	DATA	PERÍODO		AULAS					
				MAT	VES	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª

07-Cabeçalho de avaliações:

08- Advertências:

ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **PENHA – PAULO LOPES** **COMPONENTE CURRICULAR:** **PROFESSOR(As):**	**Nota:**		**AVALIAÇÃO Nº _____**
	Conteúdo:		
	Turma:	**Data:**	**Trimestre:**
ESTUDANTE :			
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL :			

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

Paulo Lopes, _____ de _____ de 20_____.

ADVERTÊNCIA

Comunicamos aos Senhores Pais/Responsáveis que o(a) Aluno(a) _____matriculado na Turma _____ período _____, ficará suspenso das aulas de _____por _____à partir da data de hoje.

_____

Assinatura dos Pais ou responsáveis.

Att,

_____

Diretora Escolar

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

Paulo Lopes, _____ de _____ de 20_____.

ADVERTÊNCIA

Comunicamos aos Senhores Pais/Responsáveis que o(a) Aluno(a) _____matriculado na Turma _____ período _____, está sendo advertido pelo motivo abaixo citado.

_____

Assinatura dos Pais ou responsáveis.

Att,

_____

Diretora Escolar

09- Requerimento:

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

Paulo Lopes, _____ de _____ de 20___.

REQUERIMENTO

Eu,_____, portador do RG_____ e CPF _____, responsável pelo(a) aluno(a) _____ turma _____ ano_____, bairro_____, componente curricular a possibilidade de refazer:

Trabalho ( ) ou ( ) Prova

Motivo:_____

_____

Requerente

10-Autorização:

ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA

Paulo Lopes, _____ de_____l de 2025.

AUTORIZAÇÃO

Eu_____

Autorizo meu filho(a) _____a participar de _____, no dia_____, horário _____, Local _____, acompanhados _____.

Algumas recomendações:

-Devem vir uniformizados;

-Trazer a Garrafa de água;

-**Trazer autorização assinada;**

_____

ASSINATURA DOS PAIS E RESPONSÁVEIS

Atenciosamente,

À Direção.

11- Ficha de matrícula

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E.B. DR IVO SILVEIRA
FICHA DE MATRÍCULA

Ano Letivo:		Chave de acesso "Pais e Alunos":	
Turma:		Turno:	
Estabelecimento de origem:			

Foto	Aluno (a):			Data Nasc.:
	Sexo:			
	Estado Civil:		Religião:	
	Grau de escolaridade:			Raça:
	E-mail:		Telefone(s):	
	RG:	Órgão Emissor:	UF:	Data de Emissão:
	CPF:	Nacionalidade:	Naturalidade:	

Justificativa para falta de documentação:			
Certidão Civil:	Modelo:	Número:	
Cartório:			
Tipo Sanguíneo:	Número CNS:	Data de Emissão: CNS:	
Necessita AEE?	Possui super dotação?	Utiliza transporte escolar?	Habilidade motora:
Possui plano de saúde?	Nome do Plano:		
Faz uso de medicação?	Medicamentos:		
Alergias:			
Endereço:			Número:
CEP:	Bairro:		Apartamento:
Cidade:	UF:	Complemento:	
Observações:			

Filiação:	Telefone:
Pode retirar o aluno da escola? DOMINGO SEGUNDA TERCA QUARTA QUINTA SEXTA SABADO	

Autorização – Eventos e Transporte Escolar

Autorizo meu filho(a) a participar de eventos escolares no decorrer do ano letivo dentro e fora do município utilizando o transporte escolar.

Licença de Imagem

Pela assinatura desta Declaração de Dados Cadastrais (qualificação AUTORIZO o uso da imagem do(a) aluno(a) o(a) qual está sob minha responsabilidade, em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para ser utilizada em campanhas promocionais e institucionais da Escola, Secretaria e/ou Prefeitura Municipal, bem como fundos, fundações e autarquias dela derivados, sejam estas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso interno desta instituição, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.
A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) ~~outdoor~~; (II) ~~banner~~; (III) folhetos em geral (encartes, mala direta, cadernos, etc.); (IV) Folder de apresentação; (V) anúncios em revistas e jornais em geral (VI) home ~~page~~; (VII) cartazes; (VIII) ~~back light~~; (IX) ~~mala~~ eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programas para rádio, entre outros).

Pai/Mãe/Responsável Secretário(a) / Diretor Escolar Data

12- Parecer Individual Alunos Inclusos

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

___ ano Turma: ____ Data:_____/_____/ 20_____

_____Trimestre

Aluno (a): _____

II Prof_____

PARECERINDIVIDUAL - ANOS FINAIS ( ) ANOS INICIAIS ( )
PARECER DESCRITIVO:
AÇÕES POSSÍVEIS / ENCAMINHAMENTOS II trimestre:
FAZ ATENDIMENTO ESPECIALIZADO: ( ) SIM ( ) NÃO ( ) APAE ( ) FONOAUDIÓLOGO ( ) PSICOPEDAGOGA ( ) PSIQUIATRA ( ) PSICÓLOGO ( ) AEE

13- Parecer geral de turma

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

___ ano Turma: ____Data:_____/_____/ 20___. Trimestre:_____

Prof.: _____

Componente Curricular:_____

"Cada professor é um investigador que, a cada ano, amplia seu repertório de possibilidades de atuação, a partir de suas reflexões, do seu pensar crítico sobre sua própria pratica".

PARECER GERAL DE TURMA ANOS INICIAIS ( ) ANOS FINAIS( )
( ) ARTES ( ) INGLÊS ( ) ED. FÍSICA

PARECER DESCRITIVO:

DESEMPENHO PEDAGOGICO:( ) Regular ( ) Bom ( ) Ótimo ( ) Participativo ( ) Interesse
( ) Envolvimento nas aulas ( ) Entregam tarefas ( ) Organizados ( ) Interativos

RELAÇÃO INTERPESSOAL:( ) Respeito ( ) Faltosos ( ) Criativos ( ) Assíduos ( ) Disciplinados
( ) Autônomos ( ) Organizados ( ) Desorganizados ( ) agitados

ALUNOS DESTAQUES:

ALUNOS A SEREM CHAMADOS:

AÇÕES POSSÍVEIS / ENCAMINHAMENTOS II trimestre:

OBSERVAÇÕES:

_____
Assinatura do Professor

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

Ano/Turma:_____ ____º Trimestre

Prof.Regente: _____

Data: ___ / ___ / 20_____.

"Cada professor é um investigador que, a cada ano, amplia seu repertório de possibilidades de atuação, a partir de suas reflexões, do seu pensar crítico sobre sua própria pratica".

RELATÓRIO DE CONSELHO DE CLASSE
PARECER GERAL - ANOS INICIAIS

Aspectos Gerais: (descrever a turma num contexto geral na sua área de conhecimento durante as atividades):

Língua Portuguesa:

Matemática:

História:

Geografia:

Ciências:

Ensino Religioso:

Alunos Destaques:

Alunos a serem chamados pais ou responsáveis:

DIFICULDADES ENCONTRADAS: (descrever o que dificultou o andamento dos trabalhos).

AÇÕES POSSÍVEIS/ ENCAMINHAMENTOS _____ trimestre: (descrever o que fazer para solucionar as dificuldades encontradas)

Diretor (a): _____
Pedagogico:_____
Prof.Regente: _____

14- Relatório pré- conselho de classe.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PRÉ - CONSELHO DE CLASSE 2025
Escola: Data: Turma/ Turno: Total de alunos: Professor (a): Aluno (a):
Rendimento acadêmico:
Comprometimento e responsabilidade na entrega de tarefas, trabalhos e atividades agendadas:
Relacionamento interpessoal com os colegas e professores:
Intervenções pedagógicas realizadas durante o trimestre:
Conversa com os pais:

15- Relação dos alunos com notas abaixo da média.

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

_____º ano Turma:_____
Professora Regente: _____
Conselho de _____TRIMESTRE
Data:_____

RELAÇÃO DE ALUNOS COM NOTAS ABAIXO 6,0

Nome dos alunos	Disciplinas								
	Port.	**Mat.**	**Geo.**	**Hist.**	**Ed.Fis**	**Ing.**	**Ens.R.**	**Cienc.**	**Arte**

16- Relação dos Professores e Equipe Gestora e Pedagógica participante do Conselho de Classe.

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com
_____ ano Turma: _____ Conselho de Classe _____ trimestre. Data: _____	
Assinatura dos professores participantes deste conselho:	
Língua Portuguesa:	
Matemática:	
Geografia:	
História:	
Ed. Física:	
Inglês:	
Ens. Religioso:	
Ciências:	
Arte:	
Prof II:	
Professor itinerante:	
Pedagógico: Joyce Fernanda Nunis:	
Diretora: Janaina F. S. De Jesus:	
Assessora: Mariane Furtado Nascimento:	
Secretária Escolar: Juliana Cardoso de Souza	
Representante da secretaria de Educação:	

17- Autorização saída de campo

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA BÁSICA DR IVO SILVEIRA

AUTORIZAÇÃO DE SAIDA DE CAMPO

OBJETIVO PEDAGÓGICO:

MOTORISTA:
DESTINO:
SAÍDA:
RETORNO PREVISTO:
Nº DE ALUNOS(AS):
RESPONSÁVEL:_____ CPF:
_____CPF:

Segue em anexo a lista dos estudantes:

PS. Os responsáveis deverão portar a documentação necessária das crianças conforme combinado.

Paulo Lopes, 22 de Abril de 2025.

_____
Manoel José da Silveira Filho
Diretor de Controle e Manutenção da Frota Escolar

18- Projetos Escolares Internos

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com
ANO_____ Turma: _____ **Curso: Ensino Fundamental I ( ) Ensino Fundamental II ( )** **Ano: _____trimestre** **Professor(a):** **_____**	
Tema:	
OBJETIVO GERAL (PROJETO):	
HABILIDADES:	
COMPONENTE CURRICULAR:	
CONTEÚDOS/CONCEITOS:	
METODOLOGIA:	
AVALIAÇÃO:	
REFERÊNCIAS:	

19- Roteiro para Coordenador em sala de aula

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COORDENADOR EM SALA DE AULA	
DATA:	**HORA:**
PROFESSOR (A):	**ANO:**
FOCO DE OBSERVAÇÃO DO COORDENADOR (A):	
1- Área do Conhecimento / Conteúdo trabalhado pelo Professor (a) durante a visita:	
2- Atividades Propostas pelo Professor (a):	
3-Estratégias Didáticas utilizadas pelo Professor (a):	
4-Material utilizado pelo Professor (a):	
5- Interesse e Participação dos Alunos:	
DEVOLUTIVA DO COORDENADOR (A) PARA O PROFESSOR (A)	

COORDENADOR (A) _____

PROFESSOR (A)_____

DIRETOR (A) _____

20- Relatório de Encaminhamento para equipe multidisciplinar

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paulo Lopes
Secretaria Municipal de Educação

RELATÓRIO DE ENCAMINHAMENTO PARA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 2025

1. Identificação da Criança:

Nome completo:

Data de nascimento:

Ano/turma:

Nome da escola:

2. Histórico Escolar

3. Observações Relevantes

4.Avaliação Comportamental:

5.Profissionais Envolvidos

Professora:

Coordenadora Pedagógica:

Direção Escolar:

21- Documentos Assistente Técnico Pedagógico:

1) Monitoramento de aulas e Devolutiva

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com
MONITORAMENTO TRIMESTRAL : OBSERVAÇÃO DAS AULAS **PROFESSOR (a):**_____ **II PROFESSOR(A):**_____ **ANO:** **TURMA** : **TURNO:**_____ **ENS. FUNDAMENTAL I** ( ) **ENS. FUNDAMENTAL II**( ) **COMPONENTE CURRICULAR** : _____	
CONTEÚDO:	
METODOLOGIA APLICADA: AULA EXPOSITIVA ( ) AULA EXPOSITIVA DIALOGADA ( ) ROTINA ( ) AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA ( ) LEITURA SILENCIOSA ( ) LEITURA DELEITE ( )	
RECURSOS UTILIZADOS : DATA SHOW ( ) RETROJETOR ( ) SOM ( ) LIVRO DIDÁTICO ( ) SITES ( ) JORNAIS ( ) PALESTRA ( ) TV ( ) SALA DE INFORM. ( ) VIDEO ( ) MATERIAIS RECICLÁVEIS ( ) BIBLIOGRAFIA EXTRA ( ) QUADRO ( ) CELULAR( )	
OUTROS :	
O PROF. APRESENTA DOMÍNIO DO CONTEÚDO TRABALHADO: TOTAL DOMINIO ( ) PARCIAL ( ) POUCO ( )	
ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS:	
SUGESTÕES:	
INTERESSE DOS ALUNOS NAS ATIVIDADES APLICADAS: MUITO INTERESSE ( ) POUCO INTERESSE ( ) NÃO APRESENTAM INTERESSE ( )	
AVALIAÇÕES APLICADAS: TRABALHO INIDIVIDUAL ( ) TRABALHO EM EQUIPES /Nº DE COMPONETES ? ( ) TRABALHO EM DUPLA ( ) SEMINÁRIO ( ) RELATÓRIO ( ) JOGOS ( ) TEATRO ( ) FILMES C/ RELATÓRIOS ( ) APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PRA TURMA ( )PROVA INDIVIDUAL C/ CONSULTA ( ) PROVA INDIVIDUAL S/ CONSULTA ( )PROVA EM DUPLA C/ CONSULTA ( ) PROVA EM DUPLA S/ CONSULTA ( )PROVA ORAL INDIVIDUAL C/ CONSULTA () PROVA ORAL INDIVUDUAL S/ CONSULTA ( )PROVA ORAL EM DUPLA C/ CONSULTA ( ) PROVA ORAL EM DUPLA S/ CONSULTA ( )	
APRESENTAÇÃO DE VÍDEO: FILME ( ) DOCUMENTÁRIO ( ) TÍTULOS : _____ OBJETIVO DO FILME / DOCUMENTÁRIO: _____	
SAÍDA A CAMPO : LOCAL : _____ OBJETIVO DA SAÍDA: _____	
PROJETO: TÍTULO/OBJETIVOS/OBSERVAÇÕES:_____ _____	

22-Cronograma de visitas trimestrais- Coordenador Pedagógico

	ESTADO DE SANTA CATARINA **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES** **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** ESCOLA BÁSICA DR. IVO SILVEIRA **RUA MANOEL ELIZANDRO DA SILVEIRA – 521 – PENHA** **FONE: (48) 3253 0900 whatsapp: (48) 996955531** **E-MAIL:** escolabasicadrivosilveira@gmail.com

CRONOGRAMA DE OBSERVAÇÃO ATP E COORDENADOR PEDAGÓGICO

Data	Ano / turma	Horário /aula	Componente Curricular
05/05			

23-RESOLUÇÃO CME 001/2023 (Segundo Professor)

Resolução:

RESOLUÇÃO CME 001/2023

esença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o Sistema Municipal de Educação do município de Paulo Lopes.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PAULO LOPES/ SC, no uso de suas atribuições, considerando por base legal a constituição Federal – Art. 205 e 208, LDBN n° 9394/96 – Art. 5°, 23; 24; e conforme que dispõe na Lei do Sistema Municipal de Ensino n. 863 de 9 de junho de 2000.

Considerando, o Plano Municipal de Educação em sua meta 4 que visa garantir, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Considerando, a constituição Federal no Art. 208, inciso I e III que prevê as garantias do ensino fundamental para todos os estudantes.

Considerando, emenda constitucional n° 59 de 11 de novembro de 2009 que assegura Educação Básica obrigatória e gratuita.

Considerando a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva E Com Aprendizado Ao Longo Da Vida, instituída pelo Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Art. 1º As escolas de educação básica que integram o sistema municipal de educação de Paulo Lopes ficam autorizadas a manter a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula que tiverem alunos com diagnóstico de:

I – Deficiência múltipla associada à deficiência mental;
II – Deficiência mental que apresenta dependência em atividade de vida prática diária;
III- Deficiência associada a transtorno psiquiátrico;
IV- Deficiência motora ou física com sérios comprometimentos motores e dependência de vida prática;
V- Transtorno do Espectro do Autismo com sintomatologia exacerbada;
VI- Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade/ impulsividade com sintomatologia exacerbada;
VII- Deficiência Visual;
VIII- Deficiência auditiva;
IX- Deficiência Motora.

Art. 2ª Para fins desta resolução entende-se como segundo professor o profissional da área de educação especial que acompanha e atua em conjunto com o professor titular em sala de aula, a fim de atender aos alunos diagnosticados com deficiência e alunos com dificuldades de aprendizagem, matriculados nas etapas e modalidades da educação básica regular das escolas públicas do município de Paulo Lopes.

§1º Nos anos inicias do ensino fundamental, compete ao Segundo Professor de turma, devidamente habilitado em Educação Especial, as funções de:

I- Coo-reger a classe com o professor titular;
II- Contribuir, em razão de seu conhecimento, com a proposição de procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica;
III- Acompanhar o processo de aprendizagem dos educandos de forma igualitária;

§2º Nos anos finais do ensino fundamental, cabe ao Segundo professor de Turma, devidamente habilitado em educação especial, apoiar em funções de seu conhecimento especifico, o professor regente no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Art. 3º Constituem-se deveres e atribuições do Segundo professor de turma:

I - Planejar, adaptar e executar as atividades pedagógicas de acordo com as especificidades do quadro clinico do aluno, e no caso de haver mais que um aluno incluso na mesma sala, fazer o planejamento respeitando a individualidade de cada um, utilizando o sistema de registro ofertado

pela Secretaria Municipal de Educação para incluir seus planejamentos, seguindo o planejamento em conjunto com o professor titular dos anos iniciais e finais;

II - Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente dos anos iniciais e finais;

III - Propor adequações curriculares nas atividades pedagógicas e manter-se atualizado;

IV – Participar dos conselhos de classe;

V - Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação básica;

VI – Cumprir a carga horária de trabalho na sala de aula mesmo na ausência do aluno;

VII – Participar de capacitação na área de educação;

Art.4º O Segundo Professor de turma deverá ser contratado mediante processo seletivo público, que preverá remuneração de acordo com a Legislação Municipal.

Art. 5º Para a contratação, posse e nomeação deverá ser exigida habilitação adequada em educação especial e seus desdobramentos.

Art. 6º ao Segundo Professor de Turma será garantida a capacitação e formação continuada com atividades complementares, como cursos, palestras e seminários, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as necessidades e inovações que serão levadas ao seu conhecimento.

Parágrafo único. Para o fornecimento dos cursos de capacitação e formação continuada, a Secretaria Municipal de Educação poderá realizar convênios com entidades particulares ou demais instituições públicas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 7º O Professor que assumir a vaga na função de Segundo Professor de aluno incluso, na ausência do professor regente, deverá assumir integralmente a turma, seguindo o planejamento prévio das atividades, garantindo assim os direitos de aprendizagem dos alunos.

Art. 8º O Segundo Professor de Turma deverá acompanhar o aluno incluso em todas as atividades escolares, incluindo passeios, aulas específicas, recreio (alimentação) e higiene (caso necessário auxilio na higienização e trocas de fralda) respeitando e assegurando os direitos do aluno com deficiência onde diz respeito às (AVDs) Atividades da Vida Diária.

Art. 9º No caso de não haver mais estudantes com deficiência na escola em que o Segundo Professor de Turma encontra-se lotado, este poderá ser transferido para outra instituição da rede

pública de ensino regular municipal em que exista demanda não atendida ou ter seu contrato encerrado.

Parágrafo único O Segundo professor deve retornar à entidade a qual está lotado assim que a mesma matricular alunos que necessitem de educação especial.

I-Os estudantes inclusos que não necessitarem de adaptações do planejamento, atividades de registro e possuírem independência motora, deverão ser avaliados pela equipe Multidisciplinar, com o objetivo de (Re) avaliar a necessidade da presença do Segundo Professor em sala.
II- As crianças da Educação Infantil que possuírem laudos clínicos indicando a necessidade de permanência do Segundo Professor em sala, serão (Re) avaliados, seguindo o inciso XIII do caput do art. 3º da Lei nº 13.146 de 2015 – Estatuto da Pessoa Com Deficiência, e o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, e Política Nacional de Educação Especial, levando em conta que a crianças de até 6 anos de idade recebem estimulação pedagógica, e estudantes de 6 a 17 anos recebem intervenção pedagógica, tendo em vista que, o trabalho desenvolvido na Educação Infantil é voltado a estimulação e autonomia da criança, a equipe Multidisciplinar irá avaliar a necessidade do acompanhamento do Segundo Professor em sala, Profissional de Apoio, ou Auxiliar de educação Infantil.

Art. 10 O Professor que assumir a função de Segundo Professor de Turma, em razão de estudante com laudo, terá direito de 1/3 da carga horária de hora atividade para planejamento, correções, avalições e adaptações de atividades necessárias para o atendimento do estudante incluso.

I – A hora atividade do Segundo Professor será organizada pela equipe gestora e administrativa da escola, com respectivo quadro de horários.

II – A hora atividade do Segundo Professor deverá ser cumprida integralmente na Unidade Escolar, em consideração ao Estatuto da Criança e Adolescente, onde o Direito da criança é PRIORITÁRIO.

Art. 11º Revoga-se a resolução 003/2017.

Art. 12º A Resolução 001/2023 entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 17 de fevereiro de 2023
Kelli Rodrigues Cabral
Presidente do Conselho Municipal Educação

24- Lei Nº 1907/2021 INCLUSÃO DE ATIVIDADES E CONTEÚDOS RELATIVOS A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

LEI N° 1907/2021 Dispõe sobre a inclusão de atividades e conteúdos relativos à educação financeira no plano curricular das escolas de ensino fundamental da rede pública municipal de ensino.
O **Prefeito Municipal de Paulo Lopes**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e Eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigatória a inclusão de atividades e conteúdos relativos à educação financeira no plano curricular das escolas de ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.
§1º As atividades e os conteúdos relativos à educação financeira constituirão matéria da base diversificada do currículo escolar, devendo ser contemplados como tema transversal, estar presentes nos diferentes componentes curriculares do contexto escolar e serem desenvolvidos de forma interdisciplinar ou transdisciplinar.
§ 2º O Tema Transversal, Educação Financeira nas Escolas, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, investimento e consumo consciente, também poderá compor os projetos complementares desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação nas Escolas Municipais.
Art.2º Para o cumprimento desta lei o poder executivo poderá desenvolver os conteúdos do Tema Transversal Educação Financeira com os professores da Rede Municipal de Ensino, bem como, fica autorizada a Administração Pública celebrar convênios e acordos com entidade públicas e privadas.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação, adotará as providências necessárias para a inclusão do Tema Transversal Educação Financeira no Currículo do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo sua implantação ser organizada para o ano letivo de 2022.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal
Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 01 dezembro de 2021.
LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

25- LEI Nº 1.834 DISPÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NO MINICÍPIO DE PAULO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1.834, DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES/SC, NADIR CARLOS RODRIGUES, faz saber a todos os habitantes do Município de Paulo Lopes e demais cidadãos, que o Vereador Robson Luís Bitencourt Liberato apresentou o referido projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º São considerados abuso ou maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de um animal, notadamente:

I - privar o animal de suas necessidades básicas;

II - lesar ou agredir o animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte, salvo nas situações admitidas pela legislação vigente;

III - abandonar o animal sob qualquer pretexto ou deixar de prestar socorro em casos de atropelamento, mesmo que acidentais;

IV - obrigar o animal a realizar trabalho excessivo, superior às suas forças naturais ou submetê-lo a condições que resultem em sofrimento e tortura;

V - confinar, acorrentar e/ou deixar em lugar inadequado;

VI - utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

VII - utilizar animais em rituais religiosos com a finalidade de provocar sacrifício contra a saúde ou a integridade física e mental;

VIII - provocar envenenamento em animal que resulte ou não em morte;

IX - deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária;

X - outras ações ou omissões atestadas por médico veterinário, nos quais fiquem evidentes situações de abuso ou maus-tratos.

Parágrafo único. A eutanásia mencionada no inciso IX deverá ser executada por médico veterinário, cujo procedimento somente deverá ser feito após aplicação de medicamentos que causem inconsciência total no animal (anestesia).

Art. 2º Para efeitos do inciso V, do art. 1º desta Lei, entende-se como "confinar, acorrentar e/ou deixar em lugar inadequado" qualquer meio injustificado de restrição à liberdade de locomoção dos animais domésticos.

§ 1º A restrição à liberdade de locomoção ocorrerá por qualquer meio de aprisionamento, permanente ou rotineiro, do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 2º Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo "vai - e vem" com no mínimo seis metros de comprimento.

§ 3º A liberdade de locomoção do animal deverá ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angústias, observando-se:

I - o objeto utilizado para amarrar o animal não poderá pesar mais de 10% do seu peso;

II - fica vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira;

§ 4º É proibido o confinamento de animais em alojamentos e/ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem estar do animal, observando-se:

I - espaço suficiente para movimentação;

II - incidência de sol, Luz, sombra e ventilação;

III - fornecimento de alimento e água potável, além de atendimento das suas necessidades;

IV - asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal;

V - restrição de contato com outros animais agressivos e/ou portadores de doenças.

Art. 3º A ação ou omissão que implique em abandono ou maus-tratos contra animais sujeitará o infrator às sanções previstas no artigo 32 da Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, além das penas previstas nesta Lei Municipal.

Art. 4º Na aplicação de multa simples em razão de determinada ação ou omissão que implique em abandono ou maus-tratos contra animal, serão observados os seguintes limites:

I - 200 (duzentos) UFRM`s, em casos de abuso, maus-tratos, omissão, negligência e abandono, que não acarretem lesão ou óbito ao animal, multa essa aplicada por cada animal envolvido;

II - 700 (setecentos) UFRM`s, em casos de abuso, maus-tratos, omissão, negligência e abandono que acarretem lesão ao animal, multa essa aplicada por cada animal envolvido;

III - 900 (novecentos) UFRM`s, em casos de abuso, maus-tratos, omissão, negligência e abandono que acarretem óbito do animal, multa essa aplicada por cada animal envolvido.

§ 1º A cada reincidência de infração, a pena da multa será aplicada em dobro em relação à multa anteriormente aplicada.

§ 2º Além das multas previstas neste artigo, o infrator também deverá arcar com todos os custos do tratamento veterinário e recuperação do animal vítima de maus-tratos.

Art. 5º As multas previstas nesta lei devem ser reajustadas anualmente pela variação da Unidade Fiscal de Referência do Município - UFIRM, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por nova legislação e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 6º A fiscalização dos atos previstos nesta Lei poderá ser feita por qualquer munícipe, mediante provas (fotos, vídeos) ou testemunhas e apresentação de Boletim de Ocorrência, que também poderá ser feito eletronicamente, onde deverão ser apresentados ao Setor competente da Municipalidade para que sejam tomadas as devidas providências, inclusive em relação à cobrança das taxas punitivas previstas nesta Lei.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo Municipal determinar a destinação dos recursos advindos desta Lei, que deverão ser usados em ações e projetos voltados à Política do Bem-Estar Animal.

Art. 8º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 03 de outubro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de administração

26- APLICAÇÕES DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Computação permite vivenciar e explorar o mundo por meio de múltiplas formas, tendo em vista diferentes dispositivos tecnológicos. Interação, amplificação, redução e contraste, são muitas as possibilidades educativas partindo da ludicidade estabelecida na BNCC para a infância. Considerando o disposto nas normas referidas, as competências e habilidades aqui dispostas apresentam um contínuo de complexidade e abordagens correlatas às etapas de desenvolvimento, tendo por base premissas como:

- *Desenvolvimento e reconhecimento de padrões básicos de objetos (Educação Infantil);*
- *Compreensão da Computação e seus modos de explicação de experiências, artefatos e impactos na realidade social, no meio ambiente, na economia, na ciência, nas artes (Ensino Fundamental);*

Os Anos Iniciais sugerem conceitos relacionados ao desenvolvimento de aspectos que paulatinamente propiciem a compreensão de estruturas abstratas que serão utilizadas para interação e manipulação de dados, informações e resolução de problemas. As práticas nacionais indicam diferentes possibilidades de fazê-lo, seja por meio de uso mais frequente de artefatos digitais e computadores, seja por meio de atividades lúdicas, computação desplugada, construção de games. O desenvolvimento gradual e consistente deve favorecer noções básicas de algoritmo e manipulação de dados usando diferentes linguagens, inclusive visual.

Espera-se que o domínio técnico de construção de algoritmos (composição sequencial, seleção e repetição) e noções de decomposição de problemas ocorram entre o Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio. Nos Anos Iniciais da Educação Básica, é fundamental que experiências concretas permitam a construção de modelos mentais para as abstrações computacionais que serão formalizadas nos Anos Finais, sobretudo com linguagens de programação. Por isso é importante que o Pensamento Computacional ocorra, mesmo que de forma desplugada (sem uso de computadores) nos Anos Iniciais.

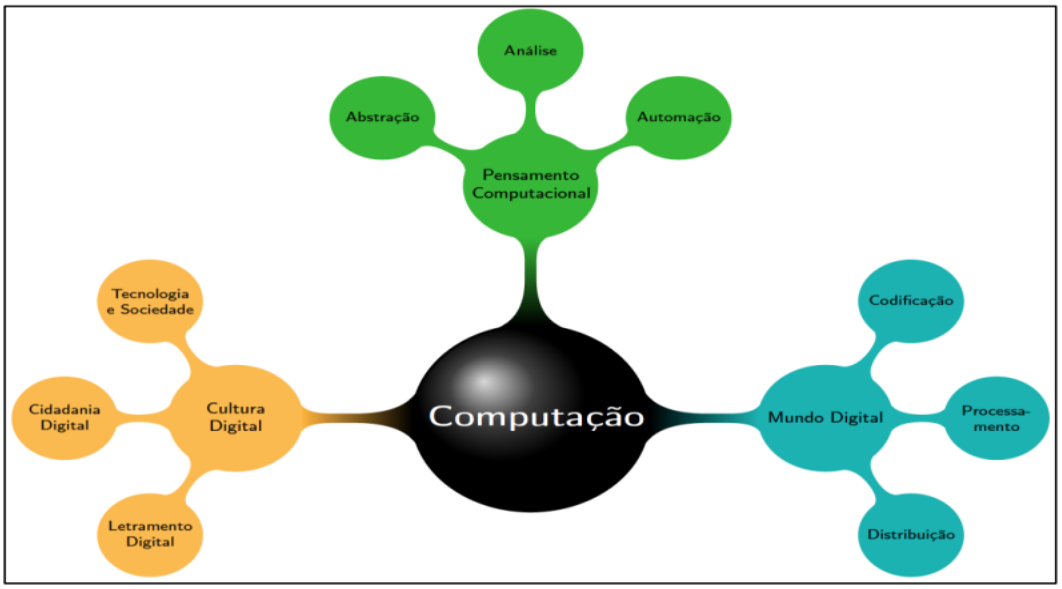
As modalidades da Educação Básica (Educação Indígena, Quilombola, EJA, Educação Especial) precisam ser consideradas quanto aos benefícios do uso e integração da Computação em seu currículo. Não sendo aqui possível um tratamento exaustivo, convém assinalar a necessidade de obedecer a leis e normas vigentes para assegurar os direitos de aprendizagem desses públicos.

O conjunto de habilidades computacionais a serem desenvolvidas na Educação Básica esta organizada em 3 eixos, conforme apresentado:

Pensamento Computacional: refere-se à habilidade de compreender, analisar definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, através do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento.

2. Mundo Digital: envolve aprendizagens sobre artefatos digitais, compreendendo tanto elementos físicos (como computadores, celulares, tabletes) e como virtuais (como a internet, redes sociais e nuvens de dados). Compreender o mundo contemporâneo requer conhecimento sobre o poder da informação e a importância de armazená-la e protegê-la, entendendo os códigos utilizados para a sua representação em diferentes tipologias informacionais, bem como as formas de processamento, transmissão e distribuição segura e confiável.

3. Cultura Digital: envolve aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade contemporânea; bem como a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos veiculados; assim como fluência no uso da tecnologia digital para proposição de soluções e manifestações culturais contextualizadas e críticas.



1. Compreender a Computação como uma área de conhecimento que contribui para explicar o mundo atual e ser um agente ativo e consciente de transformação capaz de analisar criticamente seus impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos, legais e éticos.
2. Reconhecer o impacto dos artefatos computacionais e os respectivos desafios para os indivíduos na sociedade, discutindo questões socioambientais, culturais, científicas, políticas e econômicas.
3. Expressar e partilhar informações, ideias, sentimentos e soluções computacionais utilizando diferentes linguagens e tecnologias da Computação de forma criativa, crítica, significativa, reflexiva e ética.
4. Aplicar os princípios e técnicas da Computação e suas tecnologias para identificar problemas e criar soluções computacionais, preferencialmente de forma cooperativa, bem como alicerçar descobertas

em diversas áreas do conhecimento seguindo uma abordagem científica e inovadora, considerando os impactos sob diferentes contextos.

5. Avaliar as soluções e os processos envolvidos na resolução computacional de problemas de diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de construir argumentações coerentes e consistentes, utilizando conhecimentos da Computação para argumentar em diferentes contextos com base em fatos e informações confiáveis com respeito à diversidade de opiniões, saberes, identidades e culturas.
6. Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, identificando e reconhecendo seus direitos e deveres, recorrendo aos conhecimentos da Computação e suas tecnologias para tomar decisões frente às questões de diferentes natureza

27- Siglas para definição de tipos de instrumento de Avaliação

Seguem Siglas para serem utilizadas no cadastro dos instrumentos de avaliação do sistema Betha.

Tipo de Instrumento de avaliação	**Siglas**	
	1º	REC
Prova individual	PI	R PI
Prova Consulta	PC	R PC
Relatório individual	RI	R RI
Trabalho individual	TI	R TI
Trabalho em Grupo	TG	R TG

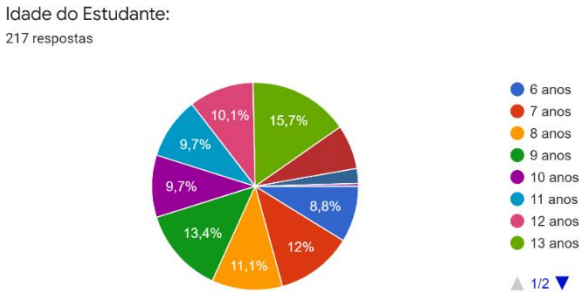
Trabalho em Dupla	TD	R TD
Trabalho Prático	TP	R TP
Seminário	SEM	R SEM
Produção Textual	PT	R PT
Ditado	DIT	R DIT
Registro Caderno	RC	R RC
Leitura	LE	R LE
Prova Oral	PO	R PO
Resolução de Exercicíos	RE	R RE
Entrevista	ENT	R ENT
Interpretação Textual	IT	R IT
Execução de Experimentos	EX D EXP	R EXP
Cálculo Mental	CM	R CM
Pesquisa de Campo	PC	R PC
Auto Avaliação	AA	R AA
Portifólio	P	R P
Projetos	PROJ	R PROJ
Atitudes comportamentais	AC	R AC
Atividades Práticas	AP	R TG
Tarefas	TAR	R TD
Trabalho de Pesquisa	TP	R TP
Explorar Mapas	EM	R EM

OBS.: Se você repetir o instrumento mais de uma vez durante o trimestre, você deverá numerar o mesmo. Ex:

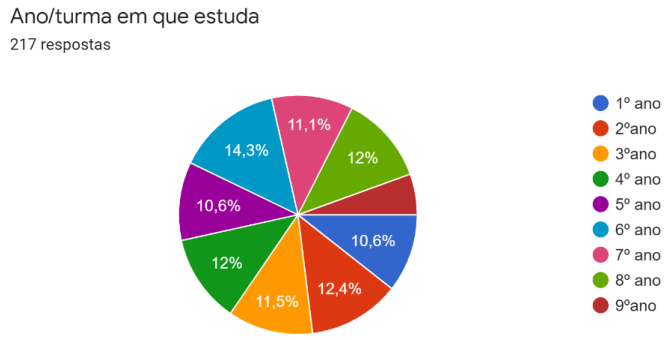
Prova individual	PI1	R PI1
Prova individual	PI2	R PI2

28- Resultado da pesquisa realizada no ano de 2022 com as famílias.

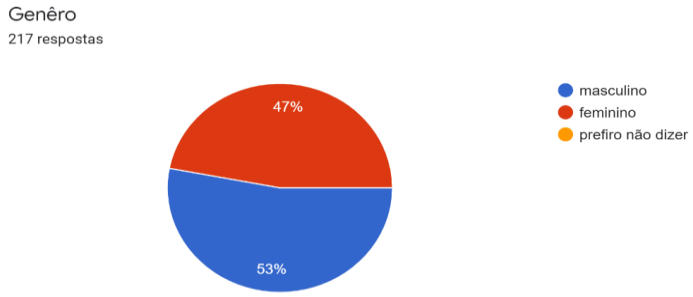
Analisando as respostas temos:



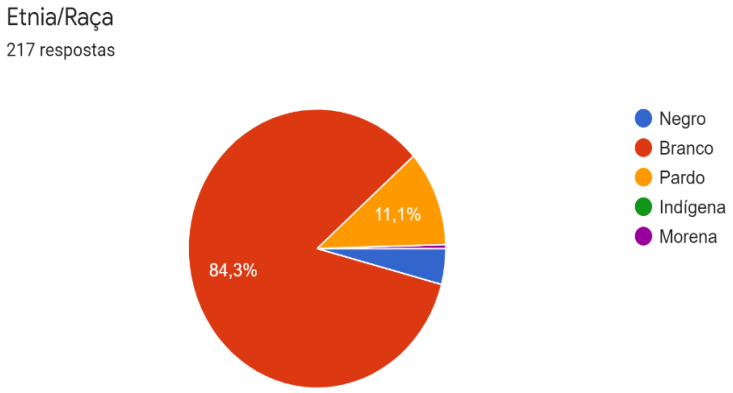
Para o ano de 2022, a quantidade de estudantes com idade de seis anos que estudam em nossa Unidade Escolar que responderam esta pesquisa foi de 19 estudantes (8,8%); de sete anos 26 estudantes (12%); de oito anos 24 estudantes (11,1%); de nove anos 29 estudantes (13,4%); de dez anos 21 estudantes (9,7%); de onze anos 21 estudantes (9,7%); de doze anos 22 estudantes (10,1%); de treze anos 34 estudantes (15,7%); de quatorze anos 15 estudantes (6,9%); de quinze anos 5 estudantes (2,3%); acima de 15 anos (0,5%).



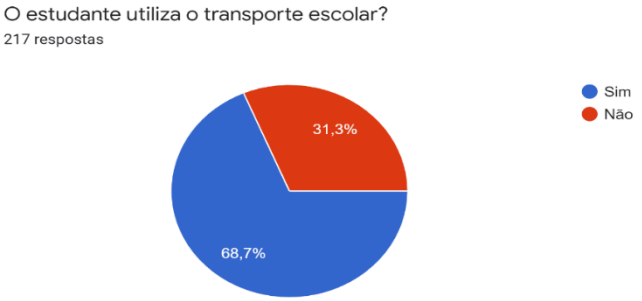
Nossa Unidade Escolar atende estudantes do Ensino Fundamental distribuídos de 1º a 9º ano. Das famílias que responderam à pesquisa, se manifestaram do 1º ano 23 estudantes (10,6%); 2º ano 27 estudantes (12,4%); 3º ano 25 estudantes (11,5%).



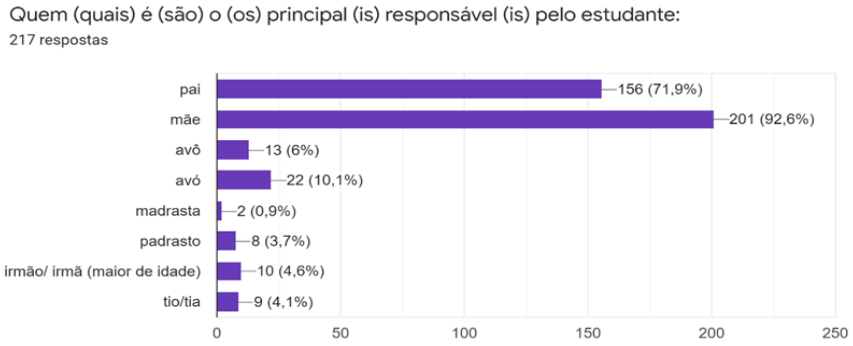
Quanto ao gênero, foram declarados 115 (53%) estudantes pertencentes ao masculino e 102 (47%) ao feminino. Dos declarantes observa-se que a maioria do nosso público é do gênero masculino.



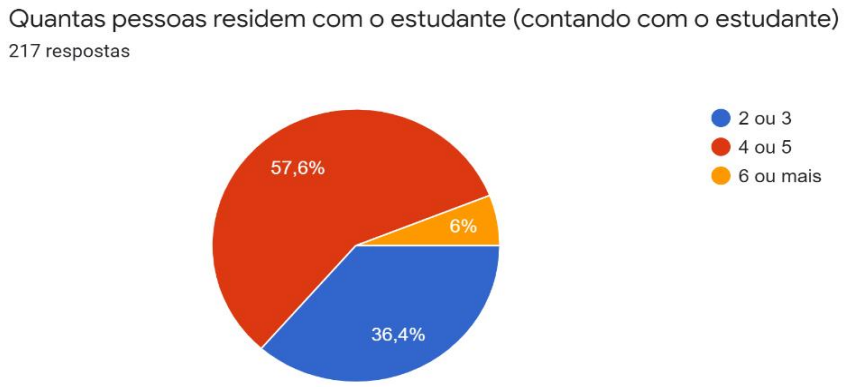
Quanto a etnia/raça, foram apresentadas 217 respostas, onde 183 (84,3%) estudantes se declararam brancos; 24 (11,1%) pardos; 9 (4,1%) negros; 1 (0,5%) moreno, por indicação própria do declarante.



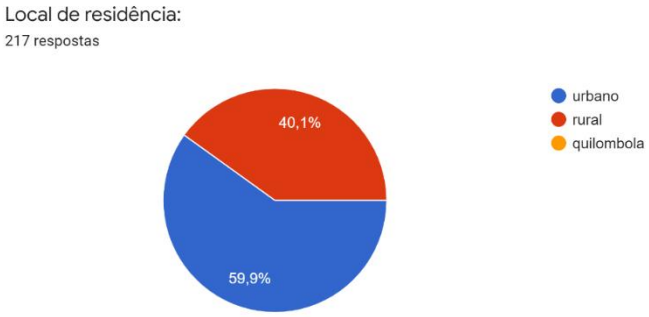
Em nossa Unidade Escola Escolar, nossos estudantes utilizam o transporte escolar pois a grande maioria reside distante da escola. Dos dados analisados ,149 (68,7%) estudantes utilizam o transporte escolar e 68 (31,3%) não fazem uso do mesmo, pois residem próximo a escola ou utilizam transporte próprio.



Sobre os responsáveis por nossos estudantes temos como principal integrante a mãe 201 (92,6%); o pai 156 (71,9%); avó 22 (10,1%); avô 13 (6%); irmão ou irmã 10 (4,6%); tio ou tia 9 (4,1%); padrasto 8 (3,7%).



Percebe-se que o número de integrantes do núcleo familiar dos estudantes que responderam a pesquisa ficou em 125 (57,6%) estudantes que residem com 2 ou 3 pessoas, enquanto 79 (36,4%) residem com 4 ou 5 pessoas. Concluindo que 13 (6%) residem com 6 pessoas ou mais.



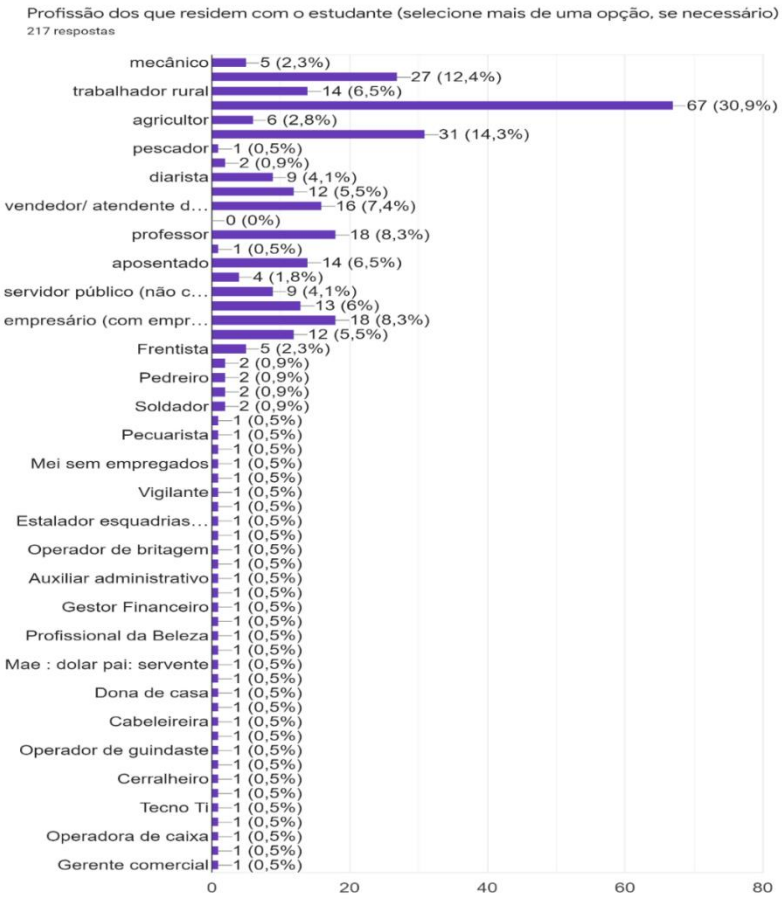
As famílias atendidas na Escola Ivo Silveira residem em espaço urbano 130 (59,9%) famílias; (40,1%) residem em espaço rural.



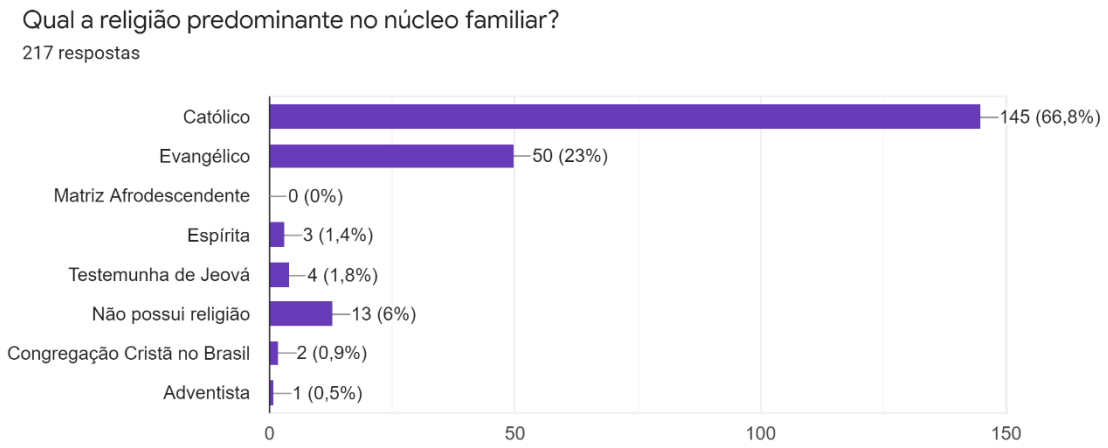
Observa-se no gráfico acima que 81 (37,3%) famílias residem entre 1 Km e 3 Km de distância da escola; 75 (34,6%) famílias a menos de 1 Km; 29 (13,4%) residem entre 3 e 7 Km. 10 (4,6%) entre 15 e 20 Km; 2 (0,9%) a mais de 20 Km.



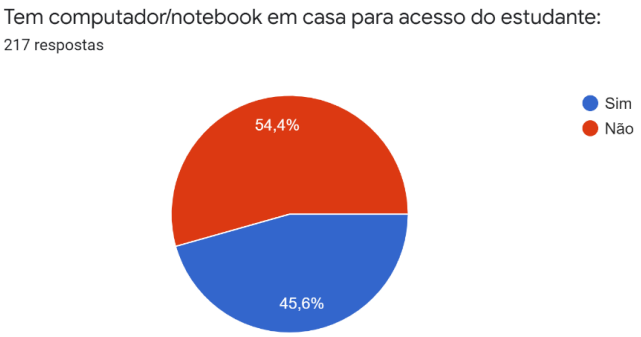
Quanto a renda total das famílias dos nossos estudantes temos, 71(32,7%) famílias com renda entre 1 e 2 salários mínimos; 63 (29%) famílias entre 2 e 3 salários mínimos; 43 (19,8%) famílias com mais de 3 salários mínimos e 40 (19,8%) famílias com renda menor que 1 salário mínimo.



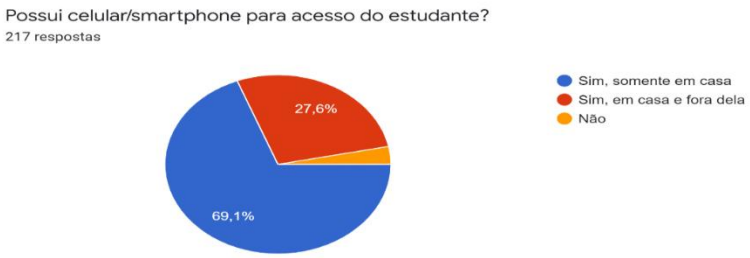
No gráfico acima as famílias identificaram as principais profissões das famílias das crianças que frequentam nossa Unidade Escolar.



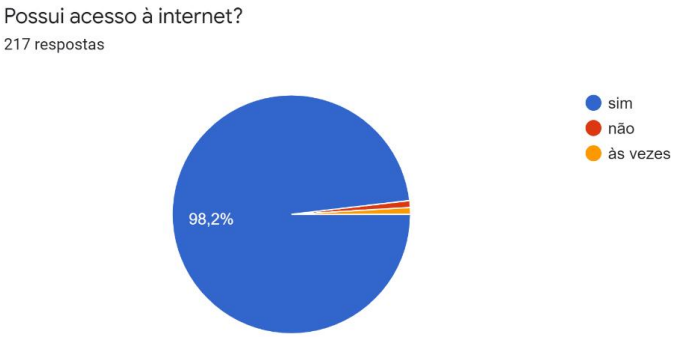
Quanto a religião predominante das famílias das crianças atendidas nesta instituição 145 (66,8%) são católicos; 50 (23%) são Evangélicos; 13 (6%) não possui religião; 4 (1,8%) Testemunhas de Jeová; 3 (1,4%) Espírita; 2 (0,9%) Congregação Cristã no Brasil e 1 (0,5%) Adventista.



No diagnóstico de inclusão digital, os números de famílias que têm computador/Notebook em casa é de 99 (45,6%); e as que não possuem computador é de 99 (45,6%).



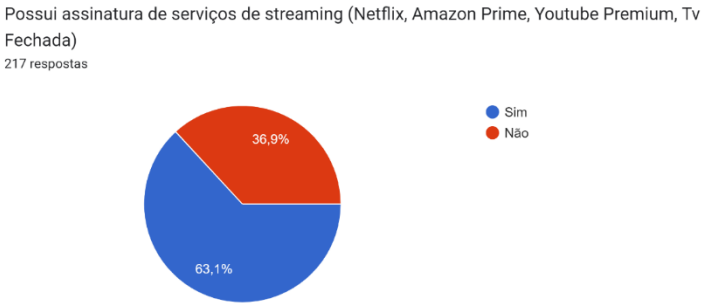
Quanto ao acesso de celular para as crianças, 150 (69,1%) delas possuem somente em casa; 60 (27,6%) possuem em casa e fora dela; e 7 (3,2%) não possuem;



O gráfico acima demonstra claramente que a maioria das nossas famílias que responderam ao questionário proposto possuem acesso a internet, ou seja, 213 famílias (98,2%). Em contrapartida, apenas 2 não possuem acesso e outras 2 às vezes, sendo este último um percentual de 0,9%.

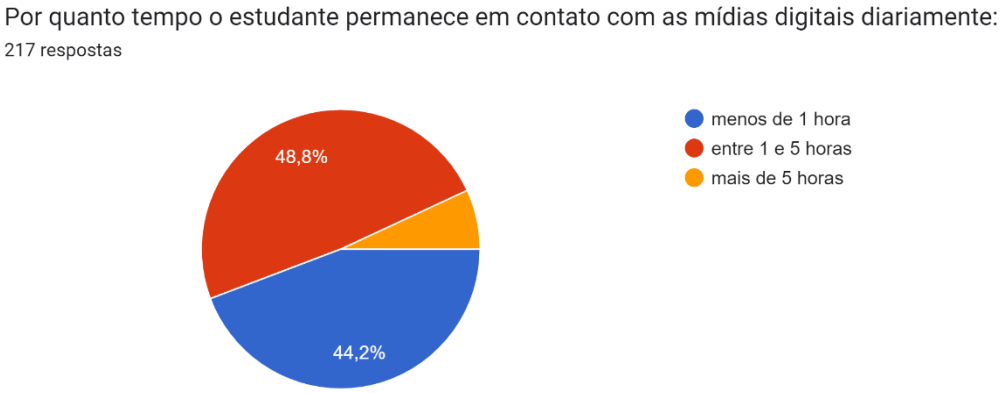


Ao serem questionados sobre a presença de livros não didáticos em seus lares, percebemos que 153 famílias possuem o hábito de possuí-los (70,5%). E 64 famílias não possuem livros não didáticos, ou seja, 29,5% das respostas dadas.



Uma das grandes novidades nas casas das famílias é a presença de assinaturas de serviços de streaming. As famílias de nossos estudantes que responderam a este questionário, em sua maioria, possuem em seus lares algum desses serviços. Nossa

pesquisa mostra então que 137 famílias (63,1) possuem e 80 (36,9%) famílias não possuem este tipo de serviço em suas casas.

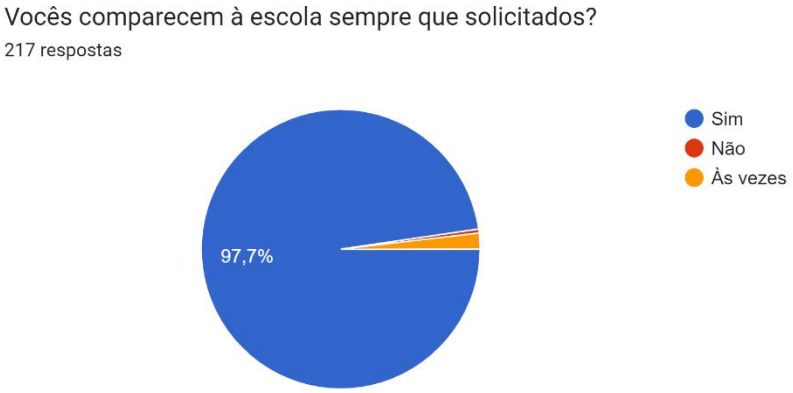


Uma das grandes preocupações de nossos professores é com a quantidade de tempo que nossos estudantes permanecem nas Mídias digitais, principalmente quando não são supervisionados por um adulto, ficando sujeitos a qualquer tipo de informação que pode levá-los a diferentes níveis de interpretação da realidade. Sendo assim, nos preocupamos em saber por quanto tempo nossos estudantes ficam diariamente em contato direto com as Mídias sociais. Das respostas apresentadas percebemos claramente que a maioria 106 famílias (48,6%) relataram que ficam entre 1 e 5 horas; 96 (44,2) famílias relataram que ficam menos de 1 hora e; 15 (6,9%) relataram que permanecem mais de 5 horas por dia nas Mídias digitais.

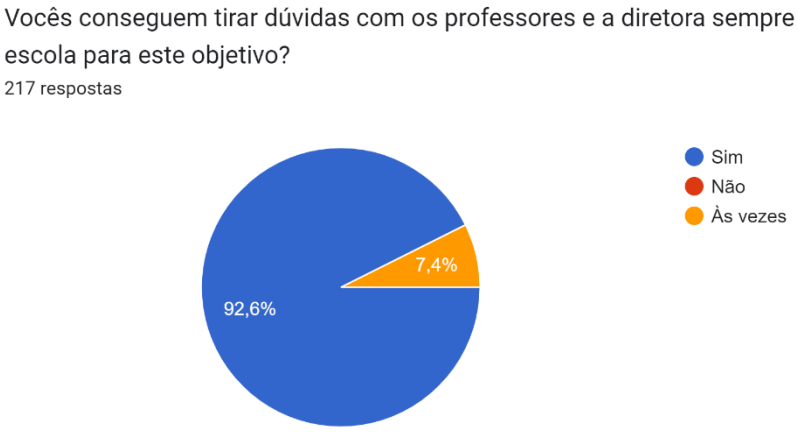


Nosso questionário se destaca também nos aspectos pedagógicos, tão necessários ao desempenho escolar de nossos estudantes. Nessa primeira pergunta, gostaríamos de saber acerca do interesse dos pais e responsáveis com as tarefas de casa e comunicados enviados da escola ou dos professores aos responsáveis. Nossas respostas nos mostram

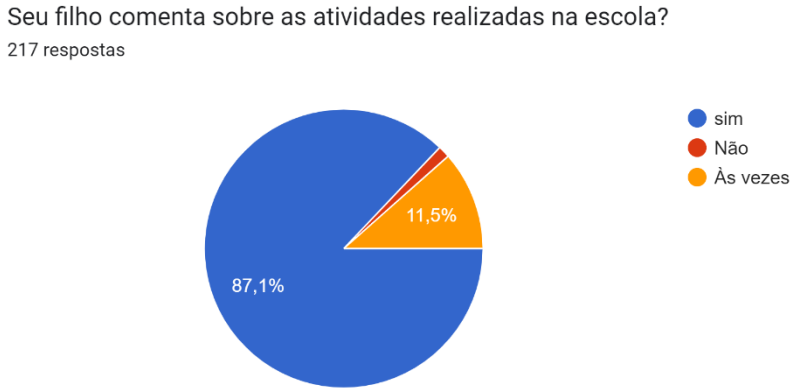
que 206 (94,9) pais e responsáveis acompanham diariamente tudo o que a escola comunica às famílias; 10 (4,6%) às vezes e; 1 (0,5) declarou que não acompanha.



Unir família e escola é principalmente oferecer ao aluno um processo de aprendizagem partindo de um diálogo aberto onde o objetivo comum será oferecer boas condições de desenvolvimento para nossos estudantes. Sendo assim, se faz necessário a presença da família na escola. Quando questionada se comparecem vemos que 212 (97,7%) das famílias que responderam o questionário comparecem sempre que solicitados; 4 (1,8%) as vezes e; 1 (0,5%) declarou que não comparece.



Ao serem questionados sobre suas dúvidas ao procurarem o corpo docente ou a direção escolar, as famílias em sua maioria responderam que sim, conseguem esclarecer suas dúvidas 201 (92,6%) e; não conseguem 16 (7,4%).



Sobre as atividades escolares realizadas na escola, questionamos os pais e responsáveis se os filhos comentam em casa a respeito. Das respostas recebidas, temos 189 (87,1%) famílias responderam que sim, 25 (11,5%) às vezes e, 3 (1,4%) responderam que seus filhos não comentam acerca das atividades escolares.



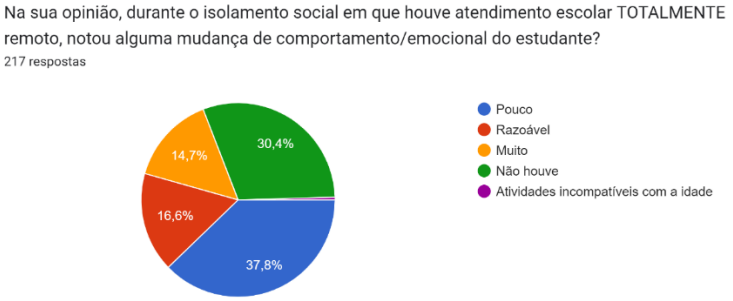
Quando questionados sobre ambiente para estudo em casa, os pais e responsáveis responderam que sim, 188 (86,6%) famílias proporcionam a seus filhos ambiente adequado e horário para realizar as tarefas de casa. Em contrapartida 29 (13,4%) não possuem local/horário para realizar as tarefas de casa.



Sobre o desenvolvimento escolar de seu filho, os pais/responsáveis responderam que em sua maioria, ou seja, 148 (68,2%) famílias estão satisfeitas com o desenvolvimento escolar de seus filhos; 41 (18,9%) estão muito satisfeitas; 23 (10,6%) estão preocupadas e; 5 (2,3%) estão insatisfeitas.



Perguntamos aos pais/responsáveis como eles se avaliam em relação ao acompanhamento nas atividades escolares de seus filhos. As respostas foram: 157 (72,4%) se consideram bem presentes; 56 (25,8%) poderiam ter ajudado mais e, 4 (1,8%) foram insuficientes quanto ao acompanhamento nas atividades escolares de seus filhos.



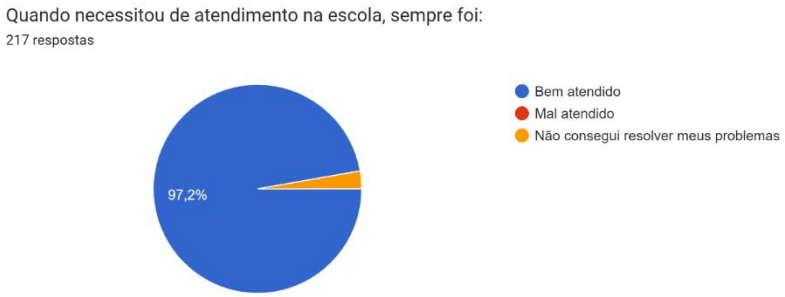
Sabemos que a pandemia da Covid 19 trouxe sérias consequências para nossa sociedade e em especial para nossos estudantes. Quando questionados sobre o isolamento social e o atendimento totalmente remoto e sua consequência com mudanças comportamentais e emocionais nos estudantes os pais/responsáveis responderam que: 87 (37,8%) perceberam poucas mudanças no comportamento; 66 (30,4%) disseram que não houve mudança; 36 (16,6%) afirmaram que foi uma mudança razoável, 32 (14,7%) disseram que ocorreram muitas mudanças e, 1 (0,5%) relatou que foi uma atividade incompatível com a idade.



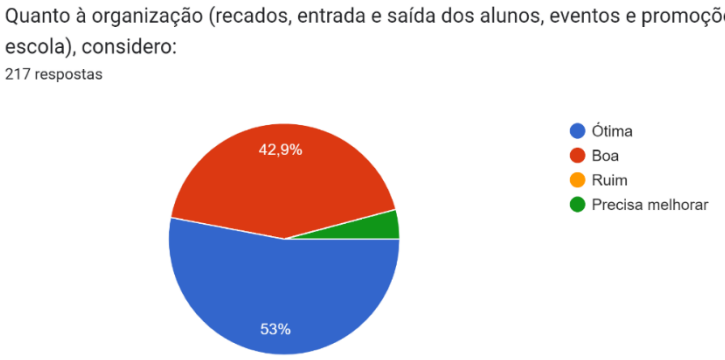
Quanto aos trabalhos dos professores em relação aos filhos(as) os responsáveis destacaram que: 165 (76%) estão satisfeitos; 43 (19,8%) consideram-se muito satisfeitos, e 9 (4,1%) insatisfeitos.



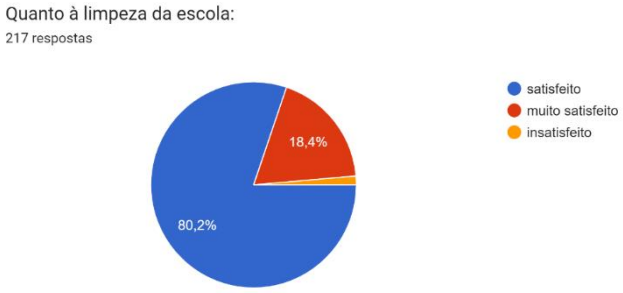
Sobre a qualidade da merenda escolar 168 (77,4%) dos pais responderam que estão satisfeitos com o que é oferecido; 33 (15,2%) estão muito satisfeitos e 16 (7,4%) declararam-se insatisfeitos com o que é oferecido na merenda escolar.



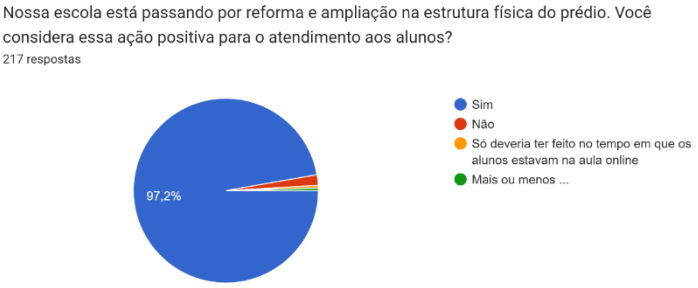
Os pais/responsáveis que participaram da pesquisa foram questionados acerca do atendimento na escola quando necessitam do mesmo. As respostas foram: 211 (97,2%) bem atendidas e 6 (2,8%) foram atendidas, porém não conseguiram resolver seus problemas.



Nesta questão solicitamos que os pais/responsáveis comentassem a respeito da organização de nosso ambiente escolar nos quesitos citados acima. As respostas foram: 115 (53%) ótima organização; 93 (42,9%) boa organização e 9 (4,1%) precisam melhorar alguns aspectos.

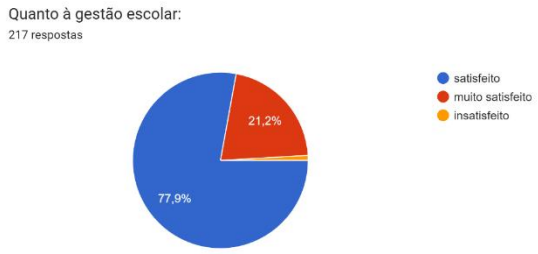


Quanto a limpeza da escola os pais/responsáveis deram as suas opiniões: 174 (80,2%) se encontram satisfeitos; 40 (18,4%) muito satisfeitos e, 3 (1,4%) insatisfeitos com a limpeza da escola.



Um ambiente agradável também se faz prioridade em nossa educação. Por este motivo nossa escola passa atualmente por uma reestruturação e ampliação. Perguntamos

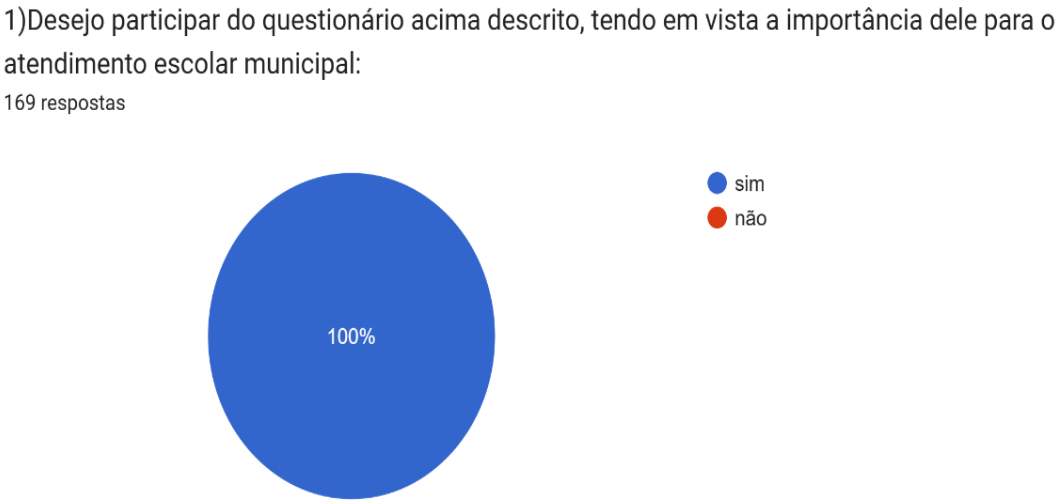
aos pais se essa ação se faz positiva para o atendimento aos nossos estudantes. Nossas respostas foram: 211 (97,2%) das famílias que participaram da pesquisa responderam que sim; 4 (1,8%) responderam que não; 1 (0,5%) respondeu que a ampliação deveria ter acontecido durante o isolamento social e; 1 (0,5%) mais ou menos positiva esta ampliação e reestruturação.



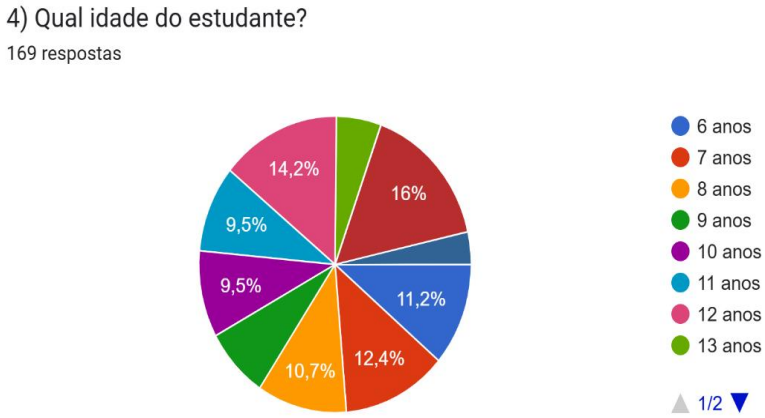
Sobre a gestão escolar, as famílias responderam em sua maioria 169 (77,9%) que estão satisfeitas; 46 (21,2%) muito satisfeitas e; 2 (0,9) insatisfeitas.

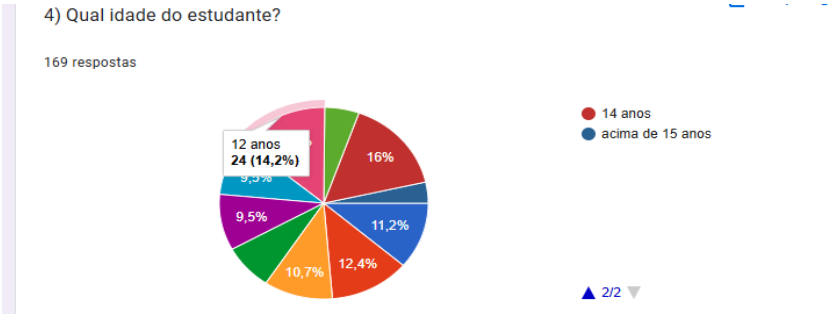
29- Resultado da pesquisa realizada no ano de 2025 com as famílias.

Analisando as respostas temos:

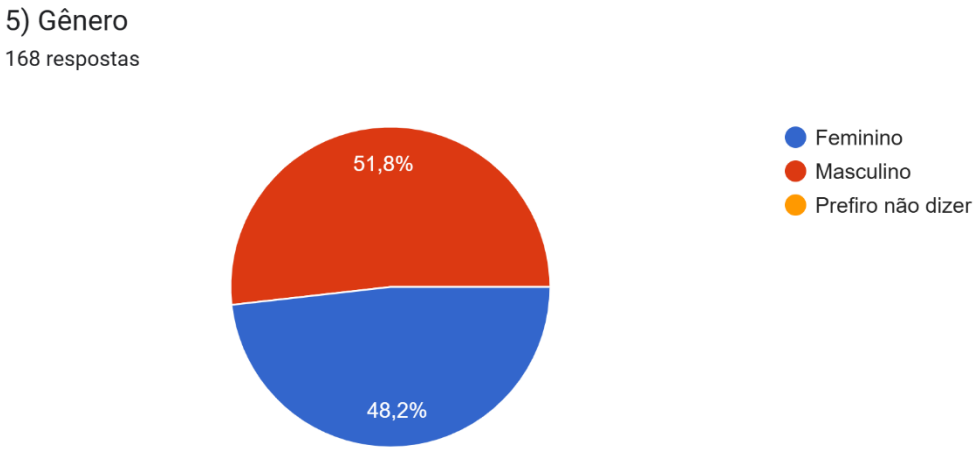


Para o ano de 2025, a quantidade de estudantes que estudam em nossa Unidade Escolar que responderam esta pesquisa foram:

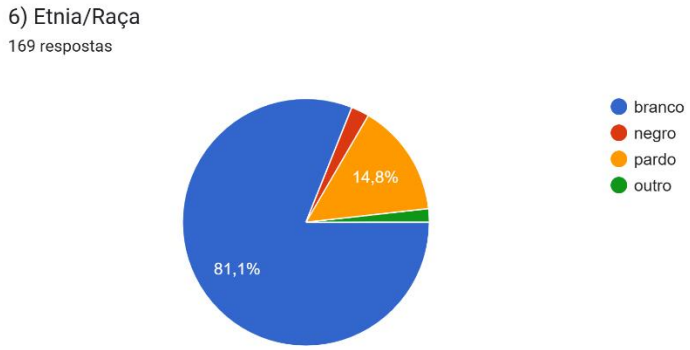




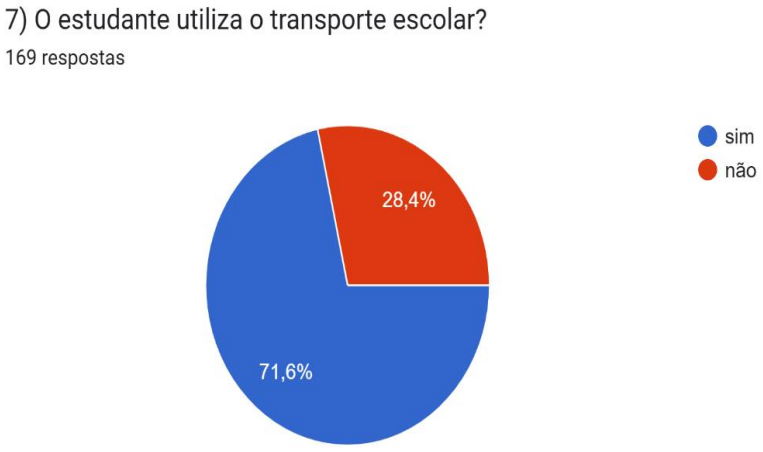
Quanto ao gênero, foram declarados masculino e feminino. Dos declarantes observa-se que a maioria do nosso público é do gênero masculino.



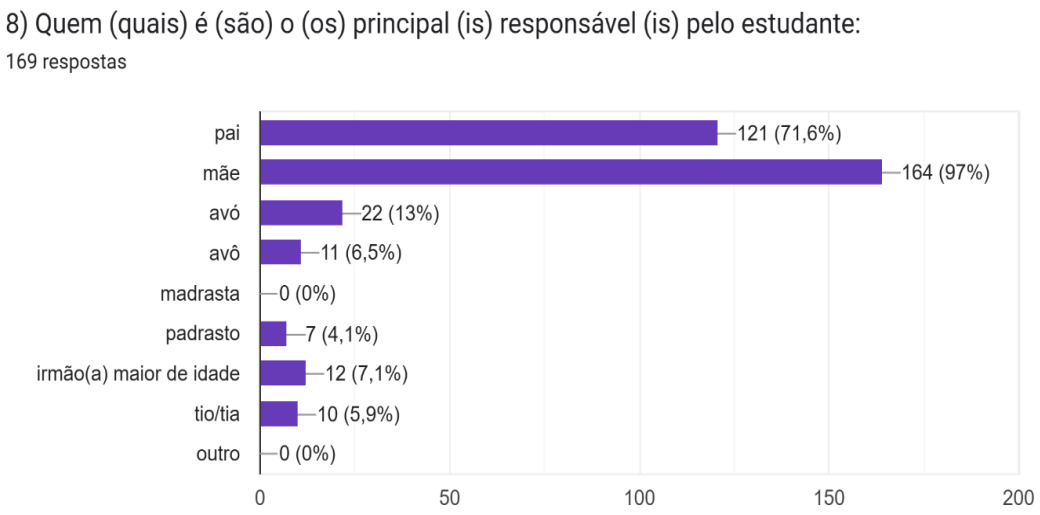
Quanto a etnia/raça declaradas observa-se que a raça branca é a predominante.



Em nossa Unidade Escola Escolar, nossos estudantes utilizam o transporte escolar pois a grande maioria reside distante da escola. Dos dados analisados temos:



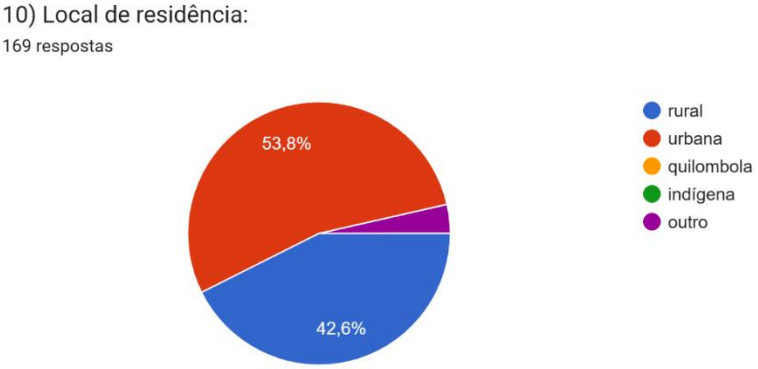
Sobre os responsáveis por nossos estudantes temos:



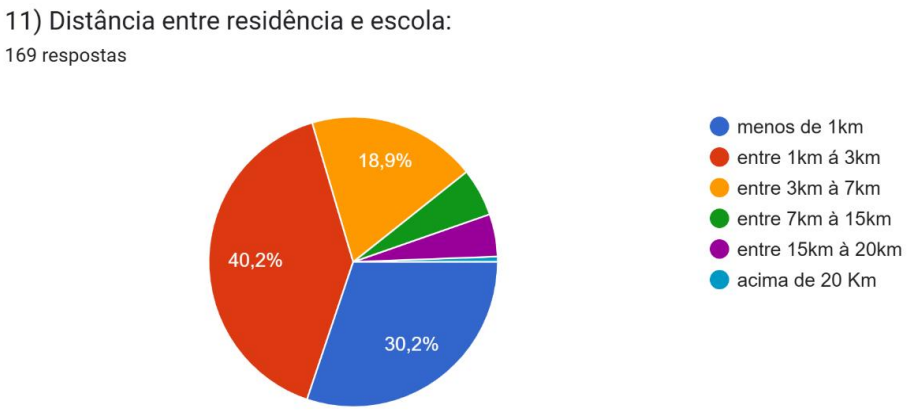
Percebe-se que o número de integrantes do núcleo familiar dos estudantes que responderam a pesquisa ficaram:



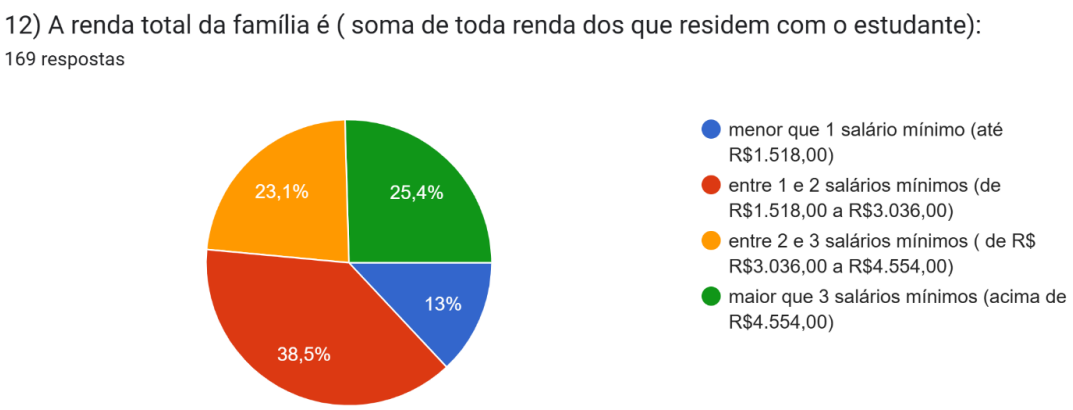
As famílias atendidas na Escola Ivo Silveira residem:



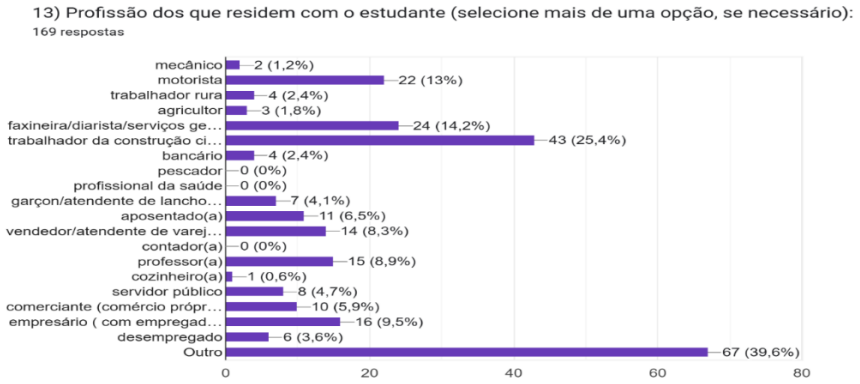
Observa-se no gráfico abaixo que as famílias residem:



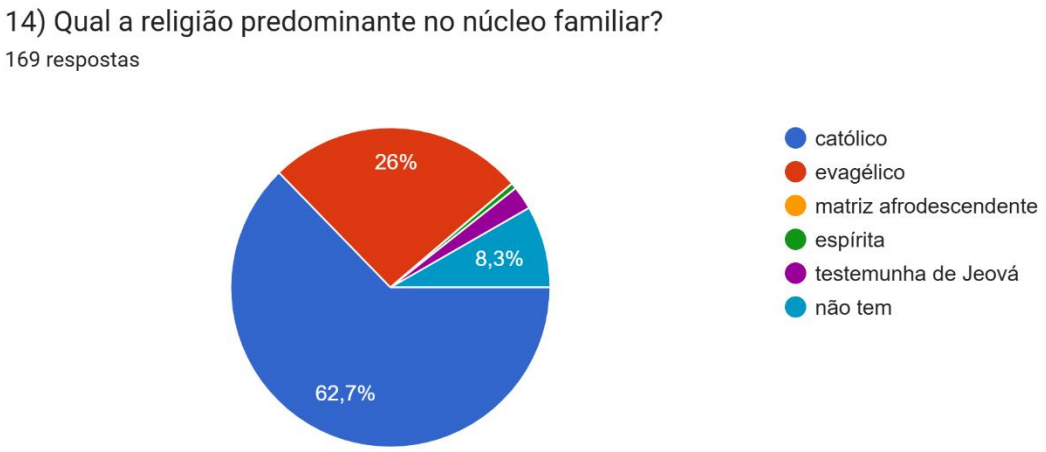
Quanto a renda total das famílias dos nossos estudantes temos:



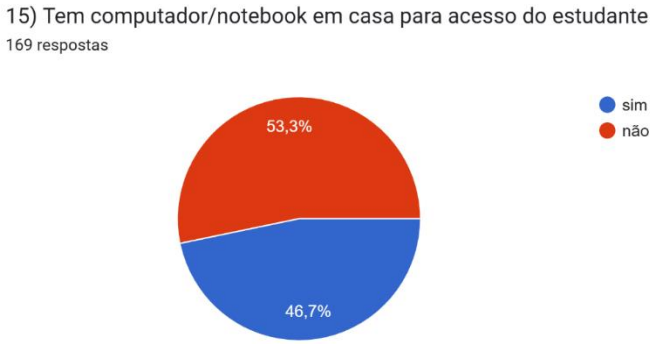
No gráfico abaixo as famílias identificaram as principais profissões das famílias das crianças que frequentam nossa Unidade Escolar.



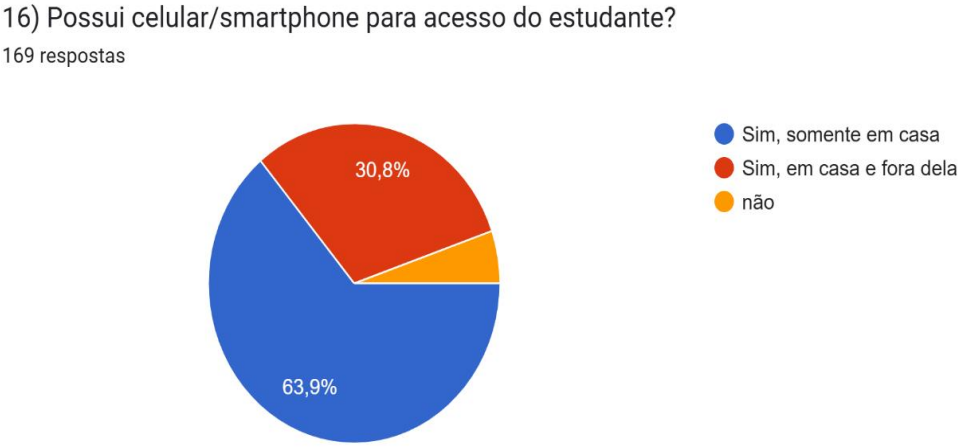
Quanto a religião predominante das famílias das crianças atendidas nesta instituição:



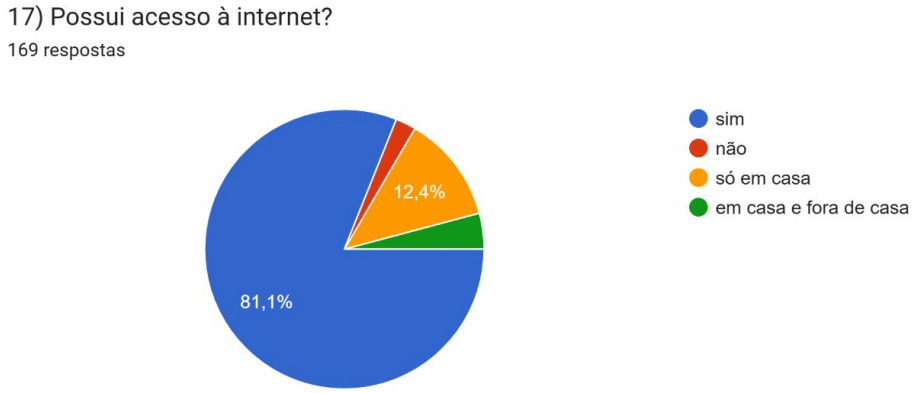
No diagnóstico de inclusão digital:



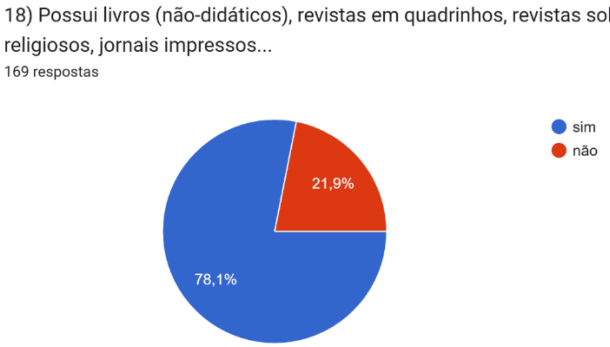
Quanto ao acesso de celular para os estudantes:



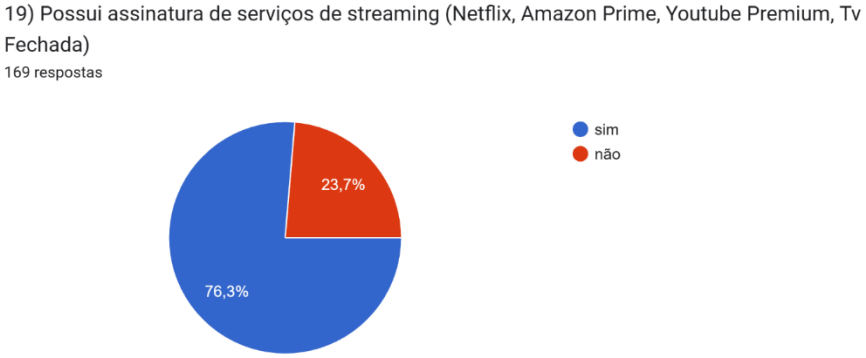
O gráfico abaixo demonstra claramente que a maioria das nossas famílias que responderam ao questionário proposto possuem acesso a internet:



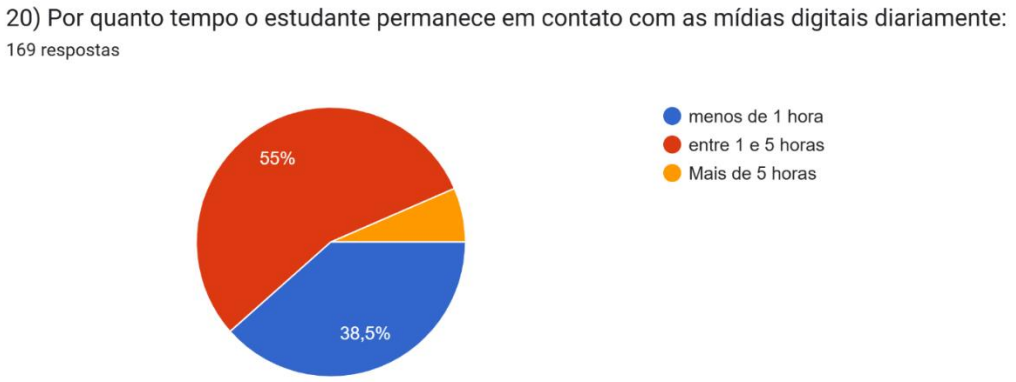
Ao serem questionados sobre a presença de livros não didáticos em seus lares responderam:



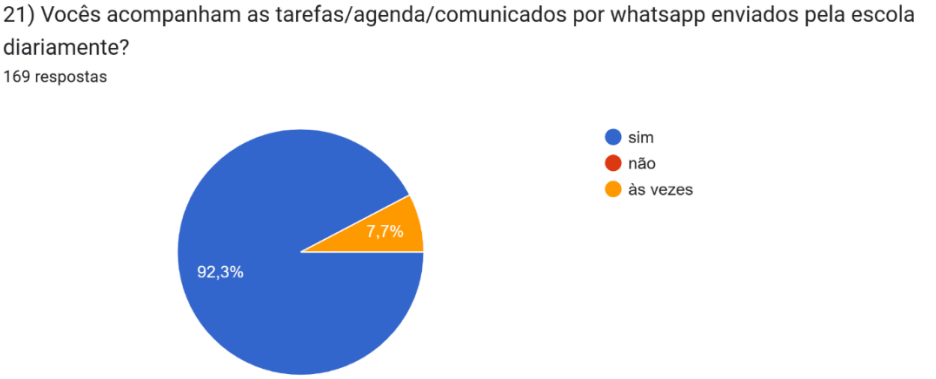
Uma das grandes novidades nas casas das famílias é a presença de assinaturas de serviços de streaming. As famílias de nossos estudantes que responderam a este questionário, em sua maioria, possuem em seus lares algum desses serviços.



Uma das grandes preocupações de nossos professores é com a quantidade de tempo que nossos estudantes permanecem nas Mídias digitais, principalmente quando não são supervisionados por um adulto, ficando sujeitos a qualquer tipo de informação que pode levá-los a diferentes níveis de interpretação da realidade. Sendo assim, nos preocupamos em saber por quanto tempo nossos estudantes ficam diariamente em contato direto com as mídias sociais.



Nosso questionário se destaca também nos aspectos pedagógicos, tão necessários ao desempenho escolar de nossos estudantes. Nessa primeira pergunta, gostaríamos de saber acerca do interesse dos pais e responsáveis com as tarefas de casa e comunicados enviados da escola ou dos professores aos responsáveis.

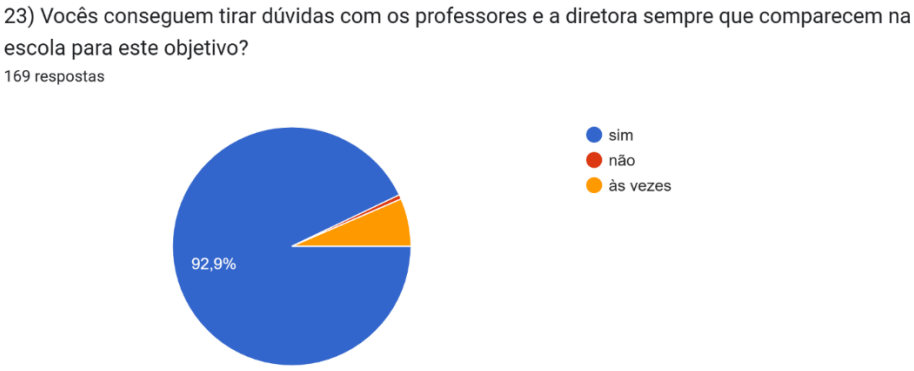


Unir família e escola é principalmente oferecer ao aluno um processo de aprendizagem partindo de um diálogo aberto onde o objetivo comum será oferecer boas condições de desenvolvimento para nossos estudantes. Sendo assim, se faz necessário a

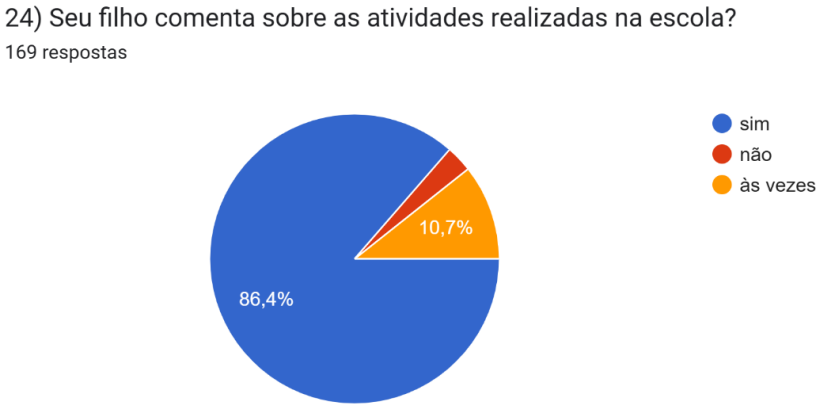
presença da família na escola. Quanto ao comparecimento quando solicitados, responderam:



Ao serem questionados sobre suas dúvidas ao procurarem o corpo docente ou a direção escolar, as famílias em sua maioria responderam que sim.



Sobre as atividades escolares realizadas na escola, questionamos os pais e responsáveis se os filhos comentam em casa a respeito. Das respostas recebidas temos:



Quando questionados sobre ambiente para estudo em casa, os pais e responsáveis responderam:



Sobre o desenvolvimento escolar de seu filho, os pais/responsáveis responderam que estão:



Perguntamos aos pais/responsáveis como eles se avaliam em relação ao acompanhamento nas atividades escolares de seus filhos. As respostas foram:



Quanto aos trabalhos dos professores em relação aos filhos(as) os responsáveis destacaram que:



29) Deixe uma sugestão para melhorar o trabalho do professor:

De modo geral, a maioria das famílias demonstra satisfação com o trabalho realizado pela escola e pelos professores, destacando dedicação, atenção e comprometimento. Foram registrados muitos elogios e agradecimentos pelo empenho e pelo cuidado com os alunos, bem como reconhecimento pela forma como as aulas e atividades vêm sendo conduzidas.

Entretanto, algumas sugestões e apontamentos foram trazidos:

- **Escrita e leitura:** pais sugerem reforçar a escrita no caderno, aumentar a prática da leitura e diversificar as atividades de casa, que em alguns casos são consideradas muito simples ou apenas impressas.
- **Tarefas:** foi sugerido oferecer mais tarefas para casa, inclusive no fim de semana, e corrigir as atividades em sala de aula.
- **Metodologias de ensino:** algumas famílias destacaram a importância de aulas práticas, atividades lúdicas, uso de recursos visuais, exemplos práticos e inovação na forma de ensinar, a fim de prender mais a atenção dos alunos.
- **Comunicação:** foi ressaltada a necessidade de maior diálogo entre escola, professores e famílias, seja por meio de respostas mais rápidas em mensagens, seja por atualizações no grupo escolar sobre conteúdos trabalhados em sala.
- **Disciplina e postura em sala:** alguns relatos apontaram a necessidade de mais autoridade e cobrança de responsabilidade dos alunos diante de conversas excessivas, uso de gírias e falta de foco. Também foi sugerido que professores mantenham postura respeitosa e linguagem adequada.

- **Atenção individualizada:** algumas famílias destacaram que há alunos que sentem falta de maior atenção de certos professores. Foi pedido cuidado especial com alunos inclusos e atenção às dificuldades específicas de cada criança.
- **Organização e continuidade:** alguns pais pediram melhor organização nas datas de avaliações e explicação dos conteúdos antes do envio de tarefas, especialmente em Matemática.
- **Aspectos gerais:** surgiram comentários sobre trabalhar conteúdos mais avançados, manter atividades ao ar livre, fortalecer a formação de valores (como respeito às diferenças), além de promover ambiente escolar acolhedor e inovador.

De maneira geral, prevalece o reconhecimento positivo ao trabalho da escola e dos professores, acompanhado de elogios e gratidão. As principais sugestões concentram-se em reforçar a escrita, leitura e tarefas de casa, inovar metodologias de ensino, melhorar a comunicação com as famílias e oferecer maior atenção individual aos alunos.

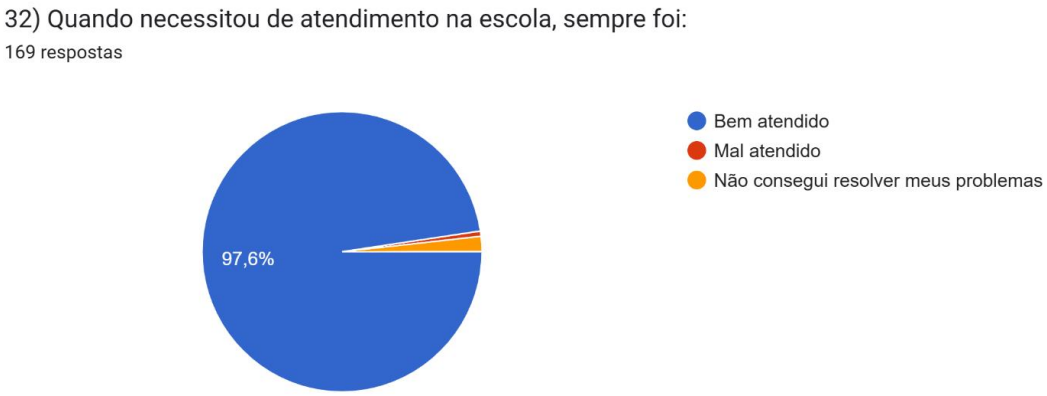
Sobre a qualidade da merenda escolar :



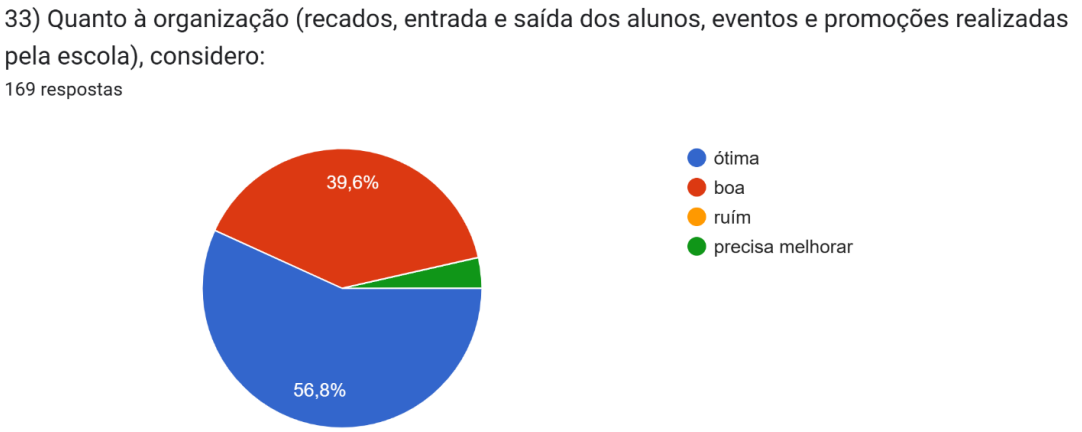
Os pais/responsáveis que participaram da pesquisa foram questionados acerca do atendimento na escola quando necessitam do mesmo. As respostas foram:



Quanto precisou de atendimento à escola, os responsáveis responderam:



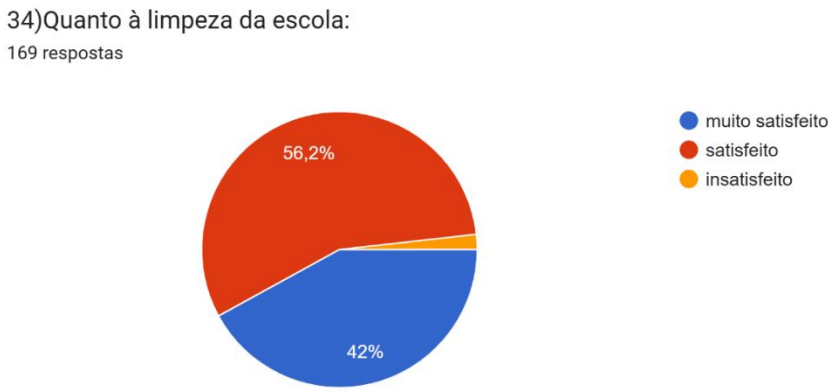
Quanto à organização escolar:



Caso a resposta para a questão anterior tenha sido "precisa melhorar", conte para nós como isso deve ser:

As famílias avaliaram positivamente o trabalho da escola, mas sugeriram que o **Dia da Família** tenha mais dinâmicas entre pais e filhos, com teatro, música e brincadeiras, sendo realizado dentro da própria escola. Também houve observações sobre a **merenda**, pedindo opções mais adequadas em dias quentes, e a **organização da saída**, com presença de alguém no portão para evitar confusão. Entre os pedidos, destacam-se ainda melhorias na cobertura de áreas externas, avisos antecipados sobre suspensão de aulas e maior atenção à disciplina dos alunos.

Quanto a limpeza da escola os pais/responsáveis deram as suas opiniões:



35) Caso você esteja insatisfeito(a), qual a sugestão para melhorar:

A maioria das famílias declarou estar satisfeita com a escola, destacando a boa limpeza, organização e dedicação da equipe. Foram feitos elogios ao trabalho realizado e à atenção com os alunos. Como pontos de melhoria, citaram a conclusão das obras, maior cuidado com os banheiros e a ampliação de projetos que incentivem os estudantes a zelar pelo espaço escolar.

36) Como você avalia a estrutura física do prédio escolar. alunos?

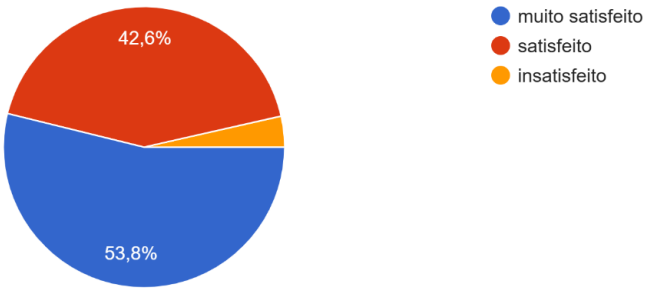
*muito satisfeito	42
*satisfeito	104
*insatisfeito	23

37) Você tem alguma sugestão para melhorias no espaço físico?

Grande parte das famílias declarou estar satisfeita com a escola, elogiando o trabalho desenvolvido e reconhecendo o empenho da equipe. No entanto, as sugestões mais recorrentes referem-se à **estrutura física**, especialmente à necessidade urgente de cobertura na rampa de acesso às salas, que em dias de chuva expõe os alunos a riscos. Também foram citadas a conclusão das obras, ampliação dos espaços de recreação, melhorias no acesso à quadra e reforço na segurança em alguns pontos do prédio.

38) Neste ano letivo dividimos as turmas em ciclos separados por turnos. Anos finais no período matutino e anos iniciais no período vespertino. Como você avalia esta divisão:

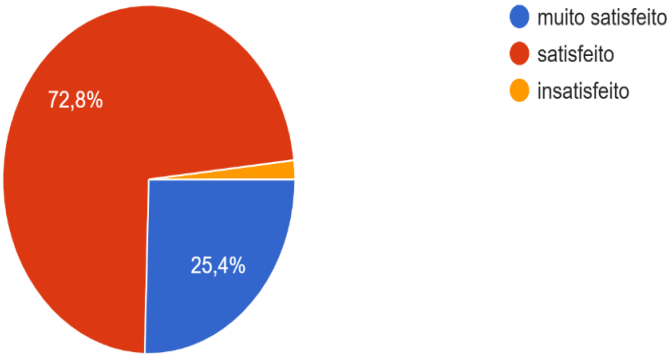
169 respostas



Quanto ao atendimento da Assitente pedagógico:

39) Quanto ao atendimento pedagógico da Assistente técnico pedagógico (anos finais), como você avalia:

169 respostas



Em relação ao atendimento da Assistente Técnico pedagógico: Deixe um comentário (sugestão, crítica, elogio) sobre algum outro aspecto não citado anteriormente, se desejar:

A maioria das respostas evidencia um nível elevado de satisfação em relação ao trabalho pedagógico e à escola como um todo. Muitos registros utilizaram palavras simples como “bom”, “ótimo”, “muito bom”, “satisfeito(a)” e “tudo certo”, o que demonstra confiança, tranquilidade e aprovação por parte das famílias.

Foram feitos diversos elogios à postura da equipe pedagógica, destacando o profissionalismo, a atenção, o carinho e a parceria no acompanhamento dos alunos. Alguns familiares reforçaram que sempre foram bem atendidos e reconheceram a dedicação dos

profissionais, chegando a afirmar que o trabalho é feito com missão, empenho e compromisso com a educação.

Por outro lado, surgiram também sugestões e observações importantes:

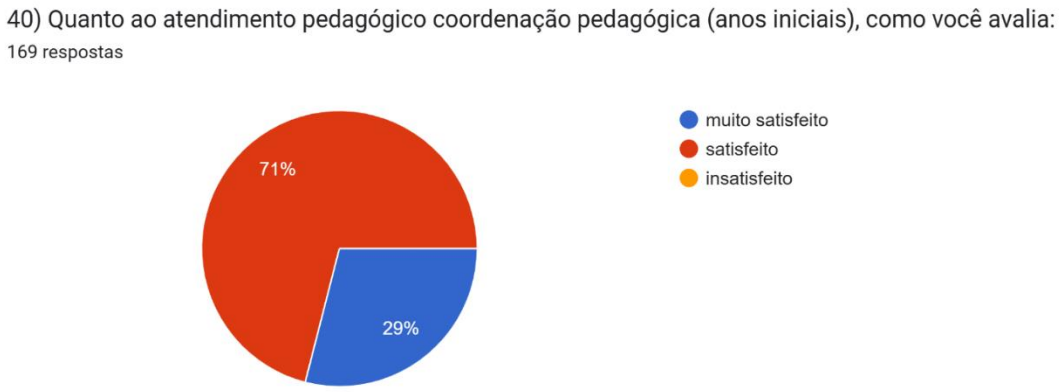
- maior comprometimento em algumas situações pontuais;
- necessidade de mais proximidade e diálogo entre a escola e os pais;
- reforço em determinados componentes curriculares, como Matemática;
- incentivo a projetos que envolvam os alunos em atividades solidárias, como arrecadação de alimentos, brinquedos, visitas a asilos e apoio a pessoas da comunidade;
- mais acompanhamento no aspecto do respeito entre os alunos e cuidado com a escola;
- ampliação da assistência e apoio da coordenação pedagógica quando necessário.

Houve ainda registros de responsáveis que não se sentiram aptos a opinar por não conhecerem de perto o trabalho ou por seus filhos ainda não estarem em determinada fase escolar.

De modo geral, os comentários revelam **forte reconhecimento do trabalho da escola e da equipe pedagógica**, com grande maioria de opiniões positivas e de elogio, além de sugestões construtivas que podem contribuir para o fortalecimento do vínculo escola-família e o aprimoramento das práticas pedagógicas.

.

Quanto ao atendimento da coordenação pedagógica:



A maioria dos participantes demonstrou satisfação em relação ao trabalho da escola, destacando o bom atendimento, a dedicação da equipe pedagógica e a organização no dia a dia. Muitos registros expressaram apenas palavras como “ótimo”, “bom”, “satisfeito(a)” e

“sem comentários”, o que reforça a percepção de confiança e tranquilidade dos familiares em relação ao ambiente escolar.

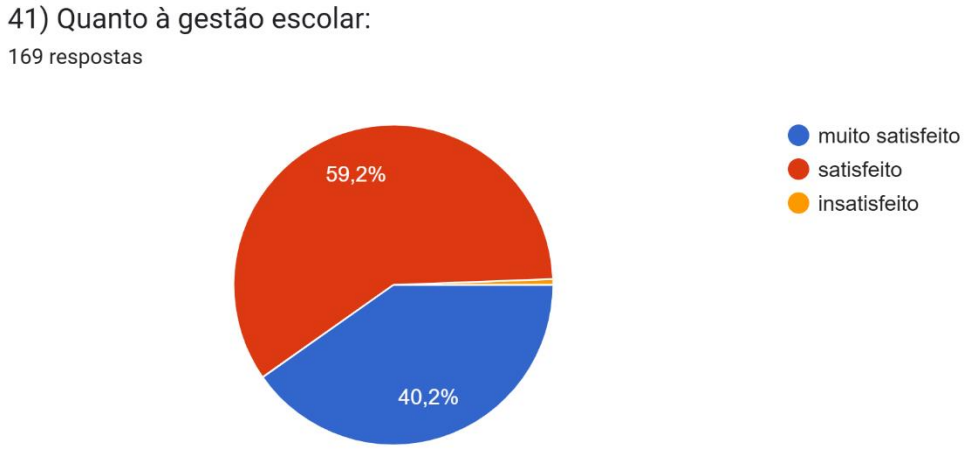
Foram feitos também diversos elogios ao empenho da equipe gestora e pedagógica, reconhecendo a atenção, acolhimento e o cuidado no acompanhamento dos alunos. Algumas mensagens evidenciam gratidão e orgulho pelo trabalho desenvolvido, ressaltando que a escola transmite segurança e apoio às famílias.

Entre as críticas e sugestões, destacaram-se:

- maior atenção quanto ao respeito entre os alunos e o cuidado com o espaço escolar;
- ajustes no horário do transporte, que em algumas ocasiões chega atrasado;
- incentivo a projetos e atividades no período de espera antes do início das aulas, como jogos, músicas, brincadeiras tradicionais e dinâmicas em grupo;
- acompanhamento e avaliação das atividades propostas pelos professores;
- reforço no papel da direção em relação à defesa dos direitos dos alunos.

De modo geral, os comentários reforçam a satisfação da comunidade escolar e a confiança na equipe, ao mesmo tempo em que apontam oportunidades para aprimorar o trabalho pedagógico e organizacional, fortalecendo ainda mais a qualidade da educação oferecida.

Sobre a gestão escolar, as famílias responderam em sua maioria:



Deixe um comentário (sugestão, crítica, elogio) sobre algum outro aspecto não citado anteriormente, se desejar:

A maioria das famílias demonstrou satisfação com o trabalho da escola, elogiando a dedicação da equipe, a boa organização e o atendimento prestado. Muitos comentários reforçam a gratidão e o reconhecimento pelo esforço da gestão, professores e funcionários, destacando o cuidado e o acolhimento oferecidos aos alunos.

Entre as sugestões, surgiram apontamentos sobre a necessidade de melhorias na **merenda escolar**, maior atenção ao **transporte** para evitar ônibus lotados, mais **atividades para os alunos no tempo de espera antes das aulas**, além de reforço no acompanhamento a **alunos inclusos** e a presença de apoio extra para suprir faltas de professores.

De modo geral, a comunidade escolar avalia positivamente a instituição e reconhece o compromisso de todos os profissionais em oferecer uma educação de qualidade.